

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

JAIME BERNARDO NETO

**PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS E
ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO ESPÍRITO SANTO:
UMA TENTATIVA DE ENTENDIMENTO DAS
PARTICULARIDADES CAPIXABAS**

Vitória, 2009.

JAIME BERNARDO NETO

**PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS E
ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO ESPÍRITO SANTO:
UMA TENTATIVA DE ENTENDIMENTO DAS
PARTICULARIDADES CAPIXABAS**

Monografia apresentada ao
Departamento de Geografia do Centro
de Ciências Humanas e Naturais da
Universidade Federal do Espírito Santo
– UFES, como requisito parcial para a
obtenção do grau de bacharel em
geografia.
Orientador: Prof. Dr. Paulo César Scarim

Vitória, 2009.

JAIME BERNARDO NETO

**PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS E ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO ESPÍRITO
SANTO: UMA TENTATIVA DE ENTENDIMENTO DAS PARTICULARIDADES
CAPIXABAS**

Monografia apresentada ao Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em geografia.

Aprovada em 16 de outubro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo César Scarim
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Carlos Teixeira de Campos Júnior
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Gisele Girardi
Universidade Federal do Espírito Santo

“(…) é preciso romper com a colonialidade do pensamento, com a colonialidade do saber, e não querer ser como o Primeiro Mundo, como se a felicidade humana só tivesse uma via, a que os europeus e estadunidenses estabeleceram para si que, entretanto, se fez com a pilhagem do planeta como um todo”

Carlos Walter Porto-Gonçalves

RESUMO

Expõe e tenta entender os contrastes na estrutura fundiária do Espírito Santo, na qual há áreas onde a propriedade da terra é concentrada, à semelhança do que as estatísticas indicam para o Brasil como um todo, e outras, na maior porção de seu território, nas quais a pequena propriedade rural e a agricultura familiar são predominantes, o que confere um caráter peculiar em face da realidade do país. Remonta ao histórico do processo de apropriação de terras na área do atual território capixaba, com ênfase no período que vai de meados do século XIX até a atualidade, visando identificar os agentes envolvidos e as circunstâncias em que o mesmo transcorreu. Conclui que a ampla presença de pequenas propriedades rurais e da agricultura familiar na maior parte de seu território foi fruto de um sistema de relações de produção que, por conta das contradições capitalistas, acabou por disseminar formas não-capitalistas de relações de trabalho no campo ao longo de um período significativo, desde meados do século XIX até as primeiras décadas do século XX, quando a emergência de novas formas de produção e apropriação da terra se sobrepõe a esse sistema produtivo. A extração de madeira, a prática da pecuária extensiva (geralmente com fins especulativos), e, sobretudo a expansão do agronegócio, vão levar novos entes – o capital local e posteriormente internacional – a disputar o espaço no meio rural com os camponeses, gerando novos conflitos e intensificando os pré-existentes, que já evidenciavam que apesar do predomínio de pequenos imóveis rurais, o acesso à propriedade terra no Espírito Santo sempre foi bastante excludente, sobretudo para com os descendentes de indígenas e negros. As áreas cuja apropriação de terras se intensifica nesse novo contexto refletem essas adversidades à obtenção de terras pelas novas gerações de camponeses e, em conseqüência, apresentam uma estrutura fundiária mais concentrada, sobretudo nas áreas por onde se expande o agronegócio.

Palavras-chave: Espírito Santo, pequenas propriedades rurais, estrutura fundiária, apropriação de terras, contrastes regionais.

ABSTRACT

Exposes and tries to understand the contrasts in Espírito Santo's rural land structure, in which there are areas where the land property is concentrated, resembling what the statistics point to Brazil as one, and others, in most parts of its territory, in which short rural properties and family agriculture prevail, fact that gives it a peculiar aspect in light of the country reality. Traces the history of land appropriation process in the present Espírito Santo's territory, with focus on the period since the middle nineteenth century until nowadays, aiming to identify the agents involved in this process and the circumstances in which it occurred. Concludes that the wide presence of short land properties and family agriculture in mostly of its territory is the result of a production relation system which, due to capitalists contradictions, disseminated non-capitalists relations of production during a significant period, since middle nineteenth century until the first decades of the twentieth century, when the rising of new ways of production and rural land appropriation overlaps this system. Wood extraction, livestock farming (usually due to speculative purposes) and mostly the expansion of agribusiness, will make new entities – the local capital and later the international one – to contest against the peasants for the rural land space, resulting in new conflicts and the deepen of the pre-existent ones, which already pointed that despite the dominance of short rural land properties, the access to land owning in Espírito Santo has always being highly exclusive, leaving out the Indians and black people. The areas whose land appropriation intensifies in this new context reflects this adversity for the new generation of peasants to obtain land owning, and, as a consequence, they are remarked by a concentrated rural land structure, specially in the areas where the agribusiness has expanded to.

Key-words: Espírito Santo, short rural land properties, rural land structure, land appropriation, regional contrasts.

Tabela 21 – População rural e urbana no Espírito Santo – 1960 x 1970.....	111
Tabela 22 - O Café nas Propriedades Rurais do Espírito Santo – 1960	112
Tabela 23 – Dinâmica demográfica nos municípios do Espírito Santo – 1960 x 1970.....	116
Tabela 24 – Média de Hectares por Propriedade Rural: comparação 1960 x 1970.....	121
Tabela 25 – Estrutura Fundiária Municipal (Amostragens): comparação 1960 x 1970.....	124
Tabela 26 – Relações de parceria no meio do rural dos municípios do Espírito Santo.....	125
Tabela 27 - Percentual de propriedades rurais que produziam milho no Espírito Santo – 1950 a 1985..	133
Tabela 28 – Percentual de Propriedades Rurais que Produziam feijão no Espírito Santo – 1950 a 1985.....	133
Tabela 29 – Área ocupada (em hectares) pela silvicultura e lavouras de cana-de-açúcar no Espírito Santo – 1960 a 1996.....	145
Tabela 30 – Produção total de madeira em toras para celulose no Espírito Santo (por município) - 2007.....	147
Tabela 31 – Cana-de-açúcar – Hectares plantados no Espírito Santo (por município) - 2007.....	149
Tabela 32 – Média de hectares por imóvel rural nos municípios do Espírito Santo – 1970 a 1995.....	153
Tabela 33 – Dinâmica demográfica da população dos municípios do Espírito Santo – 1970 a 2000	156
Tabela 34 – Relação área agropecuária x geração de empregos no campo nos municípios do Espírito Santo – 1970 a 1996.....	160

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Estrutura fundiária no Espírito Santo – 1996.....	26
Mapa 2 - Localização aproximada das paróquias que constam no censo de 1872.....	37
Mapa 3 – Produção de café e açúcar no Espírito Santo – 1852.....	49
Mapa 4 – Produção de café e açúcar no Espírito Santo – 1873.....	50
Mapa 5 – Crescimento populacional nos municípios do Espírito Santo – 1940 x 1960.....	85
Mapa 6 – Crescimento da área agropecuária total dos municípios do Espírito Santo – 1940 x 1960.....	88
Mapa 7 – Produção de madeira no Espírito Santo – 1970.....	94
Mapa 8 - Média de hectares por imóvel rural e percentual da área agropecuária efetivamente utilizada ocupado por pastagens no Espírito Santo – 1970.....	102
Mapa 9 - Produção de milho nos municípios do Espírito Santo – 1960.....	104
Mapa 10 – Produção de Feijão nos municípios do Espírito Santo – 1960.....	105
Mapa 11 – Produção total de café no Espírito Santo – 1960.....	114
Mapa 12 – Dinâmica demográfica dos municípios capixabas: 1960 x 1970.....	119
Mapa 13 - Café e relações de parceria no meio rural no Espírito Santo -1960.....	128
Mapa 14 – Produção de Café no Espírito Santo – 1996.....	135
Mapa 15 – A pecuária no Espírito Santo – 1996.....	136
Mapa 16 – Produção de batata inglesa no Espírito Santo 2007.....	137
Mapa 17 – Produção de feijão no Espírito Santo em 2007.....	138
Mapa 18 – Produção de tomates no Espírito Santo em 2007.....	139
Mapa 19 – Distribuição da produção total de madeira para celulose no Espírito Santo entre seus municípios no ano de 2007.....	148
Mapa 20 - Cana-de-açúcar - distribuição da produção total do Espírito Santo entre seus municípios em 2007.....	150
Mapa 21 – Geração de empregos e êxodo rural no Espírito Santo – 1970 e 1996.....	163

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
Uma perspectiva de investigação geográfica: a dinamicidade do espaço.....	13
CAPÍTULO 1 – Pequenas propriedades rurais no Brasil e no Espírito Santo	15
1.1. Brasil x Espírito Santo: a excentricidade capixaba em um país de latifúndios	20
1.2. Os contrastes internos do território capixaba	23
CAPÍTULO 2 – Resquícios Coloniais.....	31
2.1. Terras devolutas ou terras indígenas?	32
2.1.1. Vazios Demográficos: o discurso dos colonizadores.....	40
2.2. Dinâmica econômica da província do Espírito Santo no início do século XIX	42
2.3. A expansão dos latifúndios cafeicultores	46
2.4. Além dos latifúndios monocultores.....	53
CAPÍTULO 3. Contradições capitalistas: a reprodução camponesa no Espírito Santo.....	57
3.1. Imigração estrangeira.....	58
3.2. A imigração nacional.....	61
3.3. O acesso a terra	63
3.3.1. Seletividade e exclusão social no processo de apropriação de terras no Espírito Santo.....	65
3.4. O “desaparecimento” de latifúndios e a emergência do capital comercial.....	69
3.4.1. A nova face da reprodução do capital	74
3.4.2. A ascensão política do capital comercial	78
CAPÍTULO 4. Valorização das terras e especulação: adversidades à reprodução camponesa	81
4.1. Novas zonas pioneiras.....	81
4.2. Valorização da Propriedade da Terra.....	89
4.3. Extração de Madeira, Pecuária e Especulação Imobiliária.....	92
4.4. Violência, litígio de terras e ampliação da exclusão social.....	106
CAPÍTULO 5 – Tempos “Modernos”: novos e maiores desafios a reprodução campesina.....	109
5.1. A crise na cafeicultura	109
5.2. Perda do caráter de subsistência da produção nas pequenas propriedades rurais	130
5.2.1. Especialização produtiva e instabilidade no meio rural.....	140

5.3. Agronegócio: o “desenvolvimento” chega ao campo capixaba.....	142
5.3.1. Monopolização do território	144
5.3.2. Os impactos do “Desenvolvimento”.....	152
CONCLUSÃO – Uma tentativa de entendimento dos contrastes regionais.....	164
Considerações finais	170
REFERÊNCIAS.....	172
ANEXOS.....	176

INTRODUÇÃO

É praticamente impossível para aqueles que têm contato com o campo no Espírito Santo não atentar para os grandes contrastes quando às formas apropriação e utilização das terras agrícolas entre as diversas partes do Estado. Na verdade, para qualquer viajante que atravessasse seu território essas disparidades são visíveis. Os vazios demográficos construídos pelas imensas pastagens em municípios como Mucurici e Ecoporanga e pelos imensuráveis monocultivos de eucalipto em Aracruz, por exemplo, contrastam com as numerosas casas no grande mosaico constituído de pequenos imóveis em municípios como Itarana e Santa Tereza. Da mesma forma, a paisagem formada pelos grandes canais em Itapemirim pouco se assemelha com os “mares” de cafezais das pequenas propriedades da porção capixaba da Serra do Caparaó ou às pastagens de Mimoso do Sul.

Se para um leigo esses contrastes são fáceis de perceber, para aqueles que estudam e /ou trabalham com a realidade do campo eles o são ainda mais. E, para esses que têm contato com as estatísticas sobre o campo brasileiro, ficam evidentes também as disparidades entre o quadro geral do país, marcado pela concentração da propriedade da terra, e a realidade capixaba, onde a estrutura fundiária se mostra muito mais fragmentada, demonstrando que de alguma forma as pequenas propriedades rurais encontraram no Espírito Santo meios de se disseminar de forma mais intensa que na maior parte do território brasileiro.

Considerando que as pequenas propriedades rurais são as principais responsáveis pela geração de emprego e renda no meio rural brasileiro, e, conseqüentemente, pela permanência do homem no campo, não há dúvidas que é graças a essa peculiaridade capixaba que as periferias dos centros urbanos - principal destino dos excluídos do meio rural - do Espírito Santo não são ainda maiores demograficamente. Da mesma forma, essa peculiaridade é responsável por minimizar no Espírito Santo a clássica contradição da agricultura brasileira, que tradicionalmente dedica-se mais à produção de gêneros de exportação que à produção de alimentos para o mercado interno.

Por isso, a busca de explicações para essas constatações – as disparidades entre as estatísticas sobre a estrutura fundiária do território capixaba em relação ao quadro geral do Brasil e seu contraste interno no que tange a propriedade e uso das terras – é o eixo desse trabalho, que visa também evidenciar, a partir da realidade do Espírito Santo, os benefícios que traria um modelo de agricultura voltado para o mercado interno e baseado na produção em pequenas propriedades rurais com utilização do trabalho familiar, se comparado ao modelo onde prevalece o velho plantation (produção em latifúndios e geralmente voltada para o mercado externo), para onde se destina quase toda atenção e apoio das autoridades políticas.

Uma perspectiva de investigação geográfica: a dinamicidade do espaço

Apesar de dedicarmos um capítulo inteiro à exposição dessas diferenças quanto à apropriação do espaço rural no Espírito Santo, seria demasiado retrógrado limitar o papel da geografia à essa mera diferenciação descritiva do espaço. Esse deve ser o ponto de partida e não de chegada da análise geográfica (Santos, 2008).

Da mesma forma o seria retrógrado desenvolver uma investigação na qual sociedade seja tratada apenas como mais um dos elementos do espaço, já que esse é, dialeticamente, um produto social e um meio de reprodução da própria sociedade. Ela - a sociedade - deve ser, portanto, o foco das investigações geográficas e não apenas um apêndice da mesma. Nas palavras do próprio Santos (2008, p.21):

Pode-se dizer que a Geografia interessou-se mais pela forma das coisas do que pela sua formação. Seu domínio não era o das dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, mas o das coisas já cristalizadas, imagem invertida que impede a apreensão da realidade de não se faz intervir a história. Se a Geografia deseja interpretar o espaço humano como o fato histórico que ele é, somente a história da sociedade mundial associada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão da realidade espacial (...) Pois a História não se escreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial. O espaço, ele mesmo, é social.

As características físico-naturais possuem um peso significativo na configuração do espaço produzido pelo homem e são, sem dúvida, um vetor importante nesse processo. Mas é imprescindível ter em mente que o grau de interferência dos aspectos

naturais (características geomorfológicas, climáticas, etc...) sobre a produção do espaço humano é muito relativo, e depende fundamentalmente da técnica - entendo esse termo na forma como Santos (2002, p.29) o propôs, ou seja, como o *“conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço”* - de cada momento histórico. Por isso, é imprescindível que o papel dessas características naturais também seja analisado de acordo com a conjuntura de cada momento histórico, e não apenas sob a ótica contemporânea.

Não se pode esquecer também que as ações humanas não ocorrem apenas sobre o espaço dito “natural”. Mais comumente ela ocorre em um espaço com uma natureza já bastante transformada e, desta forma, os novos vetores da organização territorial que emergem herdaram formas do passado - as rugosidades, conforme os conceitos de Santos (2008) - que serão determinantes na nova configuração que se forma.

Para se entender a organização espacial que se configura a cada novo momento da história é fundamental, portanto, conhecer as organizações territoriais pretéritas. Não há como entender o presente apenas por ele mesmo. Como nosso objetivo é compreender, sobretudo, o processo de disseminação de pequenas propriedades rurais, devemos remeter aos primórdios desse processo, que data de meados do século XIX. Porém, para se poder entender o contexto em que ele ocorre, é imprescindível analisar também o legado (especialmente falando) dos mais quatro séculos de presença dos europeus no território do Espírito Santo, desde o início do processo de conquista dessas terras pelos europeus.

Antes de iniciarmos a investigação propriamente dita, entretanto, dedicamos o primeiro capítulo a expor dados sobre o meio rural brasileiro e capixaba (como já mencionado), de forma a evidenciar os contrastes de que falamos e demonstrar a importância da agricultura familiar desenvolvida nos pequenos imóveis rurais, no que tange à geração de emprego e renda no meio rural e no abastecimento do mercado interno.

Capítulo 1 – Pequenas propriedades rurais no Brasil e no Espírito Santo

Uma das características mais marcantes da agricultura praticada pelo grupo de países rotulados de “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”¹ é o predomínio das grandes propriedades rurais e de uma produção voltada para exportação, em detrimento do abastecimento do mercado interno – reminiscências do “plantation” colonial.

Nesse conjunto de nações, não são raros os casos de países que apresentam uma economia predominantemente rural e amplamente dependentes de gêneros agrícolas para obtenção de divisas no mercado internacional, mas que, contraditoriamente, precisam importar gêneros alimentícios essenciais à dieta cotidiana de sua população.

¹ Segundo Escobar (1995), termos como “subdesenvolvimento” e “terceiro mundo” são produtos de um novo discurso ideológico que emerge após a Segunda Guerra Mundial, amplamente baseado no conceito de desenvolvimento. Esse discurso foi a forma encontrada no contexto pós-guerra, momento de reorganização das estruturas de poder no globo, de preservar a influência e “supremacia” de alguns poucos países – os colonialistas e, sobretudo, neocolonialistas – sobre as antigas áreas de seu domínio (o resto do mundo) e de ocultar os reais mecanismos que perpetuam sua condição de dependência.

Travestido de ideais humanitários e supostamente preocupado com a pobreza nas antigas áreas coloniais (que incrivelmente só passou a ser vista após Segunda Guerra Mundial), esse discurso etnocêntrico e tecnocrata tornou-se o novo arcabouço ideológico que justificaria a expansão do capitalismo pelo globo nessa nova era. Seu eixo central é a idéia de que é possível que todas as nações atinjam a condição de “país desenvolvido” - o que conforme disposto por Marini (2000) e Porto-Gonçalves (2006), é economicamente e materialmente impossível - e que existe um caminho único para se atingir tal objetivo. Tal feito, entretanto, somente poderia ser concretizado por intervenção dos países ditos desenvolvidos, os quais possuíam o capital e a tecnologia imprescindíveis a essa “modernização”. Assim, de carrascos, as antigas metrópoles se tornaram não só exemplos a serem seguidos, como se estivessem num patamar superior de uma espécie de processo evolutivo linear e unidirecional, mas também “padrinhos” dos países subdesenvolvidos, supostamente auxiliando-os a se “desenvolverem”.

A maior parte dos problemas sociais diagnosticados no recém-criado Terceiro Mundo – algo ao qual a produção de conhecimento dessa nova elite de países se dedicaria amplamente - é antes associada à falta de algo, que subentende-se ser o capitalismo em sua plenitude, que aos seus efeitos, como realmente o são, já que desde os primórdios da expansão marítima e da consolidação dos primeiros estados nacionais europeus esses territórios que correspondente aos países subdesenvolvidos estão inseridos em sua lógica, subjugados por esses estados.

Assim, não é de se surpreender o fato de as profilaxias ditadas pelos países superiores nessa relação vertical de influência (cuja defesa passou a ser elemento obrigatório nos discursos das elites do nascente Terceiro Mundo), muito longe de sanar os inúmeros problemas do “mundo subdesenvolvido”, os acentuaram e ampliaram as contradições sociais e a dependência econômica dos países da América Latina, África e Ásia em relação às antigas metrópoles. E é no mínimo com sarcasmo que se deve interpretar novos rótulos que vêm sendo adotados para designar os países dependentes, tais como “países em desenvolvimento” e “países emergentes”, que buscam vender a idéia de que já estão quase lá, chegando à tão prometida condição de “país desenvolvido”.

O caso brasileiro não é muito diferente. Apesar de ser mais industrializado que a maioria dos países do “mundo subdesenvolvido”, o Brasil também é amplamente dependente da exportação das chamadas “commodities” para equilíbrio de sua balança comercial, e em sua estrutura fundiária a maior parte da área agrícola é ocupada por grandes imóveis rurais. E, contraditoriamente, também necessita importar boa parte dos gêneros alimentícios destinados ao abastecimento externo. Isso é facilmente visível no caso brasileiro, já que a produção interna de arroz e trigo² (do pãozinho de cada dia e do macarrão), indispensáveis à alimentação da maior parte da população brasileira, é pequena se comparada à demanda, e precisam ser em grande parte importadas.

O predomínio, em área, dos latifúndios tende a nos levar a achar que eles são os grandes produtores da agricultura brasileira. As estatísticas, entretanto, nos revelam que essa idéia que é amplamente alimentada pelos meios de comunicação em massa, subordinados aos detentores do “status qüo” (que no meio rural consiste nos grandes latifundiários e nas empresas ligadas ao agro-negócio), não passa de um verdadeiro “mito moderno”, já que absolutamente não condiz com a realidade. Assim ressalta Oliveira (2003, p. 23):

Outro mito comum entre aqueles que analisam a agricultura brasileira, refere-se à participação das diferentes unidades de produção na geração de renda nesse setor. Costumam atribuir à grande exploração o papel de destaque. A análise dos dados do valor da produção animal e vegetal do Censo Agropecuário [1995] mostra exatamente o oposto, pois quem detém a maior participação na geração de renda no campo brasileiro também são as pequenas unidades de produção(...)

Esse mesmo autor, com o intuito de evidenciar esse fato, faz uma análise dos dados do último censo agropecuário disponível (1996), discriminando a produção agrícola em relação ao tamanho dos imóveis rurais, dividindo-os em três categorias: aqueles que têm menos de 200 hectares de extensão, os que têm mais de 200 e menos de 2000ha e aqueles que possuem mais de 2000ha; ele denomina-os respectivamente de pequenas, médias e grandes propriedades³.

² Segundo dados da Embrapa.

³ Oliveira (2003) justifica essa categorização, na qual são denomina pequenas propriedades os imóveis com menos de 200 hectares, por levar em conta o tamanho máximo das parcelas de terra dos assentamentos criados pelo INCRA no processo de reforma agrária, as quais em partes das Regiões Centro-Oeste e Norte chegam a ter essa dimensão.

Antes de falar da produção, ele expõe a relação entre essas categorias no que diz respeito à área ocupada (Tabela 1).

Tabela 1 – Estrutura Fundiária no Brasil

Tamanho	% do nº propriedades	% da área agropecuária
Pequenas (menos de 200 há)	93,80%	29,20%
Médias (de 200 a 2000 há)	5,30%	36,60%
Grandes (mais de 2000 há)	0,50%	34,20%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1996. Organização: Oliveira (2003)

Esses dados revelam a concentração fundiária no Brasil. Os imóveis com mais de 2000ha, que em número de estabelecimentos representam apenas 0,5%, ocupam mais de um terço de toda a área agropecuária do país, enquanto os imóveis com menos de 200ha, que representam mais 93% das propriedades, ocupam apenas pouco mais de 29% da área agropecuária.

A importância sócio-econômica dos pequenos imóveis torna-se evidente ao se comparar a geração de renda e empregos no campo entre as três categorias de imóveis rurais. Os imóveis com menos de 200ha, que ocupam apenas 29% da área agro-pecuária, são responsáveis por cerca de 53,5% das receitas geradas, enquanto os imóveis com mais de 2000ha, geram apenas 15,4% das mesmas. Os 31,1% restantes são gerados pelos imóveis com mais de 200 e menos de 2000ha (OLIVEIRA, 2003:24).

Não obstante, a importância das pequenas propriedades não se resume à geração de renda e emprego, já que, conforme as estatísticas, os imóveis com menos de 200ha de extensão também são os principais responsáveis pelo abastecimento do mercado interno⁴.

⁴ Os pequenos imóveis também atuam na produção de commodities e não estão alheios a essa contradição da agricultura do mundo “subdesenvolvido”. Todavia, se nem toda pequena propriedade produz para o mercado interno, quase todas os imóveis rurais cuja produção é voltada para o mercado interno são pequenas propriedades.

Tabela 2 - Lavouras temporárias no Brasil - Localização da lavoura por tamanho da propriedade

Produtos	Pequenas	Médias	Grandes
Algodão (herbáceo)	55,10%	29,90%	15,00%
Arroz (em casca)	38,90%	42,70%	18,40%
Batata-inglesa (1ª safra)	74,00%	20,70%	5,30%
Batata-inglesa (2ª safra)	76,70%	20,90%	2,40%
Cana-de-açúcar	19,80%	47,10%	33,10%
Feijão (1ª, 2ª e 3ª safras)	78,50%	16,90%	4,60%
Fumo em folha	99,50%	0,50%	0,00%
Mandioca	91,90%	7,30%	0,80%
Milho em grão	54,40%	34,80%	10,80%
Soja em Grão	34,40%	43,70%	21,90%
Tomate	76,40%	18,50%	5,10%
Trigo em grão	60,60%	35,20%	4,20%

Fonte: Censo IBGE 1995/96 – Organizado por OLIVEIRA (2003).

Tabela 3 - Lavouras permanentes no Brasil - Localização da lavoura por tamanho da propriedade (continua)

Produtos	pequenas	médias	Grandes
Ágave (fibra)	73,40%	23,70%	2,90%
Algodão (arbóreo)	75,90%	20,10%	4,00%
Banana	85,40%	13,60%	1,00%
Cacau (amêndoas)	75,40%	23,70%	0,90%
Café (em coco)	70,40%	27,90%	1,70%
Caju (castanha)	71,80%	15,00%	13,20%
Chá-da-Índia	47,30%	52,70%	0,00%
Coco-da-Bahia	67,00%	19,90%	13,10%
Guaraná	92,20%	7,50%	0,30%
Laranja	51,00%	38,10%	10,90%

Fonte: Censo IBGE 1995/96 – Organizado por OLIVEIRA(2003)

Tabela 3 - Lavouras permanentes no Brasil - Localização da lavoura por tamanho da propriedade (conclusão)

Maçã	35,40%	32,30%	32,30%
Mamão	60,10%	35,10%	4,80%
Pimenta do Reino	72,60%	23,10%	4,30%
Uva (p/ mesa)	87,80%	9,10%	3,10%
Uva (p/ vinho)	97,00%	3,00%	0,00%

Fonte: Censo IBGE 1995/96 – Organizado por OLIVEIRA(2003)

Conforme demonstram os dados das Tabelas 2 e 3, as propriedades com menos de 200ha, que ao todo ocupam menos de um terço da área agrícola do país, são responsáveis pela produção da maior parte dos gêneros apontados acima, incluindo algumas *commodities*, e quando se trata da produção de alimentos destinados ao mercado interno, a supremacia das pequenas propriedades é inquestionável, pois nos principais gêneros (com exceção do arroz), os imóveis com menos de 200ha de extensão respondem, em geral, por mais de 3/4 da produção do país.

Tabela 4 – Brasil - Localização da Pecuária por tamanho da propriedade (em percentual)

Rebanho	Pequenas	Médias	Grandes
Bovinos	37,7	40,5	21,8
Bubalinos (búfalos)	24,6	44,5	30,9
Eqüínos	59,2	31,3	9,5
Asininos	87,1	11,3	1,6
Muare	63	25,3	11,7
Caprinos	78,1	19,2	2,5
Coelhos	93,1	6,4	0,5
Suínos	87,1	11	1,7
Ovinos	55,5	35,7	8,8
Aves	87,7	11,5	0,8

Fonte: Censo IBGE 1995/96. Retirado de Oliveira (2003).

Quanto à criação de animais (Tabela 4), verifica-se fato semelhante. Os imóveis com menos de 200ha são os que respondem pela maior parte dos rebanhos, valendo destacar a grande superioridade quando se trata de suínos e aves, que juntamente com os bovinos são os mais demandados pelo mercado interno. E, mesmo no caso dos bovinos, se fizermos uma relação entre a área ocupada e total do rebanho que ali se localiza, constataremos que a área desses imóveis é muito melhor aproveitada.

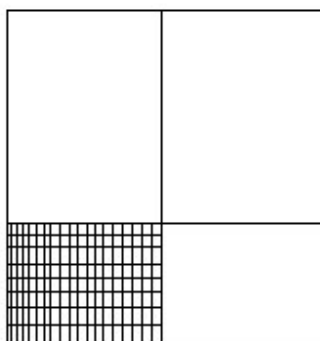
As estatísticas evidenciam, portanto, que no Brasil as pequenas propriedades rurais são as maiores responsáveis pela produção voltada para o abastecimento do mercado interno e até de mesmo pela produção de muitas *commodities*, como café, banana, algodão, entre outros.

1.1. Brasil x Espírito Santo: a excentricidade capixaba em um país de latifúndios

Antes de começarmos a expor dados sobre a estrutura fundiária do Brasil e do Espírito Santo, é preciso uma pequena reflexão sobre qual seria indicador ou indicadores nos dariam uma retrato mais fiel da distribuição da propriedade da terra em uma determinada área.

Assim, a fim de expormos os porquês de nossa escolha, propomos uma pequena abstração a partir da Figura 1.

Figura 1



O que se poderia dizer sobre divisão da área na figura entre os diversos blocos que a compõem? Existem 152 blocos pequenos, 2 blocos grandes e um intermediário,

nem tão pequeno quanto a maioria e nem tão grande como os outros dois. Adotando os rótulos pequenos, grandes e médios para descrevê-los, respectivamente, teríamos:

- Em números absolutos, os pequenos representam 98,06% do total de blocos, enquanto os grandes representam 1,29% e os médios 0,64%;
- Todavia, os pequenos ocupam apenas $1/6$, ou pouco mais que 16% da área total da figura, aproximadamente, enquanto os blocos grandes ocupam $4/6$ da área total, mais de 66%; e os médios ocupam o outro $1/6$ restante, ou pouco mais de 16% da área total.

Esquecendo-se do gráfico acima, se nos fossem fornecidas apenas as estatísticas do primeiro item (quanto ao número total de quadrados), seria impossível deduzir a forma aproximada da figura. Já os dados segundo item em epígrafe (área ocupada pelos quadrados conforme as categorias de tamanho), se bem definidos os conceitos de pequeno, médio e grande utilizados na classificação dos blocos, nos permitiriam chegar a uma abstração mais próxima das dimensões reais da figura.

Desta forma, nos estudos sobre apropriação da área agrícola, o número absoluto de imóveis rurais - ainda que classificando-os em categorias bem definidas - é um indicador que, sozinho, nos diz muito pouco sobre a distribuição da propriedade da terra em uma determinada realidade, pois um número imenso de imóveis pequenos pode ocupar tanto uma área enorme dentro de um todo como uma porção pequena da área total, dividida em propriedades diminutas.

Nestas circunstâncias, a área ocupada pelos imóveis conforme seu tamanho é um indicador que, sozinho, nos fornece um retrato mais plausível da estrutura fundiária de uma área. E foi com base nele, portanto, que fizemos a análise que se segue nesse capítulo.

Convém mencionar que embora adjetivos como grande ou pequeno sejam extremamente relativos e dependam das referências utilizadas, convenciamos chamar de pequenas propriedades rurais aquelas com dimensões abaixo de 100 hectares, como médias aquelas com mais de 100 e menos de 1000 hectares e de grandes aquelas com mais de 1000 hectares, pois assim julgamos adequado dentro da realidade capixaba. Apesar dos riscos e restrições trazidos por esta categorização, ela

foi necessária, pois precisávamos “filtrar” os dados dos censos agropecuários, que trazem mais de uma dúzia de categorias quanto à extensão dos imóveis rurais.

Essa categorização difere daquela utilizada por Oliveira (2003) para tratar do Brasil como um todo, pois procuramos definir como pequenas propriedades rurais aqueles que empregam, sobretudo, a mão-de-obra familiar. No Espírito Santo, dificilmente um imóvel com 200 hectares de extensão seria trabalhado apenas pela família do proprietário, e já possui um caráter mais empresarial que camponês por parte do proprietário. É claro que para algumas porções do território capixaba, como a Região Central-Serrana, esse limite de até 100 hectares para se considerar um imóvel rural como pequena propriedade parece um tanto exagerado, mas como trabalharemos com o Estado como um todo, é preciso levar em consideração para essa delimitação outras áreas de seu território, onde a média de hectares das propriedades familiares é por vezes bem superior.

A partir das categorias definidas acima, os dados do censo de 1996 revelam as disparidades entre o quadro geral para o Brasil e para a unidade federativa do Espírito Santo, isoladamente (Tabela 5).

Tabela 5 – Área ocupada pelos imóveis rurais segundo grupos de tamanho: comparação Brasil x Espírito Santo

Extensão dos estabelecimentos (em hectares)	% ocupado da área agropecuária total	
	Brasil	Espírito Santo
Menos de 100	19,96%	44,02%
Mais de 100 e menos de 1000	34,94%	40,53%
Mais de 1000	45,10%	15,45%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1995/1996. Dados organizados pelo autor.

Os dados sobre a estrutura fundiária capixaba nos revelam um quadro atípico dentro da realidade brasileira⁵ (Tabela 5), que é marcada pela concentração da

⁵ Esses dados referentes ao Brasil, entretanto, distribuem-se de forma muito heterogênea por seu território. Assim, apesar da maior parte dos Estados da Federação apresentar uma estrutura fundiária realmente mais concentrada que a verificada no Espírito Santo, existem também outros Estados onde, segundo os dados de Censo Agropecuário 1996, os imóveis com menos de 100 hectares também são predominantes, tais como Sergipe, Pernambuco e Santa Catarina,

propriedade da terra (quase metade da área agropecuária total é ocupada por imóveis de grande extensão).

No território capixaba, ao contrário, a área ocupada por pequenas propriedades rurais, nas quais predomina a agricultura familiar, representa mais de 44% da área total. Assim, diferentemente do que as estatísticas sobre o Brasil revelam, no Espírito Santo, de alguma forma, a agricultura camponesa encontrou meios de se reproduzir e assegurar a utilização de grande parte da área agropecuária.

Esta particularidade capixaba quanto à estrutura fundiária, que muito nos chama a atenção, é um dos pontos que nos propusemos a estudar na neste trabalho, visando entender como se desenvolveu e chegou até o quadro atual, marcado por uma área tão vasta ocupada pelos pequenos imóveis rurais, imprescindíveis na geração de emprego e renda no campo e no abastecimento do mercado interno com gêneros alimentícios.

1.2. Os contrastes internos do território capixaba

Os dados mencionados anteriormente tratam dos territórios brasileiro e capixaba como um todo, algo que pode ser útil para revelar alguns fatos relevantes, mas que também omitem muitos outros. O próprio fato de a estrutura fundiária do Espírito Santo ser completamente diferente da média geral brasileira nos dá um claro exemplo disso. E, desta mesma forma, a média dos dados obtidos em todo o território capixaba ocultam os contrastes entre as diferentes partes que o compõem. Por isso, faz-se necessário discriminar as diferenças internas do território capixaba.

A regionalização é, sem dúvida, uma forma bem didática de proceder a esse tipo de análise. Todavia, tendo em mente que a concepção acerca do conceito de região não é algo pacífico nas intensas e eternas discussões epistemológicas da ciência geográfica, é necessário que esclareçamos nossa aceção acerca desse conceito de forma a evitar quaisquer ambigüidades na interpretação do mesmo.

embora apenas nesse último a área ocupada pelos imóveis com menos de 100 hectares seja maior que a verificada no Espírito Santo.

Exporemos algumas informações que julgamos relevantes para que se entenda o que entendemos por região, o porquê da opção pela regionalização para a abordagem dessa temática e a forma como a efetuamos, da forma mais sintética possível (já que debate acerca da relação entre região e geografia por si só poderia render muitos trabalhos e não é nossa intenção aprofundarmo-nos neste tema).

Segundo Lencioni (1999, p.200), existem duas orientações gerais nas quais se baseiam praticamente todas as concepções de região. A primeira delas, partindo do princípio de que a geografia é a ciência que estuda a relação entre o homem e a natureza, considera que a região é auto-evidente, que ela é o objeto de estudo geográfico e cabe ao pesquisador, portanto, reconhecê-la.

A outra, ao considerar a geografia como *“um campo do conhecimento particular voltado para o estudo das diferenciações das áreas”* (Ibid., p. 200), defende que a região não existe por si mesma. Ela é fruto do processo de investigação, tendo como base o recorte espacial e sua relação com o(s) fenômeno(s) que se investiga. Ou seja, ela – a regionalização - é feita com base em critérios definidos ao longo do processo de investigação. Segundo essa perspectiva, portanto, *“as regionalizações são produtos de inter-relações de fenômenos que o pesquisador seleciona, conformando-se a região no final do processo de investigação”* (Ibid., p.200).

As origens dessa concepção, da qual o inglês Alfred Hettner foi um dos maiores propagadores, na verdade remonta, segundo a referida autora, ao pensamento do estadunidense Richard Hartshorne:

“Dentre as influências de Hettner cabe destacar o pensamento de Richard Hartshorne, que considera que a análise geográfica deve se voltar para o entendimento das diferenciação das áreas da superfície terrestre. Para Hartshorne, não existe um objeto particular à ciência geográfica nem tampouco fenômenos particulares à geografia, sendo de interesse da ciência geográfica todos os fenômenos que tem uma dimensão espacial. (...) Para ele, os marcos divisórios entre regiões decorrem das descontinuidades produzidas quando o grau de integração dos fenômenos é pequeno, podendo haver até mesmo uma região descontínua” (Ibid.,p.190)

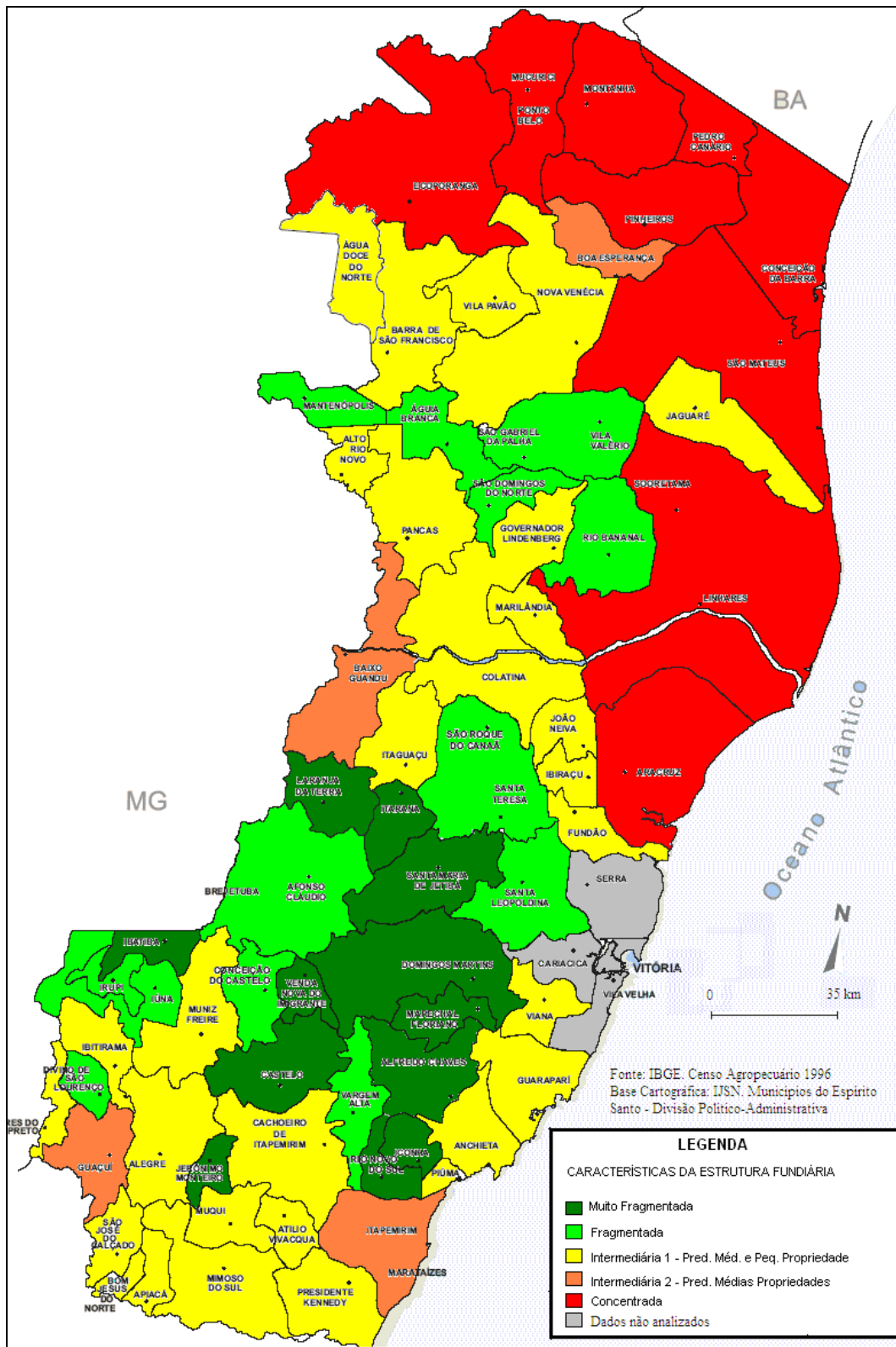
É claro que o papel da geografia vai muito além da simples diferenciação espacial e não é nosso intuito fazer apologias a essa concepção epistemológica de Hartshorne. Todavia, seu entendimento sobre os objetivos da ciência geográfica condiz exatamente com os objetivos dessa investigação em particular (que é entender as

diferenças existentes entre as diversas porções do território capixaba no que tange ao fenômeno observado: a estrutura fundiária). E para tal, os métodos propostos por Heartshore são muito eficientes, por isso é pertinente tê-lo como referência e dar-lhe o crédito que merece.

Como o primeiro passo para proceder a tal tipo de investigação é, sem dúvida, evidenciar essas diferenças, faz-se necessário então analisar como a variável observada – a estrutura fundiária - se projeta espacialmente sobre o território. É fundamental trabalhar com os dados referentes a porções pequenas do território do Espírito Santo (as menores possíveis) para que se evidenciem as diferenças entre suas diversas partes. Com esse intuito, e também visando manter certa praticidade no levantamento das informações e na representação cartográfica, optamos por analisar os dados sobre cada município, conforme o último censo agropecuário disponível até a data de início desse trabalho (o Censo Agropecuário do IBGE de 1995/96).

Com base na área ocupada pelos estabelecimentos conforme o tamanho dos mesmos (segunda as categorias que adotamos e explicitamos anteriormente), os municípios foram divididos em cinco categorias (que também poderíamos denominar regiões, na concepção de Heartshorne) com base apenas nas características de sua estrutura fundiária, designadas sob os seguintes rótulos: Muito Fragmentada, Fragmentada, Intermediária 1 (Predomínio de médias e pequenas propriedades), Intermediária 2 (predomínio de médias propriedades) e Concentrada.

A variável primária utilizada para essa classificação foi a área ocupada pelos pequenos imóveis rurais, objeto primordial dessa pesquisa. Secundariamente, utilizamos também as áreas ocupadas por médias e grande propriedades como critério secundário de agrupamento. Desta forma, obtivemos o seguinte quadro, exposto no Mapa 1 e na tabela 6:



Mapa 1. Estrutura fundiária no Espírito Santo – 1996. Organizado pelo autor.

Tabela 6 – Área ocupada pelos imóveis rurais conforme grupos de tamanho nos municípios do Espírito Santo (continua)

Município	Pequenas (menos de 100ha)	Médias (maiores que 100ha e menores que 1000ha)	Grandes (maiores que 1000ha)
Santa Maria de Jetibá	94,74%	5,26%	0,00%
Iconha	88,54%	11,46%	0,00%
Domingos Martins	84,10%	15,90%	0,00%
Marechal Floriano	82,95%	17,05%	0,00%
Rio Novo do Sul	82,25%	17,75%	0,00%
Itarana	79,34%	20,66%	0,00%
Venda Nova do Imigrante	76,55%	23,45%	0,00%
Alfredo Chavez	74,50%	25,50%	0,00%
Laranja da Terra	73,11%	26,89%	0,00%
Jerônimo Monteiro	72,20%	27,80%	0,00%
Ibatiba	72,03%	27,97%	0,00%
Castelo	70,61%	29,39%	0,00%
Irupi	73,55%	19,92%	6,53%
Conceição do Castelo	71,03%	18,03%	10,94%
Santa Leopoldina	70,42%	26,93%	2,65%
São Gabriel da Palha	68,05%	26,43%	5,52%
Santa Tereza	67,39%	32,61%	0,00%
Iúna	67,38%	29,27%	3,35%
Vargem Alta	66,39%	20,96%	12,65%
Rio Bananal	65,48%	34,52%	0,00%
Afonso Cláudio	64,79%	34,20%	1,01%
Águia Branca	63,61%	36,39%	0,00%
Mantenópolis	61,79%	38,21%	0,00%
Divino de São Lourenço	61,43%	38,57%	0,00%
São Domingos do Norte	60,72%	39,28%	0,00%
Marilândia	61,75%	31,48%	6,77%
Ibitirama	61,54%	26,87%	11,59%
Barra de São Francisco	59,60%	33,60%	6,80%
Vila Pavão	59,56%	37,40%	3,04%
Itaguacu	58,16%	37,47%	4,37%
Água Doce do Norte	57,91%	38,47%	3,62%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1996. Dados organizados pelo autor.

Tabela 6 – Área ocupada pelos imóveis rurais conforme grupos de tamanho nos municípios do Espírito Santo (continuação)

Município	Pequenas (menos de 100ha)	Médias (maiores que 100ha e menores que 1000ha)	Grandes (maiores que 1000ha)
São José do Calçado	57,42%	42,58%	0,00%
Guarapari	56,62%	37,59%	5,79%
Pancas	55,79%	42,28%	1,93%
Alegre	53,72%	46,28%	0,00%
Ibiraçu	52,72%	47,28%	0,00%
Atílio Vivaqua	51,91%	48,09%	0,00%
Apiacá	49,64%	50,36%	0,00%
Muniz Freire	49,41%	39,35%	11,24%
Dores do Rio Preto	48,94%	51,06%	0,00%
Fundão	48,90%	51,10%	0,00%
Alto Rio Novo	48,60%	51,40%	0,00%
Cachoeiro de Itapemirim	48,23%	45,37%	6,40%
Anchieta	48,19%	51,81%	0,00%
João Neiva	48,18%	45,31%	6,51%
Colatina	47,55%	50,48%	1,97%
Jaguaré	44,40%	53,30%	2,30%
Viana	43,97%	56,03%	0,00%
Piúma	43,13%	56,87%	0,00%
Nova Venécia	40,96%	53,46%	5,58%
Muqui	39,91%	60,09%	0,00%
Bom Jesus do Norte	39,62%	60,38%	0,00%
Mimoso do Sul	40,25%	53,02%	6,73%
Itapemirim	39,94%	28,01%	32,05%
Presidente Kennedy	38,25%	52,35%	9,40%
Baixo Guandu	38,12%	51,69%	10,19%
Boa Esperança	36,42%	49,44%	14,14%
Guacuí	33,37%	58,06%	8,57%
Linhares	26,45%	55,06%	18,49%
São Mateus	21,02%	29,27%	49,71%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1996. Dados organizados pelo autor.

Tabela 6 – Área ocupada pelos imóveis rurais conforme grupos de tamanho nos municípios do Espírito Santo (conclusão)

Município	Pequenas (menos de 100ha)	Médias (maiores que 100ha e menores que 1000ha)	Grandes (maiores que 1000ha)
Aracruz	19,00%	25,22%	55,78%
Pinheiros	17,02%	57,08%	25,90%
Ecoporanga	16,30%	52,91%	30,79%
Mucurici	15,08%	47,77%	37,15%
Montanha	15,07%	58,52%	26,41%
Pedro Canário	11,99%	64,61%	23,40%
Conceição da Barra	10,18%	14,33%	75,49%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1996. Dados organizados pelo autor.

O primeiro grupo, representado na cor verde escura, é composto por municípios cuja estrutura fundiária fora classificada como “Muito Fragmentada”, na qual as pequenas propriedades rurais ocupam um percentual elevadíssimo da área agrícola e os grandes imóveis são inexistentes.

No segundo grupo, representado pela cor verde clara, cuja estrutura fundiária fora classificada como “Fragmentada”, os municípios também possuem a maior parte de sua área agrícola ocupada por pequenas propriedades. Todavia, ou isso ocorre em percentual consideravelmente inferior aos municípios da categoria “Muito Fragmentada”, ou, nos casos em que esse percentual é quase tão alto quanto, verifica-se que os grandes imóveis rurais se fazem presentes, em alguns casos ocupando uma parcela considerável da área agrícola.

No terceiro grupo, representada pela cor amarela, cuja estrutura fundiária foi classificada como “*Intermediária 1 – Predomínio de Médias e Pequenas Propriedades*”, as pequenas propriedades ocupam um percentual menor da área agrícola que o verificado na região 2, havendo um certo equilíbrio com a área ocupada pelos imóveis de média extensão. Em alguns casos, como Ibitirama, a área ocupada pelos pequenos imóveis é semelhante à que ocorre nos municípios categoria anterior, mas há um percentual significativamente maior de área ocupada por grandes imóveis. Por isso foram aqui locados.

Nos municípios em laranja, a estrutura fundiária foi classificada “*Intermediária 2 – Predomínio de Médias Propriedades*”. As médias propriedades ocupam a maior parte da área agropecuária, e o espaço ocupado por grandes imóveis é, em geral, bem mais significativo que o das regiões anteriores. Locamos aqui o caso mais atípico desse levantamento estatístico - o município de Itapemirim – onde os pequenos imóveis ocupam uma área significativa, mas os grandes também o fazem, ocupando quase um terço da área agrícola.

Por fim, nos municípios em vermelho, diferente do que ocorre na maior parte dos municípios do Espírito Santo, a área ocupada pelos pequenos imóveis é pequena (em alguns casos poderíamos dizer diminuta), havendo predomínio de médios e grandes imóveis rurais. São as áreas onde a concentração fundiária é mais intensa no Espírito Santo.

A partir do que o mapa revela, entretanto, percebe-se que a divisão das partes menores resulta praticamente em quatro regiões contínuas que mantêm uma considerável homogeneidade. Uma abrangendo o litoral sul e o extremo sul, cujos municípios apresentam estruturas fundiárias predominantemente Intermediárias 1 (predomínio de pequenas e médias propriedades); a porção central, onde essa estrutura é fragmentada e muito fragmentada; outra a noroeste, onde também predominam estruturas Intermediárias 1 (predomínio de pequenas e médias propriedades); e outra que abrange o litoral nordeste e o extremo norte, cujos municípios sofrem intensamente com a concentração fundiária. Denominaremos essas regiões respectivamente de Sul-Sudeste, Central-Serrana, Noroeste e Norte-Nordeste⁶.

Assim, conforme exposto na introdução desse trabalho, nos capítulos seguintes tentaremos reconstituir o processo de apropriação de terras no território capixaba a fim de obtermos alguns indicativos de como se desenvolveram esses contrastes internos.

⁶ Deixemos bem claro que tal divisão do território capixaba visa apenas fazer uma projeção espacial dos dados relativos ao nosso objeto de estudo, de forma a tornar mais didática a leitura e entendimento dos mesmos. Ela é extremamente limitada, tanto objetivamente, já que nosso objeto e critério foi apenas a estrutura fundiária, quanto temporalmente, pois tem validade apenas para o momento em que os dados foram elaborados. Desta forma, se fossemos fazer essa mesma análise do território capixaba em momentos diferentes, seguramente teríamos regionalizações muito distintas.

Capítulo 2 – Resquícios Coloniais

A apropriação das terras na forma de pequenas propriedades no Espírito Santo intensifica-se a partir de meados do século XIX, com o grande fluxo migratório rumo à província. Essa expansão inicia-se ainda em meio à escravidão, com a chegada dos primeiros imigrantes estrangeiros e criação dos primeiros núcleos coloniais (entre as décadas de 1840 e 1850), e continua, posteriormente, com o intenso fluxo de migrantes nacionais vindos principalmente do Rio de Janeiro, Minas Gerais e também da Região Nordeste. Todavia, é imprescindível compreender o contexto em que se encontrava o território do Espírito Santo no momento em que se inicia essa propagação das pequenas propriedades.

Convém esclarecer que é um verdadeiro desafio tentar compreender o território capixaba nos períodos anteriores a esse momento, visto a pouca disponibilidade de informações e obras a respeito. De fato, essa dificuldade é generalizada, pois apesar de termos um leque maior de trabalhos e estatísticas sobre a economia e sociedade do Espírito Santo a partir do século XIX, os olhares daqueles responsáveis por sua produção geralmente focam apenas em alguns poucos pontos que eles julgaram de relevância (geralmente as atividades que interessavam à Metrópole, no período colonial, e ao Império Brasileiro, após a independência), tornando difícil a tarefa de tentar recompor as dinâmicas territoriais da época e sua compreensão, na totalidade. Sobre o período colonial as informações são ainda mais esparsas, o que torna quase uma odisséia tentar buscá-las.

Em termos espaciais, as obras e estatísticas disponíveis geralmente dizem respeito apenas à área efetivamente sob domínio dos colonizadores, o que representava, como veremos, um percentual ínfimo do atual território do Espírito Santo. Sobre os indígenas e quilombos no interior do território há menos ainda disponível.

É preciso, portanto, sempre ler a história dos colonizadores nas entrelinhas, em busca de outros dados que nos ajudem a compreender o processo de construção do espaço capixaba em sua totalidade, numa tentativa de superar o discurso etnocêntrico que caracteriza a história do Espírito Santo e faz dela a história dos colonizadores no Espírito Santo e não de seu território.

Assim, abordaremos três aspectos relevantes sobre o território capixaba que antecedem o processo disseminação de pequenas propriedades rurais e que são úteis em seu entendimento, em virtude de seu legado sócio-espacial: a pouca disseminação dos engenhos produtores de açúcar e o papel imprescindível dos jesuítas no surgimento das primeiras vilas e núcleos populacionais fundados pelos conquistadores (e o grande peso dos indígenas na composição dessa população); a dinâmica econômica do território do Espírito Santo em início do século XIX, que se caracterizava pela produção de alimentos, tanto para as necessidades internas quanto para exportação a outras capitanias/províncias; e as transformações ocasionadas pela expansão da cafeicultura nas terras capixabas a partir das primeiras décadas do século XIX.

2.1. Terras devolutas ou terras indígenas?

Uma característica peculiar do atual território capixaba dentro da história do Brasil é o fato de não ter tido grande inserção direta nas atividades de grande interesse à metrópole Portuguesa.

Considerando que a relação colônia-metrópole na chamada “colonização de exploração” era, por essência, parasitária, ou seja, lucrativa unilateralmente à metrópole, não há muito que se lastimar sobre esse fato, já que foi esse, entre outros fatores, como a resistência dos indígenas, que permitiu que seu território conservasse grande parte da mata nativa e do contingente populacional dos nativos americanos, fazendo com que ainda em meados do século XIX fosse muito pequena a área conquistada e efetivamente utilizada pelos colonizadores.

Ao contrário do que tendemos a imaginar com base na história do Brasil, a maioria das poucas povoações fundadas pelos colonizadores nos primeiros séculos de sua presença no atual território capixaba originou-se antes da atividade dos jesuítas que da produção de cana-de-açúcar. A maioria das cidades, vilas e aldeias existentes ao fim do período colonial se originaram a partir de suas fazendas e/ou missões

(BITTENCOURT, 1987-a:63/64)⁷, tais como Araçatiba, Reritiba, Guarapari, Reis Magos, Santa Cruz, Carapina, Viana, entre outras. As exceções são apenas as povoações ao norte do Rio Doce, como São Mateus, Linhares, Conceição da Barra e Itaúnas, nas quais não há relatos sobre significativa atividade dos missionários (BALESTRERO: 1979).

É provável, portanto, que a maior parte da população da área ocupada pelos colonizadores fosse composta por indígenas que se integraram por meio das missões⁸.

A expulsão dos missionários do território brasileiro por parte da Coroa Portuguesa durante a administração do Marques de Pombal coincide com a ascensão da mineração na colônia, com a exploração de ouro e de outros metais nobres na área hoje pertencente ao estado de Minas Gerais, o que acarreta uma série de transformações na organização territorial da colônia. O eixo político-econômico é transferido para o centro-sul, em detrimento do Nordeste açucareiro. A economia colonial deste período passa a ser polarizada pelo eixo Minas Gerais - Rio de Janeiro, respectivamente as regiões produtora e exportadora do ouro, sendo esta última também o centro político.

Essa transformação na geopolítica da colônia teria acarretado uma significativa mudança na forma como a capitania do Espírito Santo era vista pela Coroa Portuguesa. De capitania estagnada, que pouco atendia a seus interesses por não ter grande inserção na atividade açucareira, Portugal passa a ver o Espírito Santo como uma “trincheira natural das Minas Gerais”.

A fim de evitar um possível contrabando do metal precioso (exportado exclusivamente pelos portos do Rio de Janeiro, para onde se transferiu a capital justamente com o intuito de intensificar a fiscalização da produção aurífera), a Coroa Portuguesa proíbe a abertura de estradas e a criação de vilas/aldeias no interior da capitania do Espírito Santo, de forma a evitar qualquer contato entre as terras capixabas e a região das minas (BITTECOURT, 1987:21). Mas pelas circunstâncias, é

⁷ Ver também Bittencourt (1987-b), Capítulo 2; e Balestrero (1979).

⁸ Segundo Bittencourt (1987-b:34), no século XVII, enquanto a população de europeus e seus descendentes era de cerca de 500 pessoas, a de indígenas integrados era estimada em onze mil pessoas. No século seguinte, Balestrero (1979) afirma que, no momento da expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759-60, a missão de Reis Magos possuía mais de dois mil índios e Anchieta (Reritiba), no apogeu das atividades jesuíticas, chegou a possuir mais de seis mil indígenas. Apenas o quantitativo populacional dessas duas missões no século XVIII corresponde a mais de um terço da população total da província ao término do período colonial.

provável que mesmo sem esse decreto a atuação dos colonizadores continuasse a se restringir ao litoral, já que os pivôs da colonização no Espírito Santo até então, os jesuítas, haviam se retirado do território capixaba.

Desta forma, em princípios do século XIX, a população estimada da “capitania” (entenda-se essa denominação como a área do território efetivamente dominada pelos colonizadores, restrita a uma pequena faixa costeira) – era de cerca de 24 mil habitantes, distribuídos pelas poucas vilas do litoral – praticamente as mesmas desde os primórdios da colonização no século XVI, originadas em sua maioria de missões jesuíticas. Era diminuta a área de seu território efetivamente sob domínio dos brancos colonizadores, e muito pequena a produção do principal gênero agrícola de exportação da colônia - o açúcar.

Em síntese, na pequena faixa do território capixaba ocupada pelos colonizadores, grande parte da população era, até o século XVIII, composta por indígenas integrados aos colonizadores por meio dos missionários jesuítas e grande parte da terra era cultivada pelos nativos indígenas nas missões, as quais possivelmente desempenhavam um papel significativo na economia do Espírito Santo até sua expulsão do Brasil, em meados do século XVIII. Na maior parte do território capixaba, nas imensuráveis (à época) extensões de mata atlântica que se estendiam de norte a sul, os “selvagens” índios botocudos se mantinham resistentes.

Tabela 7 – População nas paróquias da Província do Espírito Santo – 1872 (continua)

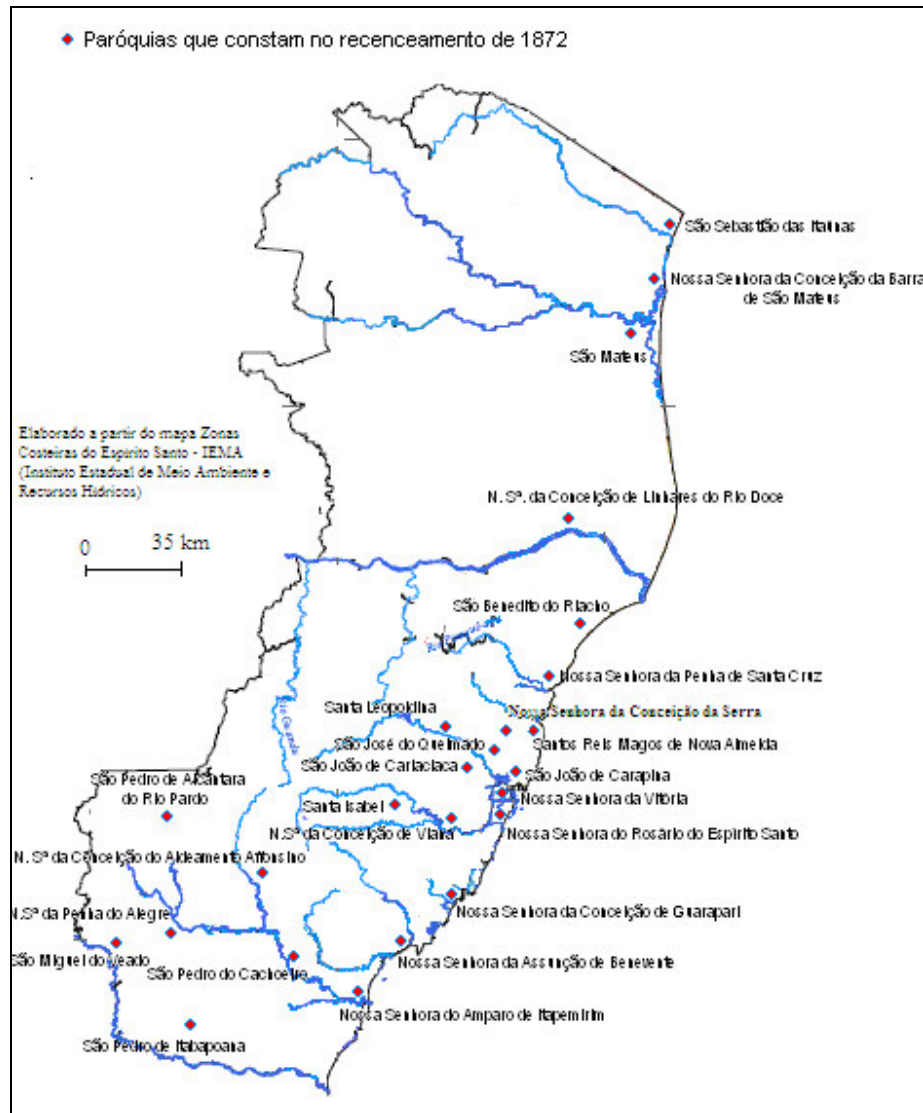
Nome da Paróquia	Total de Habitantes	Branços		Pardos		Negros		Caboclos	
		%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim	9581	45,26%	4336	22,40%	2146	26,01%	2492	7,38%	707
São Pedro de Itabapoana	5591	35,77%	2000	20,75%	1160	42,89%	2398	2,38%	133
São João de Cariacica	5318	22,09%	1175	50,62%	2692	23,56%	1253	3,72%	198
Nossa Senhora da Assunção de Benevente	5300	25,49%	1351	27,75%	1471	44,74%	2371	2,02%	107
São Mateus	4651	14,75%	686	24,17%	1124	59,64%	2774	1,44%	67
Nossa Senhora da Conceição da Serra	4294	32,09%	1378	39,17%	1682	24,80%	1065	3,94%	169
São Pedro do Cachoeiro	3893	27,23%	1060	35,73%	1391	35,06%	1365	1,98%	77
N. S. da Penha de Santa Cruz	3487	20,39%	711	28,16%	982	8,72%	304	42,73%	1490
Nossa Senhora da Conceição de Viana	3425	25,78%	883	59,77%	2047	13,11%	449	1,34%	46
São José do Queimado	3385	24,52%	830	49,16%	1664	21,98%	744	3,46%	117
Nossa Senhora da Vitória	3360	47,65%	1601	41,96%	1410	8,96%	301	1,43%	48
Nossa Senhora da Conceição de Guarapary	3188	53,17%	1695	26,76%	853	12,77%	407	7,31%	233
Nossa Senhora da Penha do Alegre	2789	27,25%	760	36,86%	1028	34,53%	963	1,36%	38
Nossa Senhora da Conceição da Barra de São Mateus	2731	48,74%	1331	25,12%	686	24,06%	657	2,09%	57
São Pedro de Alcântara do Rio Pardo	2368	75,68%	1792	10,98%	260	12,20%	289	1,14%	27
Santos Reis Magos de Nova Almeida	2196	17,40%	382	28,28%	621	20,31%	446	34,02%	747
Santa Leopoldina	1936	12,04%	233	63,33%	1226	19,52%	378	5,11%	99
Santa Izabel	1898	68,12%	1293	25,18%	478	4,16%	79	2,53%	48
N.S. da Conceição de Linhares do Rio Doce	1863	22,49%	419	31,78%	592	12,94%	241	32,80%	611
N.S. da Conceição do Aldeamento Affonsino	1772	38,83%	688	38,88%	689	21,39%	379	0,90%	16
Nossa Senhora do Rosário do Espírito Santo	1755	24,27%	426	45,64%	801	26,21%	460	3,87%	68

Fonte: Marques (1978). Dados Organizados pelo autor.

Tabela 7 – Paróquias da Província do Espírito Santo – 1872 (conclusão)

Nome da Paróquia	Total de Habitantes	Branços		Pardos		Negros		Caboclos	
		%	nº	%	nº	%	nº	%	nº
São Miguel do Veado	1640	39,27%	644	28,29%	464	31,95%	524	0,49%	8
São João de Carapina	1157	14,00%	162	62,32%	721	21,61%	250	2,07%	24
São Benedito do Riacho	1003	22,13%	222	29,21%	293	11,07%	111	37,59%	377
São Sebastião das Itaúnas	782	59,72%	467	27,24%	213	10,87%	85	2,17%	17

Fonte: Marques (1978). Dados Organizados pelo autor.



Mapa 2 – Localização aproximada das paróquias que constam no censo de 1872.
Organizado pelo autor

É interessante observar que nas estatísticas de Marques (1878) - que datam de aproximadamente 13 décadas após a expulsão dos jesuítas (Tabela 7) - a presença dos descendentes de indígenas (caboclos) na composição da população da maioria dos povoados que se originaram das atividades dos missionários é muito pequena. As poucas exceções são as áreas entre Nova Almeida e Riacho. Mesmo em Reritiba e Guarapari, outrora tidas como as missões mais populosas, e no próprio Aldeamento

Affonsino, criado exatamente para acolher os indígenas, o percentual de caboclos na composição da população total é diminuto.

O que teria acontecido, após a expulsão dos jesuítas, com os milhares de indígenas catequizados e com as terras por eles cultivadas, que provavelmente representavam a maior parte da área agropecuária até então?

Moreira (2002) fornece esse indicativo:

Depois da expulsão dos jesuítas em 1759-60 (...), os índios da capitania, que eram sobretudo de origem Tupiniquim e Temiminó, receberam sesmarias (o caso dos índios da Missão de Reritiba) ou tiveram suas sesmarias confirmadas (o caso dos índios da Missão dos Reis Magos). Do ponto de vista legal, tais índios tornaram - se, por direito, possuidores de sesmarias. Já os Puris e Botocudos, incorporados à sociedade local, sobretudo a partir de 1800, foram reunidos em aldeamentos e agraciados com as terras das aldeias. Os índios das tribos independentes estavam em situação relativamente nebulosa. Poderiam ser considerados como os primeiros ocupantes da terra e, portanto, portadores de direito primário e originário sobre ela. No mínimo e na pior das hipóteses, as tribos independentes tinham por direito pelo menos as terras dos aldeamentos que deveriam ser fundados para eles. Do ponto de vista real, no entanto, embora os índios pudessem encontrar na legislação fundamentos para garantir seus direitos sobre os territórios que ocupavam, a tendência geral foi o contínuo avanço sobre seus territórios e, por fim, a expulsão. Pouco mais de cinquenta anos depois da saída dos padres jesuítas, as terras das sesmarias indígenas do Espírito Santo eram alvo de invasões e expropriações, inclusive com o aval dos administradores locais (Ibid., p. 156 e 157)

A gradativa inserção da província do Espírito Santo na produção de café – que se tornaria o principal produto de exportação do império e também da província - a partir das primeiras décadas do século XIX sem dúvida acelerou esse processo de invasão e usurpação das terras indígenas nas áreas das antigas missões. Uma das evidências desse fato é que a expulsão dos indígenas parece ter sido ainda mais intensa nas vilas e cidades mais próximas às principais áreas produtoras desse gênero, no sul da província (Tabela 7 e Mapa 2).

Segundo Moreira (2002), a partir da Independência, com o Fim do Regime de Sesmarias, a ausência de leis específicas que regulamentassem a propriedade da terra (o que só viria a ser sanado em 1850, com a Lei de Terras) contribuiu significativamente para iniciar um processo de apropriação de terras que daria origem a muitos dos latifundiários que se tornariam a oligarquia rural brasileira. O caso do Espírito Santo não deve ter sido diferente, principalmente porque esse período de ausência de legislação mencionado pela autora coincide exatamente com o início da expansão da cafeicultura

no território da província, que, como veremos, é muito mais intensa nas áreas limítrofes (e seus arredores) à Zona da Mata Mineira e ao norte do Rio de Janeiro.

Em 1850, com a Lei de Terras, passa a haver uma legislação oficial, válida para todo o império, que supostamente disciplinaria o processo de apropriação de terras devolutas, que passavam a pertencer ao Estado. Essa lei, entretanto, não garantiu os direitos indígenas. A situação dos nativos americanos que estavam integrados à sociedade dos colonizadores tornou-se cada vez mais adversa à sua permanência nas terras que até então haviam cultivado:

Pudessem ou não ser consideradas devolutas as terras ocupadas pelos índios, o fato é que a Lei de Terras simplificou as relações dos índios com a terra de maneira radical. Desse modo, a lei apenas previa a possibilidade de reservar terras à “colonização indígena”, omitindo-se sobre o chamado direito originário e sobre as terras indígenas que possuíam títulos legítimos. Na nova lei, o conceito de “indígenas” também estava longe de ser claro, mas não restam dúvidas de que por “indígenas” se compreendiam aqueles indivíduos pertencentes às chamadas “hordas selvagens”, tal como posteriormente ficou esclarecido na sua regulamentação(...). A Lei de Terras era omissa em relação à figura do “índio civilizado”, isto é, nada dizia, em particular, sobre os direitos de indivíduos ou comunidades integradas à ordem social dominante e que não poderiam ser, em hipótese alguma, ainda considerados como partes de tribos independentes (MOREIRA, 2002:161)

Conforme citado pela autora, as terras indígenas possuíam títulos legítimos de propriedade, e deveriam ter sido “revalidadas e legitimadas” por ocasião da implantação da Lei de Terras (ibid., p.161). Contudo, seus direitos legais não foram respeitados. Na verdade, os índios integrados aos colonizadores foram praticamente desprezados na referida legislação.

Foi somente por meio da Lei nº 1.114, de 27 de setembro de 1860, em seu Art.11, § 8, segundo Moreira (2002), que pela primeira vez houve alguma resolução formal sobre como proceder nos casos envolvendo terras indígenas. Todavia, não era algo favorável aos direitos dos nativos americanos e seus descendentes, já que:

o governo ficou autorizado a (...) aforar ou vender, na conformidade da lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, os terrenos pertencentes às antigas Missões e Aldeias dos índios, que estiverem abandonadas, cedendo todavia a parte que julgar suficiente para aculturados que neles ainda permanecerem, e os requererem” (Ibid., p. 164).

Os desdobramentos da criação desse dispositivo legal foram, como se pode imaginar, extremamente nocivos aos indígenas:

As arbitrariedades da lei de 1860 eram evidentes. Como poderia uma terra indígena estar abandonada e ter, ao mesmo tempo, índios vivendo nela? Pior ainda, com base em qual justificativa legal estava-se interditando aos descendentes dos índios que receberam sesmarias ou terras de aldeia o direito de legitimarem as posses herdadas? As decisões oficiais não enfrentaram e, menos ainda, não elucidaram tais questões, mas permitiram a desativação de grande número de aldeias, viabilizando a abertura das terras indígenas à venda e ao aforamento. Aos remanescentes indígenas restava somente a quantidade de terra que alguma autoridade local julgasse suficiente para eles. Mas tais índios tinham que ser identificados como “índios” para usufruírem o derradeiro direito de posse e propriedade. (Ibid., 164/165)

Assim, segundo Moreira (2002, p.167) foram recorrentes os casos de indígenas que não foram considerados “índios de verdade” (os critérios para esse julgamento eram, ao que tudo indica, totalmente subjetivos, para não dizer arbitrários) e, portanto, tiveram seus direitos negados pelas autoridades. O desaparecimento do elemento indígena na composição da população das povoações oriundas das antigas missões evidencia que, de uma forma ou de outra, os indígenas integrados aos colonizadores, que praticavam agricultura nas antigas missões, foram expulsos de suas terras, com conivência e até apoio das autoridades.

O que restava, portanto, aos remanescentes indígenas era tornar-se um “civilizado” sem terras ou retornar às suas origens, à mata, a seu modo de vida anterior ao contato com os missionários.

2.1.1. Vazios Demográficos: o discurso dos colonizadores

Esses fatos deixam claro que é um grande equívoco considerar as terras capixabas, em fins do século XVIII e início do século XIX, como “grandes vazios demográficos”, da forma como alguns relatos sugerem. Havia muitos indígenas em seu território e não apenas nas áreas de mata, mas também integrados aos colonizadores.

Essa idéia falsa de inexistência de pessoas nas áreas a serem colonizadas, todavia, não foi uma particularidade da história capixaba. Conforme Moreira (2001,

p.103), se trata de uma verdadeira ideologia construída e desenvolvida com a expansão colonial europeia a partir do século XV, amplamente utilizada pelos impérios e posteriormente pelos Estados Nacionais, que ao minimizar e/ou desconsiderar a presença dos nativos das áreas a serem colonizadas, ocultavam a violência e barbárie desse processo de conquista e subjugação.

Essa ideologia teve claramente reflexos nos relatos sobre o território e a população nativa do Brasil:

Como em um passe de mágica, as exuberantes florestas habitadas pelos índios tornaram-se, com a chegada do colono europeu, florestas vazias de gente, graças ao poder imagético do conceito de “vazios demográficos”. O caráter semi-nômade e arredio dos índios dos sertões, as freqüentes fugas para regiões menos acessíveis à onda colonizadora, a política indigenista oficial de concentração da população indígena em aldeias controladas pelo Estado e a crescente despovoação das matas contribuíram, em grande medida, para forjar a idéia de que partes do Brasil eram ou até mesmo sempre foram sertões sem gente (MOREIRA, 2001:101)

Sobre o Espírito Santo especificamente, a autora ainda acrescenta:

É um grande equívoco definir o território do Espírito Santo durante o século XIX como um enorme “vazio demográfico”, totalmente disponível à ação colonizadora e aos novos imigrantes. Ao contrário, no início do século XIX, a região possuía expressiva população indígena para os padrões da época. Existiam, na capitania, não apenas os chamados “índios bravos” ou “tapuias”, representantes das tribos puri, coroado, botocudo e outras, mas também os então denominados “índios mansos”, “domesticados” ou “civilizados”, isto é, aqueles que pertencentes às tribos tupiniquim e termiminó, que, desde os tempos das missões jesuíticas (1551-1760), estavam semi-integrados à modesta vida social luso brasileira. (Ibid., p.100)

Da mesma forma, assim como existem relatos da presença pretérita de posseiros negros/mulatos na porção centro-sul do Espírito Santo por ocasião do início da colonização com imigrantes europeus, também há relatos da presença de indígenas nessa mesma porção do território capixaba, como, por exemplo, o episódio da chegada de dezenas de indígenas ao núcleo colonial de Santa Leopoldina em busca de comida em 1876 as histórias contadas pelos pioneiros dos núcleos imigração estrangeiras às gerações posteriores (Moreira, 2001:100).

O Espírito Santo não era e nunca foi, portanto, um local “desabitado”, muito embora os dominadores desejassem que assim ele fosse visto.

2.2. Dinâmica econômica da província do Espírito Santo no início do século XIX

Bittencourt (1987-a) assim resume o histórico econômico da colonização no Espírito Santo até esse momento:

“Aqui, a imensa “empresa colonial” que caracterizou a colonização brasileira, destinada a explorar os recursos materiais da terra descoberta, ficou nos justos limites da ação dos interesses metropolitanos que privilegiarão o Nordeste açucareiro, o Centro-Sul minerador e/ou os centros administrativos da Colônia ligados à dinâmica econômica predominante. Tudo isso relegou a terra capixaba a uma “economia de sobrevivência”, ou mesmo à condição de cinturão armado de sua própria hinterlândia, em cujo contexto, paradoxalmente, estava o Espírito Santo proibido da exploração de seu próprio território.”(Ibid.,p.15)

Esse mesmo autor, reforçando a idéia transcrita acima, afirma que a província vivia em um *“quase completo isolamento”* em relação ao restante da colônia, e que internamente a comunicação entre as diversas partes da província era incipiente.

O autor denota uma clara lástima em função do pequeno avanço da colonização em terras capixabas. Todavia, considerando que o processo de colonização implicava em destruir as matas, desalojar e matar os nativos indígenas e escravizar negros arrancados de seu território, não há muito que se lastimar a esse respeito. E, tendo em vista essa parcialidade de Bittencourt, convém examinar outros relatos a fim de esclarecermos melhor o que seria essa “economia de sobrevivência” e “isolamento” aos quais ele se refere.

São Mateus, ao norte da província, possuía um comércio significativo. Era um grande exportador de farinha de mandioca, e abastecia importantes centros político-econômicos, como o Nordeste e, posteriormente, e o próprio Rio de Janeiro e Minas Gerais (NARDOTO, 1999:50). Era intenso o fluxo de embarcações e a comercialização dos produtos locais para o mercado externo (sobretudo a farinha de mandioca) e de gêneros importados, consumidos, sobretudo, pela elite do mercado local. Além, é claro, do tráfico de escravos, imprescindível à economia baseada no trabalho compulsório (Ibid.).

Aliás, esse fato é citado pelo próprio Bittencourt (1987-a:60), que aparentemente se contradiz ao mencionar a dinâmica comercial dessa porção do território capixaba e seus intercâmbios comerciais com outras províncias, bem como a infra-estrutura portuária desenvolvida por consequência disso (Ibid., p.62).

Mais ao sul, conforme obra de Balestrero (1979) sobre a atividade jesuíta no Espírito Santo, as cidades, vilas e povoados que se estendem desde Nova Almeida e Santa Cruz até Itapemirim aparentemente possuíam uma considerável integração centralizada na capital Vitória, sede da administração política e também das atividades dos religiosos. A comunicação e transporte eram feitos por meio de trilhas ao longo da costa e, principalmente, pela utilização da navegação fluvial e marítima. Esses povoados tinham menos interação com o restante da colônia, pois possuíam uma economia voltada para o mercado local, com grande diversificação das atividades agrícolas e de serviços cotidianos, o que a tornava praticamente auto-suficiente.

Tabela 8 – Gêneros exportados pelo Espírito Santo nos anos de 1826 e 1827

Gênero	em 1826	em 1827	Preço Médio	Exportação
Farinha	186:000 Algr.	171:000 Algr.	700 reis	119:700\$000
Açúcar	31:685 a	26:295 a	1\$200 reis	31:554\$000
Fio de Algodão	2:400 a	2:800 a	5\$120 reis	14:336\$000
Traçados	70:000 varas	60:000 varas	120 reis	7:200\$000
Cachaça	200 pipas	166 pipas	32\$000	5:312\$000
Arroz	5:500 Algr.	5:400 Algr.	1\$200	6:480\$000
Milho	9:000 Algr.	8:000 Algr.	480	3:840\$000
Feijão	1:400 Algr.	1:200 Algr.	1\$200	1:400\$000
Colxas e redes	1:000	1:000	1\$600	1:600\$000
Capoeiras	50 duzias	80 duzias	16\$000	1:280\$000
Cal	100 moios	100 moios	10\$000	1:000\$000
Poaia	50 a	50 a	30\$000	1:500\$000
Café	150 a	150 a	1\$720	258\$000
Soma				195:500\$000

Fonte: Retirado de Vasconcelos (1978).

Tabela 9 – Gêneros importados pelo Espírito Santo – 1827

Gênero	Unidade	Preço Médio	Importação
Farinha de trigo	325 barricas	13\$ reis	4:225\$000
Carne Seca	1:200 arrobas	3\$600	4:320\$000
Bacalhão	150 barricas	12\$000	1:800\$000
Azeite Doce	8 pipas	160\$000	1.280\$000
Vinho	150 pipas	100\$000	15.000\$000
Vinagre	24 pipas	50\$000	1:200\$000
Aguardente do Reino	25 pipas	140\$000	3:500\$000
Sal	9:000 alqueires	500	4:500\$000
Queijos	1:450	460	667\$000
Roscas	380 barricas	6\$400	2:432\$000
Manteiga	70 barricas	24\$000	1:680\$000
Sabão	31:000 libras	140	4:340\$000
Meios de Sola	275	1\$970	541\$750
Tabaco em pó	425 libras	300	1:275\$000
Fumo Balpendi	700 arrobas	5\$000	3:500\$000
Velas de cera	175 arrobas	19\$000	2:400\$000
Toicinho e lombo	150 arrobas	2\$500	375\$000
Escravos	100	250\$000	25:000\$000
Azeite de peixe	30 pipas	130\$000	3:900\$000
Maçame			300\$000
Marmelada			325\$000
Velas de sebo			700\$000
Telhas e tijolos			500\$000
Paos e prezuntos			350\$000
Loiça groça			2:600\$000
Fazendas secas			88:000\$000
Ferragens e ferramentas			8:000\$000
Drogas para as boticas			800\$000

Fonte: Retirado de Vasconcelos (1978)

As Tabelas 8 e 9, cujos dados foram extraídos da obra de Ignácio Accioli de Vasconcelos, datada de 1828, acerca das importações e exportações da província em 1825 revelam uma significativa diversificação da produção interna, que dá conta de praticamente toda a demanda de gêneros essenciais.

Essa diversificação econômica verificada em início do século XIX é também mencionada pelo próprio Bittencourt (1987-b):

“Nessa época, assumia uma certa expressão o cultivo do arroz. Em 1818, só a Vila de Vitória havia exportado mais de quatro mil alqueires do produto beneficiado. A base alimentar, porém, consubstanciava-se na farinha de mandioca, produzida quase que integralmente na Vila de São Mateus, nesse período ainda sob a jurisdição de Porto Seguro (...). A abundância de madeiras de lei, excelentes para construção e marcenaria, permitia a atividade madeireira e ainda destacavam-se na Província: algodão. Feijão, café, milho e diversos tipos de legumes” (Ibid., p. 53)

Era grande, portanto, a produção de gêneros de subsistência na província, já que não só supriam as necessidades internas da província como também eram produtos de exportação para outras províncias. As únicas exceções, em termos de alimentos consumidos, são os gêneros relacionados a um “padrão europeu” de consumo, cuja produção é, em sua maior parte, praticamente restrita a outras zonas climáticas (como o azeite e o trigo, por exemplo). E tais gêneros eram consumidos apenas por uma parcela pequena da população – a elite, de descendência européia⁹.

Em suma, praticamente nada do que se podia produzir aqui era importado e, ao mesmo tempo, nada do que era importado era realmente essencial.

Outro fato interessante e que deve ser levado em consideração é que, pelos dados de Vasconcelos (1978), de fins da década de 1820, a cana-de-açúcar está longe de ser o eixo da economia da província, já que o valor da exportação de farinha de mandioca (esse sim o principal produto da lista) é praticamente quatro vezes maior. Importante ressaltar também que a exportação dos principais gêneros de subsistência

⁹ Segundo Bittencourt (1987-b:56), “as pessoas mais abastadas supriam-se de carne à mesa. A dieta dos demais, no entanto, não ia além da farinha, peixe, mariscos e feijão. Na economia local de subsistência não havia sequer a criação de porcos (...)”. Como a maior parte da população era composta por indígenas integrados (ainda que marginalmente) à sociedade dos colonizadores, é natural que a cultura alimentar predominante também fosse fortemente influenciada pelos hábitos indígenas, como o consumo de peixes e mariscos e da mandioca. É provável que apenas a elite branca não compartilhasse desses valores culturais e buscasse manter um padrão de vida europeu.

(milho, feijão e arroz) representava mais de um terço do valor das exportações de cana-de-açúcar, o que demonstra seu peso desses gêneros na economia local.

Segundo Balestrero (1979), a produção agrícola praticada nas missões – de onde se originaram a maior parte dos povoados dos colonizadores em terras capixabas - era muito diversificada e com prioridade para os gêneros de subsistência voltados para o mercado interno. Assim, em função do pequeno desenvolvimento da atividade açucareira propriamente dita nas terras capixabas, a agricultura desenvolvida pelos missionários desde os primórdios da colonização parece ter impresso seu perfil à economia do Espírito Santo, já que em início do século XIX, quase meio século depois da expulsão dos jesuítas e de gradativa usurpação das terras indígenas, ela ainda era marcada pela grande produção de alimentos, com eventual exportação a outras províncias.

Em síntese, o que se poderia dizer sobre o Espírito Santo em início do século XIX, no que tange à dinâmica territorial e à integração com as demais províncias, é que havia duas regiões distintas¹⁰: uma ao norte, polarizada em São Mateus, com significativa integração na economia colonial, na qual atuava como exportadora de gêneros de subsistência, sobretudo farinha de mandioca, produzidos em geral nos moldes do plantation; e outra composta pelos demais povoados entre Santa Cruz e Itapemirim, onde predominava a produção de gêneros de subsistência aparentemente mais variada para abastecimento do mercado interno da província, que não só supria as necessidades locais como era produto de exportação (embora em menor escala que o verificada no caso da farinha de mandioca, em São Mateus).

2.3. A expansão dos latifúndios cafeicultores

O café é introduzido no território brasileiro ainda em fins do século XVIII, mas é nas primeiras décadas do século XIX que ele vai se consolidando como principal produto de exportação em detrimento da produção açucareira e da mineração. O

¹⁰ Utilizando a proposição de Heratshore para o processo de regionalização, conforme mencionados no capítulo anterior ao tratar da análise da estrutura fundiária atual no Espírito Santo. Neste caso, a variável primordial utilizada na regionalização seria o grau de integração das diversas partes do Espírito Santo com as demais províncias do Império Brasileiro e sua lógica econômica.

epicentro dessa expansão foi o Vale do Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro.

Essa ascensão da produção de café e a expansão de sua área de cultivo no Brasil coincidem temporalmente com as limitações que vão sendo impostas ao tráfico negreiro a partir da década de 1830, culminando com sua proibição em 1850. Apesar de aparentemente ser uma relação contraditória, Martins (1990) explica que esses fatos são na verdade duas faces da mesma moeda.

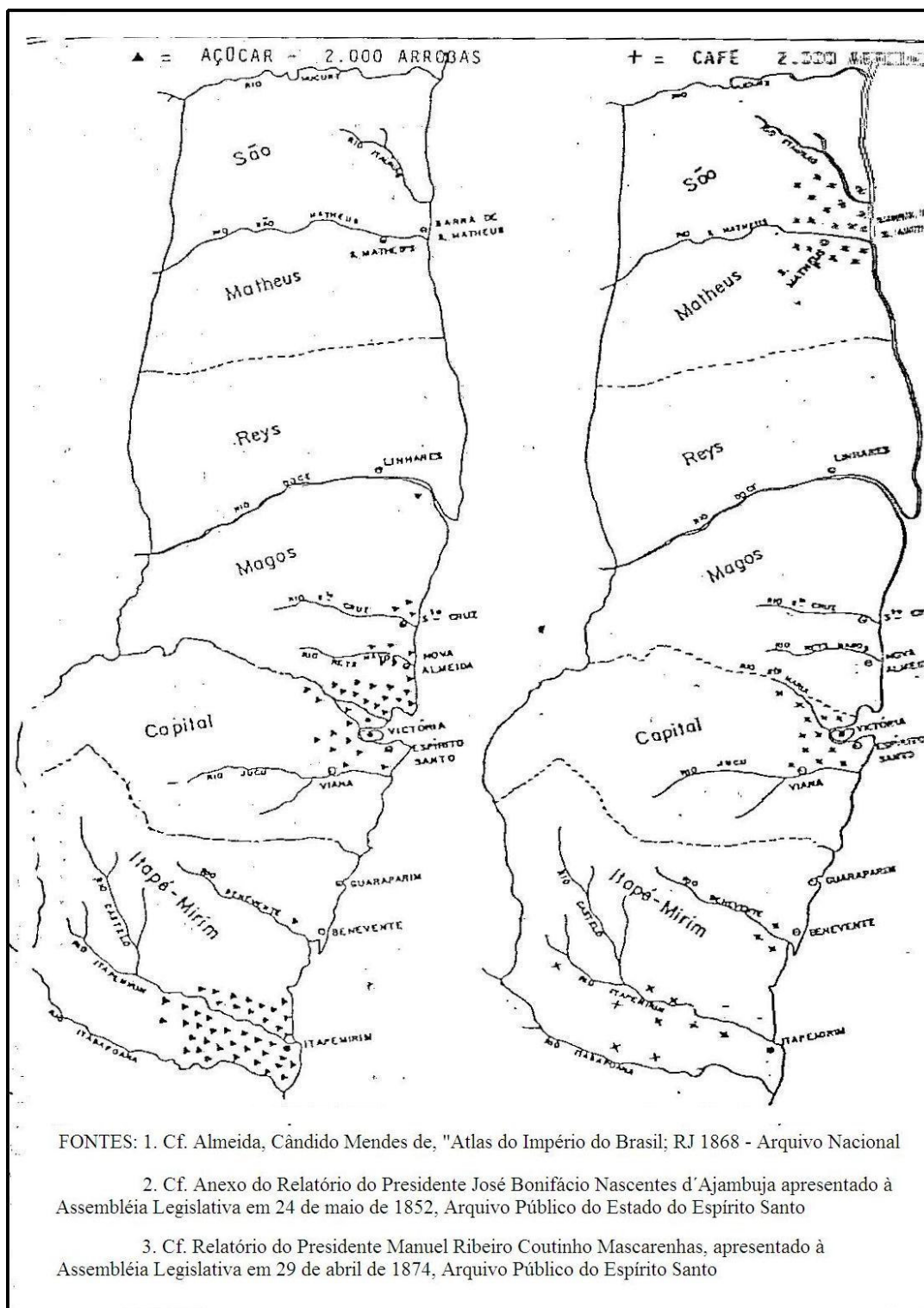
A dificuldade em se obter escravos, num primeiro momento, foi – ao contrário do que tendemos a imaginar - um dos fatores que impulsionaram essa expansão, visto que os cativos eram, até a efetivação da Lei de Terras, a principal fonte de capital de reserva dos fazendeiros. A diminuição de sua oferta no mercado da colônia elevou seus preços e, por conseqüência, elevou também o capital acumulado pelos fazendeiros, ampliando a sua capacidade de investimentos e de obtenção de crédito. É de acordo com esta lógica que a produção cafeeira do Vale do Paraíba se expande rapidamente, atingindo o Oeste Paulista e também a Zona da Mata Mineira e o Sul do Espírito Santo (Ibid, p. 26 e 27).

O café expande-se rapidamente pelo Espírito Santo, ao sul com maior intensidade, mas também nas demais áreas. Para explicitarmos essas transformações no território capixaba em decorrência do crescimento da cafeicultura, utilizaremos a regionalização feita por Almada (1981, p.25), que tem esse mesmo propósito. Ela divide a província do Espírito Santo, nesse momento da história, em quatro regiões distintas¹¹, cujos dados disponíveis nos permitem ter uma dimensão das diferentes dinâmicas

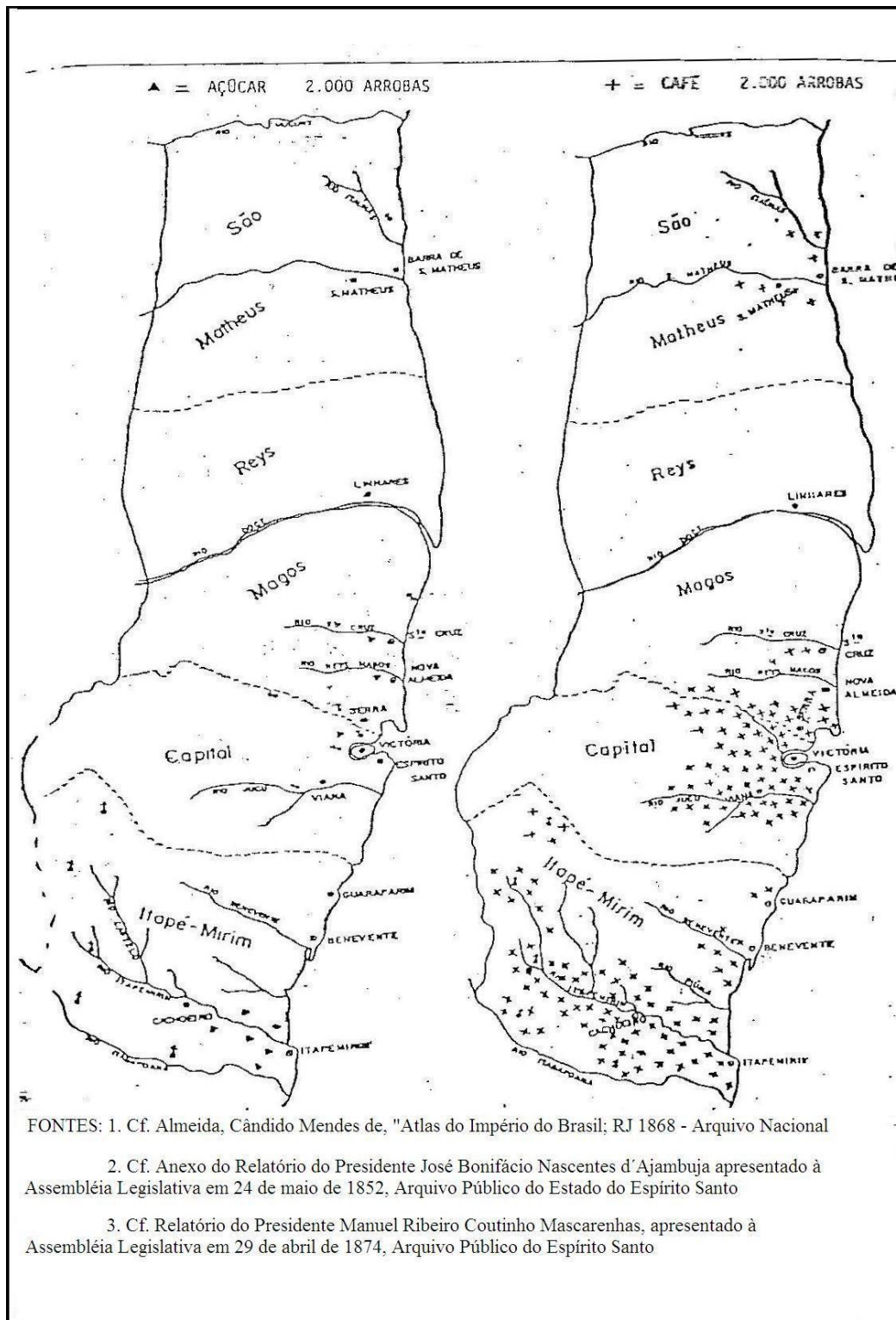
¹¹ Embora a autora não explicita quais paróquias compõem cada região, o quantitativo populacional do censo imperial de 1872, com pequenas diferenças, provavelmente ocasionadas pela dificuldade em ler os dados desses documentos manuscritos (o erro pode ser dela ou nosso), bem como os mapas disponíveis na obra dessa autora, reproduzidos nas páginas a seguir, nos levam a deduzir a seguinte composição:

- Região de São Mateus: Nossa Senhora da Conceição da Barra de São Mateus, São Sebastião das Itaúnas e São Mateus;
- Região de Reis Magos: Nossa Senhora da Conceição de Linhares do Rio Doce, São Benedito do Riacho, Nossa Senhora da Penha de Santa Cruz, Santos Reis Magos de Nova Almeida;
- Região da Capital: São João de Cariacica, Nossa Senhora da Conceição da Serra, Nossa Senhora da Conceição de Viana, São José do Queimado, Nossa Senhora da Vitória, Santa Leopoldina, Santa Izabel, Nossa Senhora do Rosário do Espírito Santo, São João de Carapina;
- Região de Itapemirim: Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim, São Pedro de Itabapoana, Nossa Senhora da Assunção de Benevente, São Pedro do Cachoeiro, Nossa Senhora da Conceição de Guarapary, Nossa Senhora da Penha do Alegre, São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, Nossa Senhora da Conceição do Aldeamento Affonsino, São Miguel do Veado.

econômicas e demográficas por ocasião do crescimento do café como novo produto de exportação da província, sobretudo a partir dos Mapas 3 e 4, que comparam a projeção espacial dos dados de 1852 e 1873.



Mapa 3 – Produção de café e açúcar no Espírito Santo – 1852. Extraído de Almada (1981).



Mapa 4 – Produção de café e açúcar no Espírito Santo – 1873. Extraído de Almada (1981).

Tabela 10 – Comparativo da população do Espírito Santo – 1856 x 1872

Região	População em 1856				População em 1872			
	Livre	Escrava	Total	%	Livre	Escrava	Total	%
Capital	16.087	4.923	21.010	42,80%	21.834	6.919	28.753	35,11%
Reis Magos	5.562	752	6.314	12,86%	7.451	1.098	8.549	10,44%
São Mateus	3.640	2.213	5.853	11,92%	5.357	2.813	8.170	9,98%
Itapemirim	11.534	4.381	15.915	32,42%	24.695	11.722	36.417	44,47%
Total	36.823	12.269	49.092	100,00%	59.337	22.552	81.889	100,00%

Fonte: Censo local de 1856 e Censo Geral organizado pelo império em 1872. Retirado de Almada (1982, p.25).

Conforme os dados da Tabela 10, a população da Região de Itapemirim foi a que apresentou maior crescimento no percentual total da província - em detrimento de todas as demais regiões - e seu crescimento absoluto ocorre em um ritmo muito mais rápido que o verificado nas demais áreas. O mesmo acontece quanto ao número de escravos, indicando nitidamente o contraste na dinâmica econômica entre o sul e o restante da província, visto que as crescentes restrições e/ou proibições ao tráfico negreiro elevaram vertiginosamente o preço dos cativos no mercado.

Como já mencionamos, a produção de café dessa região está de certa forma relacionada à produção do Vale do Paraíba do Sul, epicentro da cafeicultura no Brasil. Os fazendeiros que se dirigiram a essa porção do Espírito Santo, próxima ao norte do Rio de Janeiro e à Zona da Mata mineira, eram oriundos, em sua maioria, dessas próprias localidades das Províncias vizinhas¹², e foram atraídos pela imensa extensão de matas virgens do Espírito Santo, que a seus olhos eram uma possibilidade de obter terras férteis a preços muito mais baixos que os verificados em suas regiões de origens, cujas fronteiras agrícolas já estavam em processo de saturação nesse momento (ALMADA, 1981: p.14, 36 e 91).

Ao se dirigirem para o sul do Espírito Santo, esses fazendeiros traziam consigo,

¹² SALETTO (1996, p.53), ao estudar o caso de Mimoso do Sul, no vale do Rio Itabapoana, afirma que é a partir dos anos de 1830 que esses fazendeiros chegam àquela região, na fronteira entre os atuais territórios do Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, oriundos de deste último e, sobretudo, do próprio Rio de Janeiro (os fluminenses sozinhos representavam cerca de 40% da população livre dessa área na época). Almada (1981,1993), ao analisar registros cartoriais dessa porção do território, chega a conclusões semelhantes.

de suas áreas de origem, um número considerável de escravos, o que explica o significativo incremento no contingente populacional dessa região ao longo de todo o século XIX, bem como o peculiar aumento no número de cativos, mesmo após a proibição do tráfico negreiro (Ibid., p. 23 e 31).

Em decorrência desse processo - multiplicação de latifúndios cafeicultores em terras capixabas com produção nos moldes do *plantation* – houve uma conseqüente espoliação das terras de pequenos posseiros (sobretudo através dos mecanismos criados pela Lei de Terras de 1850¹³) e também dos nativos que ainda habitavam a área à época, como abordado no primeiro item desse capítulo.

É importante ressaltar que, segundo Salles (1981, p.36), apesar de essas propriedades do sul do Espírito Santo serem enormes em extensão total se comparadas com as fazendas de outras regiões cafeeiras, como o Vale do Paraíba, elas apresentavam uma área efetivamente utilizada para plantio muito pequena. Isso ajuda a entender por que mais tarde, no momento em que o Espírito Santo passa a receber um grande contingente de migrantes, fosse tão comum os fazendeiros queixarem-se de ocupação em suas terras por posseiros (ALMADA, 1993, p.72), os quais provavelmente se estabeleciam nessas extensas áreas não utilizadas dos imóveis (que, face à sua extensão, talvez fosse até mesmo pouco conhecidas dos próprios proprietários).

Além disso, apesar dessa multiplicação de latifúndios cafeicultores e do fato de a Região de Itapemirim - conforme regionalização de Almada (1981) – ser a mais dinâmica em termos de crescimento econômico e populacional, ela ainda apresentava, às vésperas da abolição, uma vasta extensão de terras consideradas devolutas (SALLETO, 1985, p.117), que posteriormente serão apropriadas na forma de pequenos imóveis por ocasião da intensificação dos movimentos migratórios rumo à província, que será tratada no próximo capítulo.

¹³ SALLETO(1996), estudando o caso de Mimoso do Sul, conclui que a maioria dos primeiros fazendeiros fluminenses e mineiros que ali se estabeleceram legalizaram suas terras baseados nos Artigos 3º e 4º da Lei de Terras, na qualidade de “posses garantidas” através de documentos que comprovassem a compra ou concessão de título anteriores à publicação da referida legislação (página 53). E, mesmo que por ventura isso não tenha ocorrido nas outras áreas dessa região, ao estabelecer que as terras devolutas pertenciam ao estado brasileiro e que somente poderiam ser adquiridas por meio de compra, essa legislação tornava os pequenos posseiros praticamente impotentes frente ao avanço dos grandes fazendeiros, visto não terem condições financeiras e influência política necessárias para legalizar seus lotes e tampouco capital para adquirir legalmente novas terras devolutas.

Já na Região da Capital, os primeiros produtores de café, segundo Almada (1981, p.33), eram predominantemente oriundos da própria província do Espírito Santo, o que evidencia que a produção desta área tem poucas ligações com a do Vale do Paraíba. Os cafeicultores eram em sua maioria antigos produtores de cana-de-açúcar que abandonaram este cultivo, substituindo-o pelo café em vistas de suas vantagens no que diz respeito à relação custo-benefício: melhores cotações nos mercados internacionais, menor exigência de mão-de-obra, custos mais baixos de beneficiamento, etc... (Ibid, p.13 e 33). Por isso, nessas localidades o crescimento populacional e a expansão das fronteiras agrícolas não acompanharam o ritmo da Região de Itapemirim.

No norte da província, por sua vez, a expansão dos latifúndios cafeicultores não foi tão intensa (ALMADA, 1981, p.20). Segundo Bittencourt(1987-a, p.60), entretanto, houve na região de São Mateus, graças à atividade cafeeira, um pequeno avanço das fronteiras agrícolas a partir do litoral em direção ao Alto São Mateus. As propriedades mais próximas à jusante do rio São Mateus e ao longo do litoral, continuavam a dedicar-se às tradicionais culturas da cana-de-açúcar e farinha de mandioca, enquanto as propriedades mais recentes, à montante dessa bacia hidrográfica, optavam pelo café. Ambas basearam-se, num primeiro momento, em latifúndios escravistas, similar ao que acontecia no sul.

A Região de Reis Magos, que abrange as áreas entre essa paróquia e as proximidades da barra do Rio Doce, ficou praticamente alheia a essas transformações ocasionadas pela expansão da cafeicultura, o que ajuda a explicar a permanência de grande parte da população de descendência indígena nessas áreas (cujas terras em praticamente todas as demais partes do Espírito Santo foram usurpadas, conforme abordado no capítulo anterior, resultando em sua expulsão).

2.4. Além dos latifúndios monocultores

Nos trabalhos já produzidos sobre a história e economia do Espírito Santo é extremamente difícil buscar informações sobre outro tipo de propriedade rural senão

aquelas que se especializaram em produzir os gêneros de exportação tanto interessavam à metrópole portuguesa e, posteriormente, ao império brasileiro. Anteriormente à emergência da cafeicultura, por exemplo, os dados disponíveis sobre a agricultura se limitam às propriedades produtoras de cana-de-açúcar, que nem sequer era o principal produto exportado pelo Espírito Santo em início do século XIX, o que deixa evidente que aqueles que discorrem sobre o passado de seu território o fazem sob a mesma ótica que a metrópole Portuguesa (e, posteriormente, o Império Brasileiro) o administravam, demonstrando profundo desprezo pelas atividades destinadas a satisfazer suas necessidades internas.

A partir de meados do século XIX, momento em que ocorre a expansão da cafeicultura no Espírito Santo, apesar de ainda dispormos apenas de informações relativas aos latifúndios, já é possível levantar algumas evidências de que mesmo anteriormente à imigração estrangeira e nacional rumo ao território do Espírito Santo, (que vão resultar em uma estrutura fundiária fragmentada com predomínio do trabalho “livre”), havia outro tipo de agricultura que não aquela desenvolvida nos chamados plantations (caracterizados por uma produção predominantemente voltada para exportação, praticada em latifúndios com mão-de-obra escrava) e que esta tinha um peso significativo na economia da província.

A primeira dessas evidências consta no Artigo sobre a agricultura praticada no Espírito Santo, no Dicionário Histórico, Geográfico e Estatístico da Província do Espírito Santo de 1878, escrito por César Augusto Marques. Tal descrição demonstra que a produção agrícola da província, no apogeu na atividade cafeeira, não diferia muito das informações implícitas nos dados sobre importações e exportações da província na década de 1820 (Tabelas 8 e 9).

O autor discorre sobre a diversidade das atividades agrícolas capixabas e chega a mencionar a exportação dessa produção, que, segundo ele, atraía navios até os portos da região de Vitória (Ibid., p. 01 a 04). Além disso, nesse artigo, escrito quase meio século depois da data à qual se referem as Tabelas 8 e 9, o autor acrescenta como importantes produtos de exportação o algodão, o pescado, e também menciona produtos artesanais, como redes. Até mesmo a necessidade de importação de

derivados da pecuária parece não ter mudado neste quase meio século de interstício entre esses trabalhos, já que é bem referida pelo autor.

A outra dessas evidências pode ser encontrada nos trabalhos de Almada (1981), que ao analisar o inventário de algumas fazendas produtoras de café do sul do Espírito Santo, principal região capixaba produtora desse gênero nesse momento da história, percebe um claro déficit na produção de alimentos. A autora cita a fazenda Santa Rita, localizada no vale do Itapemirim (Tabela 11):

Tabela 11 – Produção da Fazenda Santa Rita (no Vale do Itapemirim) - 1875

Rendimentos	Despesas
4.500 alqueires de café em coco	28 alqueires de café em coco
1.900 alqueires de milho	2.628 alqueires de milho
24 alqueires de feijão	215 alqueires de feijão
45 alqueires de arroz	87 alqueires de arroz
5 alqueires de açúcar	72 alqueires de açúcar
42 1/2 alqueires de farinha	42 1/2 alqueires de farinha
4 alqueires de povillo	-
	112 garrafas de azeite
	4 libras de mercúrio

Fonte: Almada (1982, p. 97)

Como se percebe, com exceção da farinha, há um grande déficit em todos os outros gêneros de subsistência: milho, arroz e feijão; com destaque para esse último, cuja quantidade consumida era quase 10 vezes maior que a quantidade produzida.

Desta forma, entre as grandes propriedades cafeicultoras não nos parece não existir uma auto-suficiência agrícola. Por isso, considerando que esses gêneros alimentícios não eram importados e sim produzidos no próprio Espírito Santo, é muito provável que viessem de outros produtores rurais que praticassem uma agricultura mais voltada para o mercado interno, os quais provavelmente deviam estar situados em

áreas que não interessavam aos grandes cafeicultores¹⁴ (e que por isso não haviam sido usurpadas pelos mesmos no processo de expansão dos latifúndios abordado no item anterior). É provável, portanto, que tenha havido um aumento da demanda por alimentos – para os núcleos urbanos e grandes propriedades escravocratas e monocultoras que se formaram – e que ele tenha estimulado o incremento dessa produção de gêneros de subsistência.

Por fim, a outra evidência seria o fato de que desde o momento em que se iniciam os primeiros movimentos migratórios estrangeiros e os programas governamentais de colonização no território capixaba, essas terras mais remotas e sem valor (para a época) para onde os imigrantes se dirigiram estavam longe de serem desocupadas ou estarem “vazias”. É o que se percebe a partir dos relatos de Wagemann sobre as colônias alemãs no Espírito Santo, os quais indicam a presença pretérita de posseiros, geralmente negros e mulatos, nessas áreas supostamente “desbravadas pelos estrangeiros” (SALLETO, 1996, p.201).

Desta forma, os dados sugerem a existência de outro tipo de produtores rurais, provavelmente situados nas áreas mais remotas (sobretudo aquelas de terreno mais acidentado e de comunicação mais difícil) e na condição de posseiros, e que esses apresentavam uma produção predominantemente de subsistência, cujo excedente serviria para abastecer o mercado interno (que incluía os próprios latifúndios exportadores que se multiplicam no Espírito Santo) e, eventualmente, também o mercado externo.

¹⁴ Com base nos mapas que analisavam a distribuição das propriedades produtoras de cana-de-açúcar e café, utilizados por Almada(1981), percebe-se que estas se localizavam ao longo do leito dos principais rios (provavelmente por serem terras mais planas e onde fosse mais fácil a comunicação com os “centros” regionais). Na Região de Itapemirim, por exemplo, onde se localizam as fazendas cujos inventários foram analisados pela referida autora, as propriedades concentravam-se ao longo dos principais cursos d’água nos vales do Itapemirim e Itabapoana, sempre nas proximidades dos leitos dos rios.

Capítulo 3. Contradições capitalistas: a reprodução camponesa no Espírito Santo

A partir do que fora exposto no capítulo anterior, percebe-se que na segunda metade século XIX, quando se intensificam os movimentos migratórios rumo ao território capixaba, os indígenas integrados aos colonizadores por intermédio da ação dos missionários e que outrora compunham a maior parte da população nas áreas colonizadas já haviam sido expulsos de suas terras em praticamente toda a província (com exceção de poucas localidades entre a barra do Rio Doce e o norte do atual município de Serra), as quais desde o fim das atividades missionárias vinham sendo usurpadas em função do desrespeito (por parte da própria administração da província) aos títulos de propriedade que lhes haviam sido concedidos. A intensidade desse processo se amplia significativamente a partir da expansão da cafeicultura nas primeiras décadas do século XIX.

Essa atividade – a cafeicultura – havia transformado significativamente o território capixaba, sobretudo o sul da província, nas proximidades com a Zona da Mata Mineira e o norte do Rio de Janeiro, onde há uma significativa disseminação dos latifúndios escravistas.

Paralelamente aos plantations, entretanto, também havia uma expressiva produção de gêneros alimentícios voltados ao mercado interno, provavelmente praticada por pequenos agricultores (muito provavelmente na condição de posseiros).

Todavia, a maior parte do atual território capixaba ainda preservava suas matas e um significativo contingente populacional dos indígenas que ali viviam. Essa grande extensão de terras consideradas devolutas pela administração da província foi um forte fator de atração que trouxe muitos imigrantes nacionais ao Espírito Santo, sobretudo vindos dos vizinhos Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esses, juntamente com os imigrantes estrangeiros, vão ser os pivôs do processo de apropriação de terras na forma de pequenos imóveis que se inicia a partir de então, propiciada por circunstâncias político-econômicas bem peculiares.

3.1. Imigração estrangeira

Os primórdios do processo de colonização estrangeira no Espírito Santo remontam a 1813, no atual município de Viana, onde foram instaladas algumas famílias de açorianos, e, depois de um hiato de mais de duas décadas, à fundação das colônias de Santa Isabel, na bacia do rio Jucu, de Santa Leopoldina, na bacia do Rio Santa Maria da Vitória, e de Rio Novo, no vale do Itapemirim, todas entre as décadas de 1840 e 1850.

A partir desses núcleos pioneiros, muitos outros surgiram, sobretudo ao longo das bacias dos rios Jucu, Santa Maria da Vitória, Itapemirim, e, posteriormente, do Rio Guandu e também do Rio Santa Maria do Rio Doce. Os imigrantes que os compunham, num primeiro momento, eram predominantemente germânicos e suíços. É somente a partir da década de 1870, que se inicia a migração de italianos - a qual viria a se tornar a mais significativa em termos quantitativos.

Segundo Almada(1981, p. 133), os fazendeiros capixabas, inclusos os da região cafeeira do sul, eram indiferentes, até a abolição da escravidão, à entrada desses imigrantes. A maioria não se interessava em utilizá-los enquanto mão-de-obra nem se incomodava que estes recebessem terras, visto, entre outras coisas, as péssimas condições do ponto de vista geográfico (sob a ótica da época), em que se situavam as colônias (BITTENCOURT, 1987-a, p. 39 e 47). É somente às vésperas da abolição e posteriormente a ela que tal assunto vem à tona entre a oligarquia cafeeira do Espírito Santo (ALMADA, 1981)¹⁵.

Conforme Bittencourt (1987-a, p.39), Almada (1981, p.133) e Campos Júnior (1996, p.155), a introdução desses estrangeiros era de interesse da administração da província, que tinha o intuito de com esses indivíduos colonizar e efetivamente utilizar suas terras consideradas devolutas, que em fins do século XIX ainda representavam mais de 84% do território do Espírito Santo. Todavia, até a proclamação da república, as autoridades da província tinham pouca autonomia para desenvolver esses projetos de incentivo à imigração, sendo

¹⁵ Capítulo III, Item 3, “ A abolição e suas conseqüências imediatas”.

amplamente dependentes do governo central, cuja atenção dispensada ao Espírito Santo era pequena.

É a partir da década de 1870 que a imigração estrangeira rumo ao Espírito Santo se intensifica, sobretudo a partir da proclamação da república (1889), quando atinge seu ápice. Graças à maior autonomia administrativa, os governantes - em especial Muniz Freire -, aproveitando-se da conjuntura econômica favorável, põem em prática um programa de imigração sem precedentes na história capixaba (BITTENCOURT, 1987-a, p. 53).

Na segunda metade da década de 1890, entretanto, uma crise econômica que se abate sobre a administração do Espírito Santo decorrente das quedas nas cotações internacionais do café obriga as autoridades a porem fim a este projeto. A partir de então praticamente cessa a entrada de estrangeiros no Espírito Santo, salvo algumas iniciativas individuais sem envolvimento do estado.

Tabela 12 – Entrada de imigrantes estrangeiros no Espírito Santo – 1847 a 1901

PERÍODO	NÚMERO DE IMIGRANTES
1847 a 1872	3.019
1873 a 1890	19.940
1890 a 1896	20.002
1897 a 1901	233

Fonte: Saletto (1995). Dados organizados pelo autor.

Como já mencionado anteriormente, os locais onde foram instaladas as primeiras colônias de imigrantes estrangeiros eram consideradas péssimas à época, e impunham, na visão dos governantes, uma série de condições adversas ao seu desenvolvimento conforme objetivava o governo provincial. As palavras de Menezes Prado, presidente da província em 1876, sobre a colônia de Santa Leopoldina, deixam isso bem claro:

"[...] seu solo extremamente acidentado, além de dificultar a construção de estradas regulares é, em geral, pouco fértil, de forma que a agricultura não tem podido atingir aquele grau de prosperidade que era de se esperar[...] Não passa ali um só [rio] que preste-se à franca navegação. O Rio Santa Maria é navegável apenas por canoas e

duvida-se ainda que possa sê-lo por vapores de pequeno calado. Apesar da pequena distância em que está a colônia desta capital, os gêneros são ali vendidos por alto preço, pela dificuldade e carestia dos transportes[...] (Apud. ALMADA 1981, p.134)

Esses relatos deixam claro aquilo que mencionamos no início do trabalho sobre a relativização da influência dos fatores naturais sobre a ocupação e produção do espaço. Sob o ponto de vista dos governantes da época, aos quais interessava apenas produção para exportação, essas localidades da Região Central-Serrana são tidos como “muito ruins” para a economia agrícola, sobretudo pela dificuldade de comunicação e acesso. Hoje, entretanto, não teria fundamento tal ponto de vista, já que a comunicação e transporte com essa porção do território capixaba não são um empecilho e, pelo contrário, as terras dessa área estão entre as mais caras e visadas do Estado justamente pela proximidade com a Região Metropolitana.

Mas, em fim, o caso dessas áreas de relevo acidentado no centro-sul do Espírito Santo, para onde se dirigiram muitos desses imigrantes estrangeiros, nos parece um típico exemplo do bordão da história que fala da “importância de não nascer importante”. Alheia aos olhos dos governantes e dos grandes cafeicultores no século XIX, a estrutura fundiária que se formou nessa área ficou praticamente livre dos latifúndios.

O processo de apropriação de terras no centro-sul que se desenvolveu em função da colonização estrangeira evoluiu muito lentamente desde a criação das primeiras colônias. É somente nas últimas décadas do século XIX, com o aumento significativo da entrada de imigrantes, sobretudo italianos, que ele vai se intensificar e avançar, a partir destes núcleos pioneiros, rumo a praticamente toda a porção central e em algumas áreas do sul da província.

Ao norte também houve a fundação de núcleos coloniais e recepção de imigrantes estrangeiros, mas foi um processo de dimensões muito inferiores ao que ocorreu no centro sul e que se inicia quase quatro décadas posteriormente à fundação dos primeiros núcleos coloniais nessa área. A maioria desses projetos de colonização na porção norte do Espírito Santo somente se efetiva entre fins da década de 1880 e início da década de 1890 (NARDOTO, 199, p.90), como o de Santa Leocádia (em São

Mateus), Nova Venécia (nas imediações do atual município, à montante do Vale do Rio São Mateus) e o de Muniz Freire (em Linhares)., por exemplo.

3.2. A imigração nacional

As estatísticas sobre o território capixaba indicam claramente que, após 1890, o Espírito Santo apresenta constante crescimento populacional, o qual se mostra ainda mais intenso que o experimentado durante o apogeu da imigração estrangeira, entre a década de 1870 a meados da década de 1890 (Tabela 13).

Tabela 13 – Crescimento populacional da província do Espírito Santo – 1872 a 1920

Ano do Censo	População Total (habitantes)	Crescimento em relação ao censo anterior	Crescimento Médio Anual (em relação ao censo anterior)
1872	82137	-	-
1890	135997	65,57%	3,64%
1900	209783	54,26%	5,43%
1910	335051	59,71%	5,97%
1920	447806	33,65%	3,37%

Fonte: IPEADATA

Visto que a imigração estrangeira praticamente cessa em 1896, como já exposto anteriormente, o contínuo crescimento da população capixaba após esta data evidencia, portanto, um grande fluxo de imigrantes nacionais que entraram no Espírito Santo a partir de então. Segundo Almada (1993), eles são oriundos, em sua maioria, de Minas Gerais, Rio de Janeiro e, em menor escala, do Nordeste (Ibid., p. 90 a 92).

O aumento do percentual de pessoas negras e mulatas na composição da população, sobretudo no sul da província, que ocorre concomitante a esse crescimento demográfico indica que boa parte desses imigrantes nacionais era constituída por descendentes de escravos e/ou libertos (Ibid., p. 23). Esse fenômeno provavelmente está ligado à abolição da escravidão, que deixou centenas de milhares de ex-escravos “livres”, porém sem fonte de subsistência, nos Estados vizinhos do Rio de Janeiro e

Minas Gerais, que apresentavam contingente populacional exponencialmente maior que o verificado no Espírito Santo (Tabela 14).

Tabela 14 – Comparativo do total de habitantes em 1890 – Espírito Santo, Rio de Janeiro e Minas Gerais

Província	Total de habitantes em 1890
Minas Gerais	3.184.099
Rio de Janeiro	1.399.535
Espírito Santo	135.997

Fonte: IPEADATA.

Esse grande fluxo de imigrantes de outros estados, em grande parte composta por libertos e descendentes de escravos, será peça fundamental na nova configuração da estrutura fundiária do Espírito Santo. Atraídos pela vasta extensão de terras devolutas e pela política de venda de terras em pequenos lotes a preços baixos promovida pela administração do estado e por particulares, muitos desses imigrantes tornam-se pequenos agricultores, seja legalmente ou enquanto posseiros, contribuindo significativamente para a expansão do binômio pequena propriedade rural/trabalho familiar, que irá tornar-se predominante neste momento da história do Espírito Santo e cujos resquícios ainda são perceptíveis hoje.

"[...]deve-se ao dinamismo da chegada de milhares de imigrantes – vindos dos Estados limítrofos do Espírito Santo no decorrer da primeira metade do século XX, estimulados pela política de venda de terras devolutas a preços módicos e em pequenos lotes -, mais que à divisão das grandes propriedades ou à existência de núcleos coloniais de imigrantes europeus a nova estrutura fundiária que se implantou no Espírito Santo." (ALMADA 1993:29)

Vale ressaltar a esse respeito, sobre população e imigração, que nos estudos sobre o Espírito Santo, por um certo etnocentrismo (que, diga-se, muitas vezes passa despercebido até a pesquisadores das Ciências Humanas), há uma tendência em focar a atenção nos imigrantes estrangeiros e mesmo em enaltecer seu papel em detrimento dos demais segmentos que compunham a população capixaba, sobretudo dos descendentes de escravos e/ou libertos, que compunham a maior parte dos imigrantes

nacionais. Isso se dá tanto em termos qualitativos quanto quantitativos, visto que em momento nenhum os imigrantes estrangeiros e seus descendentes foram maioria na população do Espírito Santo ou sequer chegaram perto disso. Os nacionais², sejam negros ou brancos pobres, oriundos do Espírito Santo ou de outros estados, marcaram presença em praticamente todas as frentes de expansão das fronteiras agrícolas do Espírito Santo, e entre eles, notadamente os negros, esquecidos por grande parte dos estudos:

“[...] podemos admitir – com pequena variação a favor do Vale do Rio Itabapoana – que a população de cor marcou decisivamente sua presença em todas frentes cafeeiras do Espírito Santo, contribuindo não apenas no povoamento, mas, principalmente no trabalho, tanto no sul quanto no centro-norte do estado” (Ibid., p. 25)

O fato é que os estrangeiros e seus descendentes tinham muito mais facilidade de acesso a terra, legalmente, que os nacionais¹⁶. Saletto (1996, p.209), baseada nos dados da Secretaria de Agricultura do Espírito Santo, conclui que, em 1920, enquanto um em cada 4,4 estrangeiros era proprietário rural, entre os brasileiros esta relação era de um para cada 27. Considerando ainda que nesses dados da autora os descendentes de imigrantes estão incluídos na categoria brasileiros utilizada por essa autora, percebe-se que no processo de expansão das fronteiras agrícolas capixabas, a exclusão dos nacionais – ou, melhor dizendo, daqueles que não descendiam de imigrantes estrangeiros - era ainda maior do que o evidenciado nessas estatísticas.

Veremos no item a seguir como se desenvolveu esse processo de acesso a terra nesse contexto da história capixaba, muito seletivo e excludente.

3.3. O acesso a terra

Nesse intenso processo de migração rumo ao território do Espírito Santo entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a apropriação das terras em pequenas propriedades ocorreu basicamente de três maneiras: a doação/concessão de lotes nos núcleos coloniais fundados pelo governo da província

¹⁶ Ver ALMADA (1993), Capítulo I, item 2. “Composição Racial da População 1890 a 1950”.

ou do próprio Império (sempre na forma de pequenos imóveis, cuja extensão geralmente oscilava entre 25 a 50 há), pela regularização de posses¹⁷, que foi o processo predominante (SALETTTO,1996, p.161), e também pela venda de lotes em projetos particulares de colonização.

Os projetos de colonização desenvolvidos pelo poder público foram significativos apenas até meados da década de 1890, e praticamente inexistentes posteriormente a esse momento, que marca o início de uma crise na economia da província em decorrência da queda nas cotações do café, principal produto de exportação e do qual a arrecadação provincial era amplamente dependente.

A partir de então, os projetos de colonização serão predominantemente particulares. Assim, sob alegação de que o governo estadual não dispunha de recursos para implementar tais projetos por conta própria, ele comumente cedia área a particulares com essa finalidade. Esses deveriam providenciar a infra-estrutura necessária à instalação de novos colonos (vias de acesso, demarcação, etc...), e seus gastos seriam devidamente compensados com a venda dos lotes, que geraria lucros ao empreendedor (MOREIRA, 2005, p.235).

O real interesse nessa venda de terras, entretanto, não advinha somente da venda dos lotes propriamente dita, já que o mercado imobiliário era ainda incipiente no Espírito Santo. Muitas dessas firmas e pessoas que empreenderam projetos de colonização eram também comerciantes de café, que, como veremos mais adiante, se tornaram uma classe social muito influente na política e economia capixaba da época (entre fins do século XIX e a primeira metade do século XX). Para eles, a comercialização da produção do colono era o verdadeiro lucro. Por isso, geralmente vendiam lotes a preços módicos e parcelados, aceitando inclusive parte da produção como pagamento.

Todavia, não faltaram casos de fraudes, fosse por parte de pessoas que recebiam terras supostamente para realizar o empreendimento que interessava ao governo da província e ao invés disso as registravam como particulares, ou nos casos em que as terras vendidas aos colonos fossem griladas (Ibid., p. 236).

¹⁷ Saletto (1985:20) aponta que apesar do termo contido nos documentos fazerem referências à “venda de terras”, essa expressão, na prática, significava a regularização de posses. Ou seja, a oficialização da propriedade sobre a área já ocupada. Esse tipo de prática era, segundo ela, “generalizada e contínua”.

Mas a maneira predominante de apropriação das terras foi mesmo o que Moreira (2005) definiu como “*colonização esparsa*”, independente ou espontânea, ou seja, o “*processo de ocupação territorial efetivado por pequenos lavradores que, posteriormente, solicitavam ao Estado a compra das páreas invadidas*”(Ibid., p. 227).

Muito embora essa prática, com base no estabelecido pela Lei de Terras de 1850, fosse teoricamente ilegal, ela era generalizada, e o Estado não dava conta de fiscalizar e atuar de forma efetiva nesse processo. Na verdade, as diversas leis que regiam a propriedade de terras no Espírito Santo sempre criaram brechas para essa regularização de terrenos ocupados. Não por complacência com os pequenos produtores rurais, mas para evitar embates com as oligarquias rurais, que comumente não tinham títulos de propriedade legal, nos ditames da lei (Ibid.), e também, possivelmente, por que a disseminação das pequenas propriedades rurais estava se mostrando lucrativo ao capital comercial, cuja influência na política capixaba ascendia significativamente.

Desta forma, sendo a regularização de posses o processo predominante de apropriação das terras, dificilmente uma família de agricultores conseguiria obter propriedades de grandes extensões por esse meio, por que um princípio fundamental para obterem a propriedade das terras nessas circunstâncias era comprovar a efetiva utilização da área em questão. Assim, como a maioria dos agricultores não tinha outra fonte de mão-de-obra além da própria família, a área que eles realmente utilizavam e que poderia ser requerida seria geralmente pequena. Nesse sentido também contribuíram as limitações, em extensão, impostas pela legislação para a concessão de propriedade das terras por essa modalidade.

3.3.1. Seletividade e exclusão social no processo de apropriação de terras no Espírito Santo

O predomínio da pequena propriedade rural nesse processo de apropriação das terras no centro-sul do território capixaba pode nos levar a imaginar que havia uma certa “democracia” no mesmo. Todavia, com base na legislação e na atuação das autoridades da época, bem como em alguns relatos sobre esse processo, percebe-se

que ele era bastante excludente e seletivo, fatos esses normalmente escondidos na maioria dos trabalhos que tratam do tema pelo uso de eufemismo que ocultam a violência e segregação dessa expansão da colonização.

Na literatura sobre a história e economia do Espírito Santo no século XIX é muito comum que se atribua o povoamento de uma determinada área à expansão das práticas agrícolas de caráter comercial (principalmente cafeicultura), ignorando a presença pretérita de elementos humanos nas mais diversas partes do território capixaba.

No entanto, é fundamental a seguinte reflexão: se só naquele momento determinada área fora "ocupada" ou "povoada" como se refere essa literatura, pressupõe-se que anteriormente estava "vazia", desocupada, sem "povo". E isso não é um fato. Afinal, vazia em que sentido? Não havia por todo o atual território do Espírito Santo uma extensa floresta tropical, o bioma mais rico em biodiversidade de todo globo? Desocupada por quem? Por seres humanos? Mas e quanto aos indígenas, posseiros e ex-escravos que ali viviam?

Vejamos um trecho da obra de Wagemann (apud. SALLETO, 1996:201), que trata da colonização alemã no Espírito Santo, a fim de exemplificarmos isso:

"Freqüentemente o colono [alemão] adquire, para se estabelecer, um terreno que já está ocupado por um nativo, naturalmente sem nenhum título jurídico. Este, para se tornar proprietário da terra, procede de modo muito simples. Escolhe um trato de terras que lhe parece melhor, finca aí algumas estacas para determinar os limites (com essa providência está certo de que será respeitado por todos os lados). Levanta um telheiro de palmas, onde fica morando no começo; derruba e, depois queima uma nesga de mata, onde passa a plantar tudo o que é possível: banana, café, tubérculos, feijão; cada coisa, evidentemente, na mais reduzida escala. Três a quatro meses depois quando a plantação está concluída, constrói com paus brutos, roliços, uma choça que cobre com palmas e, em alguns casos, com tábuas. Nessas condições vive alguns anos. Às vezes amplia a derrubada e aumenta a plantação. Em regra, porém, continua com uma lavoura minúscula que pouco húmus suga da terra".

"Essa terra já desbravada, mas ainda plenamente explorável, é, para o colono alemão, um excelente ponto de partida para uma atividade agrícola mais intensa. O homem de cor, a seu turno, se desfará, de bom grado, de sua propriedade, para penetrar mais fundo na floresta e recomeçar tudo; só negociando pode satisfazer diversas das suas necessidades e, além disso, está habituado a um nível de vida muito primitivo. Vem a ser, portanto, o pioneiro da colonização(...)"

Segundo Saletto (1996), tal fato foi comum não apenas na expansão da frente agrícola rumo à região central-serrana, mas também rumo ao Rio Doce. E pela lógica

do processo, acreditamos que assim ocorreu em todas as frentes de expansão das fronteiras agrícolas capixabas, conforme descrito por esta autora:

“Para os nacionais, a possibilidade de acesso à terra e à produção autônoma estava sobretudo na posse. Os mais desprovidos de recursos se instalavam como descreveu Wagemann. Esses posseiros que ocupavam precariamente a terra eram numerosos em todas as áreas de fronteira agrícola, e acompanharam, ou precederam, o desenvolvimento desta”.(Ibid., p. 204)

Fica evidente, portanto, que os posseiros tiveram um papel fundamental no "desbravamento" das matas e expansão da agricultura. E existem fortes evidências de que os posseiros se desfaziam de suas propriedades por não terem meios de regularizá-las, e não por livre e espontânea vontade, como a explicação do autor alemão sugere.

A legislação vigente após a proclamação da república é uma delas, já que as leis ratificavam a ilegalidade da derrubada de matas em terrenos devolutos instituído pela Lei de Terras, mas, paradoxalmente, para se reivindicar legalmente uma área de posse tornavam necessário demonstrar sua utilização, com culturas efetivas e moradia; só que para construir moradia e cultivar a terra era preciso desmatar, e era crime desmatar uma área sem tê-la requerido ao estado...

Segundo Almada(1993), isso se constituía numa arma efetiva contra os perseguidos pela justiça, e contribuía para que as questões desse tipo fossem resolvidas de forma bastante arbitrária. E, nestas circunstâncias, poucas décadas após o fim da escravidão, não é difícil supor as adversidades que os negros encontravam ao tentar regularizar suas posses. Os ocupantes de terras poderiam facilmente ser postos na ilegalidade, perdendo quaisquer direitos legais sobre suas terras e mesmo correndo risco de serem presos, o que ajuda a explicar casos da venda “de bom grado” – como mencionado por Wagemann – destas posses. A autora assim escreve:

“A partir das observações feitas pelo Presidente Marcondes de Souza em 1915, pode-se deduzir haver existido não apenas o suborno dos “fiscais das matas”, como seria ele o resultado de interesse de pessoas ávidas por usufruir do trabalho dos “posseiros criminosos”, principalmente o de preparação do terreno, necessária à instalação de uma nova fazenda: o interessado no terreno desmatado ameaçava o posseiro, perseguido pela justiça, de denunciá-lo junto ao Serviço de Terras, e este, para não ser preso (...) preferia vender-lhe a sua terra” (Ibid., p.112)

Um outro ponto que reforça esse caráter excludente é que apesar da legislação da época - em teoria - dar direito a aqueles que ocuparam terras de regularizar suas posses, os requisitos para tal eram amplamente excludentes. Eram muito onerosos, exigindo que a pessoa pagasse pela medição; estabeleciam prazos curtos para regularização; e exigiam o atestado das autoridades judiciais ou policiais - sendo, portanto, bastante arbitrários. Salles (1996) também ressalta esse caráter arbitrário, que deixava os pequenos proprietários praticamente impotentes, à mercê das autoridades da época:

"(...) nos anos 10, época de consolidação de uma oligarquia de tipo familiar no Espírito Santo, houve uma significativa mudança nas normas processuais do serviço de terras. A inspeção, na presença de testemunhas, que fundamentava o registro de informações, relativamente detalhadas, sobre a posse e o posseiro foi substituída por algumas informações escritas por autoridades, verdadeiras cartas de recomendação, cujos dizeres eram não raro desmentidos pelas declarações do próprio requerente. Assim, só era possível legalizar uma posse se o delegado de polícia e o juiz distrital fornecessem os atestados. Fica claro, portanto, que o acesso à terra passava também pelo jogo da política coronelista". (Ibid., p. 153)

Nestas circunstâncias, a autora afirma que

"dificilmente um ex-escravo ou seu descendente, pobre e analfabeto, conseguiria satisfazer as exigências(...), estando automaticamente impedidos de realizar a legitimação de sua posse. Além do mais, muitos - por ignorância ou por má fé dos vizinhos - deixavam passar o prazo estabelecido (...), perdendo, portanto, o direito de regularizarem suas terras..." (Ibid., p. 109 e 110).

Além da legislação excludente, percebe-se que a atuação do Serviço de Terras também colaborava nesse sentido. Conforme descreve Almada (1993, p.111 a 115), os subornos eram uma realidade, um fato do qual até mesmo as altas autoridades sabiam e expressavam publicamente. Aqueles que tinham maior poder econômico e/ou maior influência política conseguiam, mesmo em casos em que o posseiro estivesse amparado pela legislação, expropriar suas terras.

"(...) através da corrupção dos funcionários do Serviço de Terras, os mais afortunados, os de maior prestígio social, ou mesmo os mais espertos, acabam expulsando das terras recém-conquistadas os posseiros pobres e analfabetos, dentre eles os ex-escravos e seus descendentes (...)" (Ibid., p.115)

Desta forma, ao contrário do que nos dizem as estatísticas oficiais e os trabalhos mais tradicionais sobre o Espírito Santo, as evidências indicam que esses posseiros – em sua maioria negros e/ou descendentes destes ou dos nativos americanos - tenham sido os pioneiros na expansão de praticamente todas as frentes agrícolas capixabas - mesmo naquelas cuja “ocupação” normalmente se credita aos imigrantes europeus, como a região central-serrana e o Vale do Rio Doce, sendo gradativamente expulsos a medida em que as terras da área onde se encontravam vão sendo valorizadas e reivindicadas por pessoas de maior influência política e maior poder econômico¹⁸, acabando expropriadas pelos mecanismos excludentes da legislação estadual sobre a propriedade de terras e/ou pela ação de má fé das autoridades. Nestas circunstâncias, as alternativas que restavam a esses posseiros eram submeter-se ao trabalho nas terras de terceiros ou migrar para as novas margens das fronteiras agrícolas no território capixaba, desbravando novas áreas de mata.

Assim, termos como “povoamento” e “ocupação” do Espírito Santo na prática se referem à expulsão destas pessoas marginalizadas do sistema produtivo e à expropriação de suas terras, fossem eles indígenas, nas áreas de matas virgens, ou posseiros, em sua maioria descendentes de escravos, nas áreas já “desbravadas”. A própria natureza dos vocábulos utilizados por aqueles que escrevem a história para descrever a expansão da colonização baseada em imigrantes estrangeiros e seus descendentes evidenciam que os habitantes pretéritos dessas localidades não são vistas enquanto seres humanos, já que as mesmas só foram “povoadas” e “ocupadas” com a chegada dos europeus

3.4. O “desaparecimento” de latifúndios e a emergência do capital comercial

Um dos traços marcantes da estrutura fundiária capixaba deste momento, como já exposto anteriormente, é o aumento na área ocupada por pequenas propriedades

¹⁸ Isso não ocorria somente por parte dos grandes fazendeiros e/ou comerciantes ou posseiros de significativo poder econômico. Almada (1993) afirma que os imigrantes também o faziam: "Conclui-se (...) saberem muito bem os estrangeiros manipular esse processo de ascensão social, manipulando autoridades e expulsando posseiros perseguidos" (Ibid., 113).

rurais. Isso ocorreu inclusive no sul do estado, outrora área de predomínio de latifúndios.

Os dados dos censos de 1920 a 1950 evidenciam uma fragmentação da propriedade nesta região. O processo como ela se deu, entretanto, não é uma unanimidade entre os autores por nós utilizados como referência para a esse assunto.

Uma das primeiras teorias desenvolvidas com o intuito de explicar esse fenômeno é a de Saletto (1985), segundo a qual as grandes propriedades cafeeiras do sul do Espírito Santo teriam sucumbido à crise de mão-de-obra ocasionada pelo fim da escravidão, agravada posteriormente pela crise econômica decorrente da baixa nas cotações internacionais do café a partir de 1896.

A premissa básica desta teoria é de que os grandes fazendeiros teriam, em um primeiro momento, superado essa crise decorrente da abolição da escravidão com a utilização em suas propriedades de trabalhadores livres, sobretudo os imigrantes estrangeiros. A alta nas cotações do café nos primeiros anos após a abolição teria permitido que eles oferecessem aos imigrantes atrativos contratos de parceria, o que os persuadia a, pelo menos num primeiro momento, optar pelo trabalho nas fazendas ao invés de dirigirem-se a núcleos de colonização ou a darem entrada, de imediato, em um processo de requerimento de terras:

“Indo para uma fazenda, ele recebia imediatamente uma casa, um cafezal, terreno para plantar e um adiantamento sobre o café, que garantia a manutenção da família até a colheita. Nessas condições, a maioria preferiu as fazendas, mas como uma etapa para chegar à propriedade da terra. Todos os testemunhos são unânimes quanto ao fato de que, logo que conseguisse formar um pecúlio, o imigrantes partia” (Ibid., p.95)

Desta forma, assim como ocorreu em parte de São Paulo, o imigrante estrangeiro que veio às terras capixabas teria, antes de tornar-se proprietário, vivido um breve período como trabalhador nas fazendas já existentes. A diferença é que, enquanto em São Paulo esse período em que o imigrante estrangeiro servira de mão-de-obra para as grandes fazendas fora praticamente compulsório, como pré-requisito para adquirir sua propriedade (que só poderia ser obtida mediante compra), no caso

capixaba isso teria ocorrido espontaneamente devido aos atrativos contratos de parceria, uma vez que o acesso a terra para eles naquele momento era relativamente fácil, mas demandava alguns anos e muito trabalho até poder se obter algum retorno financeiro.

Segundo a referida autora, essa solução encontrada para superar o fim da escravidão dependia, portanto, de um fluxo contínuo de imigrantes rumo ao território capixaba e da oferta de condições de trabalho que se mostrassem, pelo menos num primeiro momento, mais lucrativas que iniciar a lavoura em uma área própria. Desta forma, o fim desse fluxo de imigrantes estrangeiros a partir da segunda metade da década de 1890 e as dificuldades econômicas dos fazendeiros (também em decorrência da crise nas cotações do café vivenciada nesse momento), teriam comprometido essa estratégia e desencadeado uma grave crise entre os grandes fazendeiros do sul do Espírito Santo (Ibid., 101).

Almada (1993), todavia, dedica um capítulo à análise crítica desta teoria¹⁹, e destaca uma série de pontos que a tornam bastante frágil. O primeiro deles é a omissão do papel dos imigrantes nacionais e dos libertos neste processo, visto que, conforme mencionamos acima, sempre compuseram a maioria da população e seu fluxo rumo ao Espírito Santo (vindos principalmente de Minas Gerais e Rio de Janeiro) foi contínuo durante muitos anos (na verdade, décadas) após a abolição.

Além desse grande fluxo de migrantes nacionais que o Espírito Santo recebeu após a abolição, Almada (1993), em uma análise sobre o fluxo da população negra e mulata no Espírito Santo após a escravidão, conclui que maior parte dos ex-escravos do sul, área que concentrava o maior número de cativos, não deixou aquela região, (Ibid., p. 22 e 23). Esse fato nos permite tecer críticas à suposta hipótese de que o Espírito Santo viveu uma grave crise de mão-de-obra após a escravidão, supostamente ocasionada pela “falta de braços”.

É bem provável que tenha havido uma crise de mão-de-obra nas grandes fazendas, mas ela deve-se ao aumento do custo da mesma e em hipótese alguma à carência de pessoas para tal. E nessas circunstâncias – somando a situação econômica pouco favorável da província naquele momento ao aumento do custo da

¹⁹ Capítulo V.

mão-de-obra - teria se tornado inviável a manutenção da parceria privilegiada oferecida aos imigrantes pelos grandes fazendeiros nos primeiros anos após o fim da escravidão. Em decorrência dessa queda nos salários, era mais vantajoso para eles – imigrantes - tornarem-se proprietários ou mesmo posseiros (visto a dimensão de terras devolutas) do que se sujeitar ao trabalho nas fazendas, situação que pode ter levado muitos grandes cafeicultores a abandonar o ramo da produção.

Uma outra forma como poderia ter ocorrido esse “desaparecimento” de muitos grandes imóveis no sul do Espírito Santo pode ser encontrada nos trabalhos de Campos Júnior (1996), na qual há evidências de que uma parte da antiga elite cafeicultora tenha migrado para as atividades comerciais, como será abordado em maiores detalhes a seguir.

Explicações à parte, essa tendência à fragmentação da propriedade da terra no sul da província não foi, em um primeiro momento, generalizada. As estatísticas da época mostram que essa fragmentação da propriedade da terra foi, até a o senso de 1920, bem mais intensa nos municípios do Vale do Itapemirim que nos municípios do Vale do Itabapoana²⁰. Almada(1993) atenta a esse fato em sua obra, demonstrando que houve durante algumas décadas uma coexistência entre as pequenas e as grandes propriedades no sul do Espírito Santo (Ibid., p. 33 e 93). É somente a partir do censo de 1940 que se observa em ambas as regiões um decréscimo significativo no número de grandes propriedades, conforme demonstra tabela 15.

²⁰ Almada (1993) analisa os dados sobre os municípios capixabas nesse trabalho através de uma regionalização dos municípios segundo as principais bacias hidrográficas.

Tabela 15 - Número de propriedades rurais (conforme grupos de tamanho) no Vale do Itapemirim e no Vale do Itabapoana – 1920, 1940 e 1950.

Propriedades por grupo de área	Vale do Itabapoana			Vale do Itapemirim		
	1920	1940	1950	1920	1940	1950
menos de 100 hectares	2146	6417	5641	2276	4443	4111
de 101 a 500 hectares	600	861	897	346	549	547
mais de 500 hectares	150	81	86	52	31	43

Fonte: Almada(1993).

Parece claro, portanto, que nas primeiras décadas após a abolição da escravidão a fragmentação propriedade da terra foi bem mais intensa no Vale do Itapemirim, já que no Vale do Itabapoana, nos limites com a Zona da Mata Mineira e com o norte do Rio de Janeiro, a disseminação das pequenas propriedades rurais não implicou necessariamente no desaparecimento das grandes propriedades existentes. De alguma forma, alguns grandes proprietários parecem ter encontrado meios de superar as adversidades após a abolição.

Em estudos posteriores, Saletto (1996, p.61), ao analisar o caso particular de Mimoso do Sul, no Vale do Itapapoana, e de Cachoeiro de Itapemirim, no Vale do Itapemirim, nessa mesma época, chega a conclusões semelhantes quanto à intensidade dessa fragmentação nestas duas regiões, ratificando que ela realmente foi mais evidente no Vale do Itapemirim.

Apesar de algumas vezes os grandes fazendeiros terem conseguido contornar essa conjuntura pós-abolição, uma questão vem à tona sobre o contexto da abolição da escravidão: porque o governo da província não tomou medidas no sentido de “proteger” os grandes cafeicultores, garantindo-lhes mão-de-obra barata, à semelhança do que ocorreu em outras partes do Brasil? Afinal, foi essa “negligência” do governo para com os latifundiários (pois era de se esperar que a oligarquia cafeicultora, utilizando sua influência política, pressionasse o governo em busca de medidas para lhes socorrer dessa crise pós-abolição, como, por exemplo, impedindo o acesso a terra por parte dos

trabalhadores rurais, aos moldes da Lei de Terras de 1850) que parece ter levado muitas grandes propriedades, sobretudo no Vale do Itapemirim, a desaparecerem.

Em São Paulo, segundo Martins (1980), após a abolição da escravidão havia uma corrente entre a elite político-econômica que defendia o acesso a terra por parte dos imigrantes, em pequenas propriedades, objetivando assim impulsionar a valorização da propriedade da terra, que deveria substituir os escravos enquanto garantia de crédito.

“Para alguns, a questão importante era a de criar condições para que a propriedade fundiária substituísse o escravo como base do crédito hipotecário, como fonte do capital de custeio. E isso poderia ocorrer se além da criação de valor pela incorporação de trabalho à terra, surgissem condições para permitir a realização desse valor. Tal concepção implicava em advogar a fragmentação da propriedade, a criação de uma agricultura de pequenos proprietários, colonos imigrados da Europa. O incremento da demanda por parte desses colonos provocaria artificialmente uma elevação no preço das terras de modo a aproximar valor e preço” (Ibid. p.31)

Segundo Campos Júnior (1996), essa idéia era predominante entre o setor bancário, que a princípio divergia da idéia dos fazendeiros em transformar os imigrantes em mão-de-obra barata (pra não dizer compulsória), impedindo-lhes de ter acesso a terra. Todavia, no caso paulista, estes setores entraram em uma espécie de “acordo” mediante uma proposta que ao mesmo tempo forneceria mão-de-obra para as grandes fazendas e valorizaria a propriedade da terra: somente permitir que os imigrantes obtivessem terras mediante compra, já que para obter capital para tal precisariam inicialmente submeter-se a trabalhar nas fazendas (Ibid., p. 50/51 e 75).

O que teria acontecido no Espírito Santo então, já que os grandes fazendeiros não foram devidamente amparados pelo poder político, como seria de se esperar?

3.4.1. A nova face da reprodução do capital

Até as últimas décadas do século XIX, a maior parte da produção capixaba destinada ao mercado externo era exportada pelos portos do Rio de Janeiro. Essa

situação só começa a se alterar a partir do momento que Vitória passa a ter a estrutura portuária para efetuar essa exportação:

“Na primeira fase da expansão, até a década de 1880, todo o café era comprado pelos comissários do Rio e escoado por esse porto. O frete, muito caro, constituía mais uma limitação à acumulação no nível da fazenda, enquanto a comercialização pelos comissários fluminenses restringia a acumulação de capital comercial na província. Nos anos 80 [do século XIX], Vitória consegue estabelecer a exportação direta para o exterior, libertando-se, até certo ponto, do que o Vice-presidente Monjardim denominava “escravidão à praça do Rio de Janeiro”. A partir daí, abriu-se espaço para comissários e depois casas exportadoras e importadoras locais” (SALLETO, 1985:113)

Nos primeiros anos após início das exportações pelo porto de Vitória, entretanto, grande parte da produção do sul do Espírito Santo, principal região produtora de café da província, continuava a ser exportada pelo Rio de Janeiro. A centralização em Vitória ambicionada pelo governo provincial²¹ só veio a se concretizar com a construção da ferro ligando Cachoeiro de Itapemirim à capital e a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, ligando a capital à província de Minas Gerais. Segundo Sallete(1985), é somente com esses acontecimentos, nas primeiras décadas do século XX, que Vitória passa a exportar uma parte mais significativa da produção cafeeira do sul da província.

Essas obras de infra-estrutura que visavam incrementar o comércio em Vitória parecem ser, como apontado por Campos Júnior (1996, p.157), um reflexo do crescimento da influência político-econômica do capital comercial e, conseqüentemente, da classe de comerciantes no Espírito Santo, que se favorecia com a disseminação das pequenas propriedades rurais e aumento do comércio entre o interior e a capital vivenciados nesse mesmo momento.

A frente de colonização com base em pequenas propriedades rurais, conforme já mencionado anteriormente, nasce com a criação dos primeiros núcleos coloniais em meados do século XIX e desenvolve-se de forma mais dinâmica a partir da intensificação da imigração estrangeira na década de 1870 e, principalmente, a partir do intenso fluxo de imigrantes nacionais que se inicia na última década do século XIX.

²¹ Segundo Campos Júnior (1996:149), Muniz Freire, presidente da província do Espírito Santo por mais de uma ocasião, visava tornar a capital Vitória o grande centro comercial do território capixaba. Para tal, o governante almejava a ligação entre a capital e o sul da província, cuja produção era predominantemente exportada pelo Rio de Janeiro, e também entre Vitória e Minas Gerais, visando exportar parte da produção da província vizinha.

Antes de chegar às terras ao norte do Rio Doce, entretanto, essa expansão leva a agricultura familiar e a pequena propriedade rural à praticamente toda a porção do território do Espírito Santo ao sul desse rio (SALLETO, 1996:67), ocupando em sua maioria áreas que as autoridades capixabas consideravam ruins, adversas ao seu desenvolvimento capitalista naquele momento. O relevo acidentado e a pouca navegabilidade dos cursos d'água dificultavam a comunicação e acesso a essas áreas, encarecendo bastante o transporte das mercadorias. Esse fato contribuiu significativamente para que, em geral, a produção agrícola comercial desses estabelecimentos apresentasse uma baixa rentabilidade para os produtores (visto os custos do transporte).

O número de pequenos agricultores nessas áreas, entretanto, continuava a crescer. A maioria deles praticava a cafeicultura paralelamente ao cultivo de subsistência, o que aumentava, portanto, a demanda de serviços de transporte e comunicação com a capital e/ou os pólos político-econômicos, situados próximos ao litoral (Vitória, na porção central do Espírito Santo ou Cachoeiro de Itapemirim, no sul), onde o café e outros produtos voltados para o mercado eram comercializados.

A pouca acumulação obtida por esses agricultores, segundo Saletto (1996, p. 119), era gasta, em sua grande maioria, na obtenção de novas terras que seriam usadas pela geração seguinte, fato que tem um duplo efeito no freio ao avanço da concentração fundiária: impedia a fragmentação das pequenas propriedades já existentes bem como a formação de grandes imóveis, combatendo as duas faces da mesma moeda: o minifúndio e o latifúndio (Ibid., p. 75 e 76).

Nestas circunstâncias, a maior acumulação se dava no âmbito do capital comercial, em suas diferentes escalas, e a influência política e poder econômico dos comerciantes ascendia progressivamente à essa disseminação da pequena propriedade rural e do trabalho familiar na agricultura:

“Com poucos recursos, sem acesso ao crédito bancário, o pequeno produtor era envolvido numa relação que o colocava na dependência do comerciante. Desse modo, o vendeiro gozava de um verdadeiro monopólio sobre seus clientes, que frequentemente incluía toda uma localidade e até, em certos casos, municípios inteiros(...) Essa era a forma pela qual o capital comercial apropriava-se do excedente produzido pelo trabalho familiar.

As maiores vendas tinham relações diretas com os importadores e exportadores, porém a maioria ligava-se a comerciantes dos centros mais importantes do interior, que eram simultaneamente varejistas e atacadistas e se relacionavam, por sua vez, com as grandes casas exportadoras e importadoras de Vitória ou Rio de Janeiro. Esse sistema permitiu a acumulação de um capital mercantil local, que se apresentava em vários níveis; das pequenas vendas, com algumas dezenas de clientes, passando pelas casas comerciais de porte médio dos centros mais importantes do interior e de Vitória, chegando até a constituição de casas exportadoras e importadoras (...)" (SALETTTO:1996:p.42 e 43)

O processo de beneficiamento e principalmente o transporte – que em vista da precária infra-estrutura, era muito caro – agregavam significativo valor ao café comercializado, tornando a acumulação no âmbito comercial (crescente ao longo das etapas descritas acima) muito maior que no âmbito da agricultura propriamente dita (Ibid., p.119). Talvez por isso fosse tão comum, nos raros casos de pequenos produtores melhores sucedidos que os demais, que estes não reinvestissem o pouco capital acumulado no próprio setor produtivo, preferindo migrar para as atividades comerciais, como abrir uma venda e/ou adquirir estrutura de beneficiamento ou transporte da produção (Ibid., p. 119 e 120).

Desta forma, além da acumulação de capital ser pequena entre os pequenos produtores rurais, dificilmente ela permanecia no âmbito da produção, não se refletindo, portanto, no acúmulo de terras.

Esse quadro é válido não só para a área polarizada por Vitória, mas também para parte as demais áreas por onde a frente agrícola baseada na pequena propriedade também avançou bastante (ou seja, praticamente toda a porção do Espírito Santo ao sul do Rio Doce).

Através do exposto até aqui, portanto, nos parece ser bem possível que algumas fazendas tenham realmente falido face à nova conjuntura econômica pós-abolição. Mas nos parece provável também que a inserção de uma parte da antiga oligarquia cafeeicultora capixaba em atividades comerciais tenha sido o fator responsável pelo desaparecimento de muitas fazendas, fosse pela venda voluntária ou mesmo pela ocupação, por parte de posseiros, de propriedades praticamente abandonadas (ou de áreas não utilizadas de grandes imóveis rurais), uma vez que naquele momento, no Espírito Santo, a terra ainda não tinha valor que justificasse a preocupação em manter

sua posse, ocupando-a e/ou regularizando-a. Assim defende Almada (1993, p. 72 e 130):

“(...)Warren Dean, ao justificar o abandono das antigas lavouras de Rio Claro no início do século XX, destaca que “...esse município era um ponto que se encontrou primeiramente no limiar, depois no centro, finalmente além de uma fronteira de terras de exploração recente. Não havia interesse em praticar agricultura permanente num país onde a terra parecia inexaurível”. O mesmo ocorreu no Espírito Santo: antigas fazendas foram abandonadas, independentemente de crises econômico-financeiras ou de mão-de-obra.” (Ibid., p. 72)

Segundo a autora, *“poucos proprietários preocuparam-se, apesar do decreto de 1892, com os prazos estabelecidos por esta legislação para a regularização de suas terras”*. E, portanto, tomadas como devolutas, muitas terras pertencentes a particulares – sobretudo as que estavam praticamente abandonadas – foram invadidas por posseiros ou mesmo tiveram núcleos coloniais instalados dentro de seus limites (Ibid., cap. II).

3.4.2. A ascensão política do capital comercial

No início da república, Salleto (1996, p. 122) afirma que *“A intenção de atrair migrantes de outras províncias, que quisessem estabelecer lavoura no Espírito Santo, era um dos motivos que levava o governo a facilitar e baratear a concessão de terrenos devolutos (...)”*.

Mas ao permitir e até facilitar o acesso a terra por parte do imigrantes (Ibid., p. 123), tanto nacionais como estrangeiros (embora com preferência a esses, como já mencionamos), o governo da província caminhava em sentido contrário ao dos interesses dos grandes proprietários rurais, uma vez que tendo a opção de tornar-se proprietário, o recém chegado ao território capixaba só optaria por trabalhar em alguma fazenda caso isso fosse realmente muito rentável, o que obrigaria os fazendeiros a oferecer contratos de trabalho/parceria muito vantajosos aos imigrantes, encarecendo os custos com mão-de-obra.

Por que, então, o governo da província não tomou medidas para protegê-los, de forma a garantir-lhes mão-de-obra barata, como, por exemplo, impedindo os recém-

chegados de terem acesso à terra? Já que, pelo contrário, a política da província nessa época incentivava, ainda que de forma seletiva, a regularização de pequenas propriedades?

Segundo Campos Júnior(1996, p. 77 e 84), estes fatos são indícios de que a oligarquia cafeicultora capixaba, nesse momento da história, não seria mais tão influente junto ao governo da província como normalmente se supõe. Segundo o referido autor, haveria uma outra camada da elite que não estava ligada à agricultura – provavelmente oriunda da atividade comercial - com mais influência junto às autoridades, e à qual essas transformações – expansão da pequena propriedade em detrimento dos latifúndios – eram benéficas:

“(..) Com a desagregação da grande propriedade e a formação da pequena, vai se abrindo espaço para o surgimento de firmas (..) que, por seu intermédio, acabam concentrando a captura do excedente produtivo para a esfera da comercialização, ficando de um lado, um imenso número de pequenos produtores e, de outro, uma cadeia extremamente articulada de casas comerciais controladoras de expressiva fração do café capixaba” (idem, p.77)

É provável que essa nova classe tenha se formado a medida em que aumentava o número de pequenos proprietários na província, com as migrações a partir das últimas décadas do século XIX, visto que esses eram o público alvo de seu comércio de bens e serviços, já que, ao contrário dos grandes proprietários, que geralmente possuíam a estrutura necessária ao beneficiamento e transporte da produção (sobretudo de café) a ser exportada, algo extremamente caro à época, os pequenos produtores não detinham tais recursos.

Por isso, o aumento no número de pequenos proprietários significava um aumento no número de “clientes” destes serviços e um incremento na apropriação, por parte do capital comercial, do excedente gerado pelo trabalho camponês, por meio da compra, transporte e revenda de sua produção. A expansão da pequena propriedade era, portanto, benéfica aos comerciantes em geral - e especialmente, aos de café -, nas mais diversas escalas: desde as vendas das vilas do interior aos grandes exportadores.

Seria essa a justificativa, por exemplo, para uma prática relativamente comum à época e aparentemente sem sentido se vistas por olhares contemporâneos. Muitos comerciantes, que eram também proprietários de terras, optavam por não utilizá-las

para produção, e praticamente as “davam” a pequenos produtores rurais, exigindo em troca apenas um compromisso de ter preferência na comercialização da produção.

Desta forma, os indícios levam a crer que esta ascendente burguesia comercial tenha se tornado não apenas mais forte economicamente, mas também mais influentes politicamente, mais até talvez que os grandes produtores rurais.

Vale mencionar ainda que, segundo Almada (1993, p. 109), a baixa nas cotações do café entre o término do século XIX e início do século XX fez com que o governo da província passasse a ter na concessão de propriedade da terra uma importante fonte de arrecadação. Assim, a expansão das fronteiras agrícolas baseadas na pequena propriedade, além de gerar lucros aos comerciantes, como já mencionado, também tendia a aumentar a demanda por terras, valorizando-a, o que, nestas circunstâncias, atenderia aos interesses do governo provincial, aumentando sua arrecadação.

CAPÍTULO 4. Valorização das terras e especulação: adversidades à reprodução camponesa

Foi graças a uma conjuntura político-econômica peculiar que durante algumas décadas os camponeses tiveram relativa facilidade em ter acesso à propriedade da terra no território capixaba. As áreas por onde esse modelo de produção avança nesse período – basicamente toda porção do território capixaba ao sul do Rio Doce - se caracterizaram pela configuração de uma estrutura fundiária bastante fragmentada. Nas antigas áreas dos *plantations*, em função dos resquícios desse modelo produtivo que perduraram apesar das transformações sócio-econômicas que se intensificam com o fim da escravidão, esse fenômeno foi um pouco menos intenso. Mas nas terras da porção central do território, praticamente inexistiram grandes imóveis.

Posteriormente, a partir das décadas de 1930 e 1940, a medida em que vão tornando-se escassas as terras “livres” nas áreas de colonização mais antiga e intensifica-se o processo migratório rumo às novas zonas pioneiras, sobretudo a norte do Rio Doce, a conjuntura político-econômica já dá indícios de não ser mais a mesma.

4.1. Novas áreas pioneiras

“... a despeito da presença de núcleos urbanos como Linhares, Nova Venécia e, especialmente, das movimentadas cidades portos existentes no litoral norte, o Rio Doce se constituiu em um limite natural entre o norte de terras devolutas e o sul em processo de colonização” (Pontes, 2007:42)

Enquanto em meados do século XX nas terras mais ao sul da província do Espírito Santo as fronteiras agrícolas já davam sinais de saturação²², a maior parte do território ao norte do Rio Doce era ainda praticamente “desconhecida” pelas autoridades capixabas, incluindo seus limites com o território de Minas Gerais, o que

²²Segundo Almada (1993:118), nesse momento já se verifica um intenso movimento migratório nos municípios de colonização mais antiga do Estado.

chegou a gerar conflitos entre os dois governos, na famosa questão do Contestado entre Minas Gerais e Espírito Santo²³.

Em fins do século XIX, alguns núcleos em São Mateus e outras localidades ao norte do Rio Doce chegaram a receber imigrantes estrangeiros, mas foi um contingente muito mais modesto que o verificado na porção sul do Espírito Santo. Com exceção de Nova Venécia, que se situava mais ao interior do continente, os núcleos populacionais mais significativos decorrentes da colonização nessa porção do território capixaba continuavam a ser as velhas cidades do litoral, que surgiram ainda nos primórdios do domínio português.

Todavia, partir da década de 40, as informações dos censos do IBGE revelam que a porção do território do Espírito Santo ao norte do Rio Doce se torna a nova “frente pioneira” do processo de colonização. As áreas que em 1940 eram ocupadas pelos municípios de Colatina, São Mateus e Conceição da Barra - o que representava toda a porção norte do Espírito Santo - são as que apresentam maior crescimento da área agrícola e maior crescimento populacional dentro do período de 1940 e 1960, sendo estes índices exponencialmente maiores que os dos municípios do sul do Estado (Tabelas 16 e 17 e Mapas 5 e 6).

²³ Houve entre as décadas de 1940 e 1960 intensos conflitos entre autoridades dos dois Estados em disputa pelas terras da Serra dos Aimorés e áreas limítrofes a ela. No território capixaba, compunham essa zona de litígio os atuais municípios de Mantenedópolis, Barra de São Francisco, Água Doce do Norte, Ecoporanga, Mucurici, e, em menor intensidade, Montanha e partes de Nova Venécia. As divergências entre os Estados somente foram resolvidas por meio de um acordo em 1963 que estabeleceu os atuais limites.

Tabela 16 - Crescimento Populacional nos municípios do Espírito Santo - 1940 x 1960 (continua)

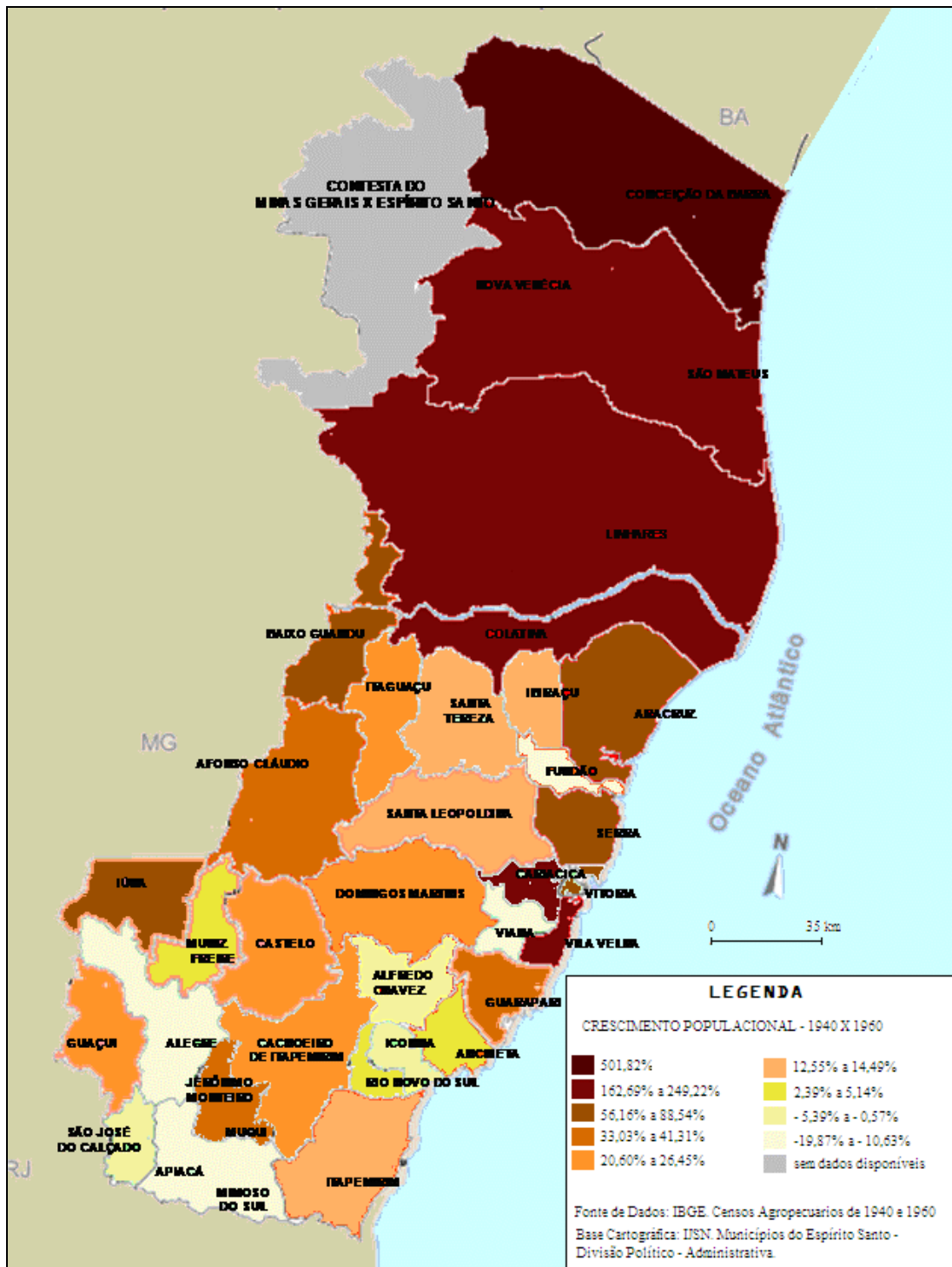
Município (s)	1940	1950	1960	Variação - 1940 a 1960	
				Absoluta	Percentual
Conceição da Barra	5327	10286	32059	+ 26732	501,82%
Nova Venécia / São Mateus	24250	39850	84687	+ 60437	249,22%
Colatina / Linhares	66263	129818	220384	+ 154121	232,59%
Vila Velha	17054	23127	56445	+ 39391	230,98%
Cariacica	15228	21741	40002	+ 24774	162,69%
Vitória	45212	50922	85242	+ 40030	88,54%
Serra	24250	39850	40786	+ 16536	68,19%
Lúna	20004	24366	32210	+ 12206	61,02%
Aracruz	15990	16642	25193	+ 9203	57,55%
Baixo Guandu	18371	22518	28689	+ 10318	56,16%
Afonso Cláudio	33430	38517	47240	+ 13810	41,31%
Guarapari	11256	12350	15184	+ 3928	34,90%
Jerônimo Monteiro Muqui	17676	16386	23514	+ 5838	33,03%
Itaguaçu	17313	18258	21893	+ 4580	26,45%
Cachoeiro de Itapemirim	72834	81082	91564	+ 18730	25,72%
Guaçuí	26162	24953	32577	+ 6415	24,52%
Domingos Martins	16718	16854	20801	+ 4083	24,42%
Castelo	33171	34409	40003	+ 6832	20,60%
Santa Leopoldina	17031	17711	19498	+ 2467	14,49%
Itapemirim	27992	28741	31960	+ 3968	14,18%
Santa Teresa	22179	21926	25136	+ 2957	13,33%
Ibiraçu	14593	14160	16425	+ 1832	12,55%
Anchieta	9841	9539	10347	+ 506	5,14%
Muniz Freire	20933	19087	21848	+ 915	4,37%

Fonte: Ipeadata. Organizado pelo autor.

Tabela 16 - Crescimento Populacional nos municípios do Espírito Santo - 1940 x 1960 (conclusão)

Município (s)	1940	1950	1960	Variação - 1940 a 1960	
				Absoluta	Percentual
Rio Novo do Sul	8144	7394	8339	+ 195	2,39%
Alfredo Chaves	10468	10064	10408	-60	-0,57%
Iconha	10797	978	10607	-190	-1,76%
São José do Calçado	16973	16002	16058	-915	-5,39%
Viana	7661	5896	6847	-814	-10,63%
Fundão	8630	8096	7655	-975	-11,30%
Mimoso do Sul / Apiacá	49813	42873	42220	-7593	-15,24%
Alegre	62378	58968	49985	-12393	-19,87%

Fonte: Ipeadata. Organizado pelo autor.



Mapa 5 – Crescimento populacional nos municípios do Espírito Santo – 1940 x 1960. Organizado pelo autor.

Tabela 17 - Crescimento da Área Agrícola Total (em hectares) nos municípios do Espírito Santo – 1940 x 1960 (continua)

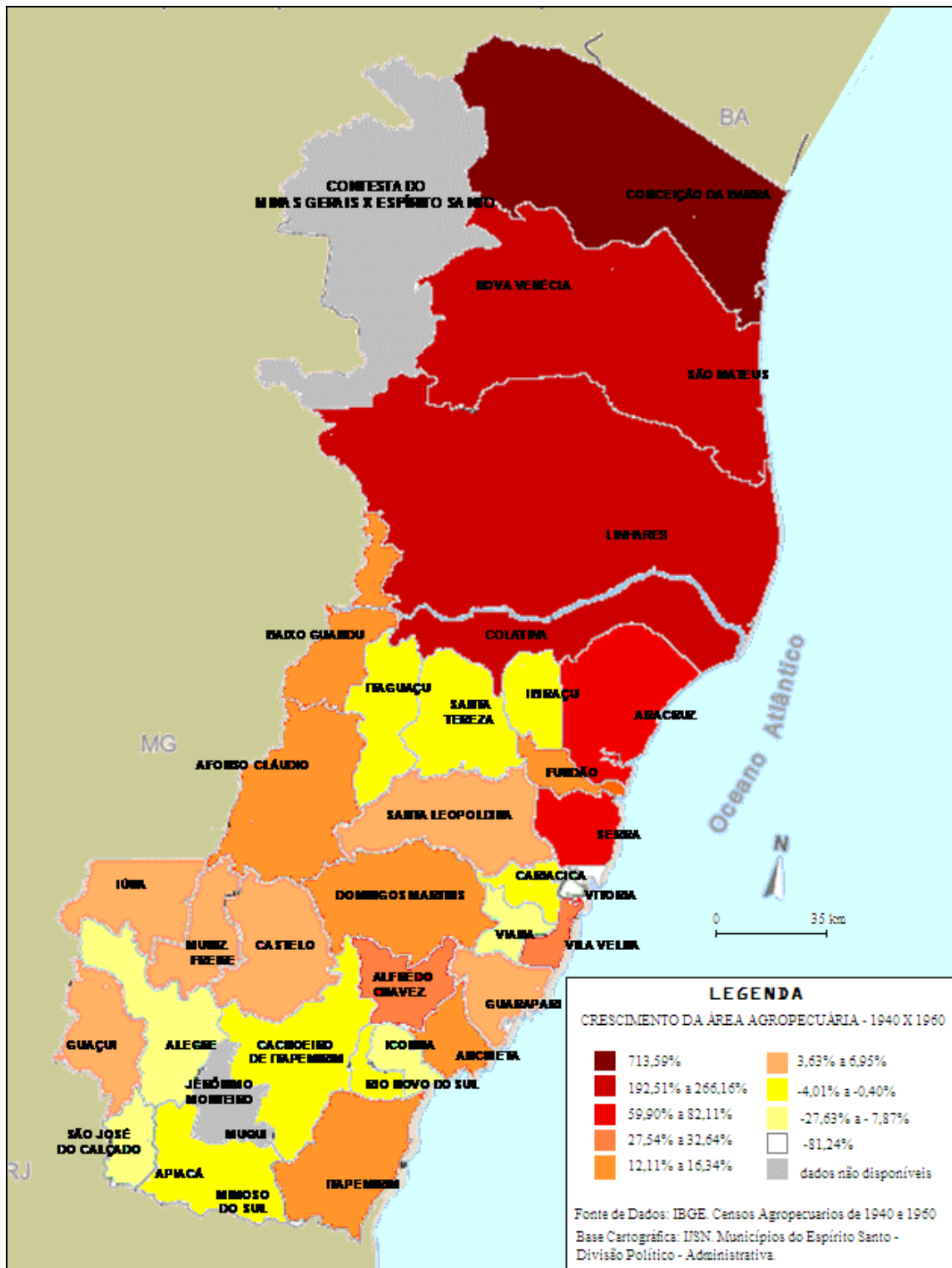
Município	1940	1950	1960	Variação	
				Absoluta	Percentual
Conceição da Barra	18945	123859	154135	135190	713,59%
Nova Venécia / São Mateus	92710	238903	339469	246759	266,16%
Colatina e Linhares	202561	467780	592502	389941	192,51%
Serra	13112	31070	23878	10766	82,11%
Aracruz	49188	46949	78653	29465	59,90%
Alfredo Chaves	39616	44341	52548	12932	32,64%
Vila Velha	4731	7376	6034	1303	27,54%
Domingos Martins	99654	103306	115934	16280	16,34%
Itapemirim	90492	103632	105065	14573	16,10%
Anchieta	28060	30777	32277	4217	15,03%
Baixo Guandu	66869	68875	76695	9826	14,69%
Afonso Cláudio	128266	134196	144504	16238	12,66%
Fundão	16063	17045	18008	1945	12,11%
Santa Leopoldina	101806	97429	108877	7071	6,95%
Muniz Freire	56995	61353	60867	3872	6,79%
Íluna	64791	60152	68448	3657	5,64%
Castelo	92859	93849	97973	5114	5,51%
Guaçuí	71343	73548	75077	3734	5,23%
Guarapari	39534	40412	40968	1434	3,63%
Santa Teresa	82563	78281	82230	-333	-0,40%
Cachoeiro de Itapemirim	123867	127945	122969	-898	-0,72%
Ibiraçu	40995	36595	40557	-438	-1,07%
Itaguaçu	75596	72753	73940	-1656	-2,19%
Rio Novo do Sul	19555	19619	19084	-471	-2,41%

Fonte: Ipeadata. Dados organizados pelo autor.

Tabela 17 - Crescimento da Área Agrícola Total (em hectares) nos municípios do Espírito Santo – 1940 x 1960 (conclusão)

MUNICÍPIO	1940	1950	1960	VARIÇÃO	
				Absoluta	Percentual
Cariacica	14389	11815	13965	-424	-2,95%
Apiacá e Mimoso do Sul	101029	104486	96979	-4050	-4,01%
São José do Calçado	36210	35997	33360	-2850	-7,87%
Iconha	25064	25334	23037	-2027	-8,09%
Alegre	120870	110158	100687	-20183	-16,70%
Viana	27263	20988	19729	-7534	-27,63%
Vitória	8484	1622	1592	-6892	-81,24%
Jerônimo Monteiro / Muqui			-----	não disp.	não disp.

Fonte: Ipeadata. Dados organizados pelo autor.



Mapa 6 – Crescimento da área agropecuária total dos municípios do Espírito Santo – 1940 x 1960. Organizado pelo autor.

Essa expansão das fronteiras agrícolas ao norte do Rio Doce decorre basicamente de três frentes: uma vinda do próprio território capixaba, das terras ao sul; outra oriunda do leste de Minas Gerais, dos Vales dos Rios Doce e Mucuri; e também a partir do sul da Bahia.

Segundo Moreira (2001, p.99), nesse momento da história as autoridades já consideravam o “problema indígena” como superado, o que significava que os vestígios indígenas nas terras capixabas já haviam praticamente desaparecido, mesmo com grande parte de seu território ainda não “desbravado” e com amplas áreas onde a Mata Atlântica ainda estava preservada, intocada pela ação dos “colonizadores”.

Nesse momento de avanço do processo de apropriação de terras nesta porção do território do Espírito Santo, entretanto, as circunstâncias político-econômicas são muito diferentes das que predominavam meio século atrás, quando se intensificou a disseminação de pequenas propriedades no centro-sul do Espírito Santo.

Nesse novo contexto, caracterizado pela crescente valorização da terra e, conseqüentemente, pelo crescimento de mercado imobiliário no meio rural, os camponeses vão ter que competir com alguns setores do capital local, notadamente empresas do setor madeireiro (como discorreremos, a produção de madeira torna-se uma atividade de grande peso na economia do Espírito Santo) e pecuaristas (em sua maioria especuladores que utilizam a terra como reserva de valor), os quais terão amplas vantagens nesses embates, que quase sempre tem desfecho desfavorável aos pequenos agricultores.

Discorreremos a seguir sobre alguns fatores que contribuíram para essa situação adversa à reprodução camponesa.

4.2.Valorização da Propriedade da Terra

Na vigência do trabalho escravo a terra era praticamente destituída de valor. Genericamente falando, ela não tinha a equivalência de capital, alcançando às vezes um preço nominal para efeitos práticos (...)

A aplicação de dinheiro na terra envolvia um grande risco por falta de mercado imobiliário. Sendo as terras devolutas abundantes, mesmo após a extinção do regime de sesmarias com a Independência, a ocupação era expediente simples e eficaz (...)

Mais valiosos que a terra eram os escravos. (...) Na verdade, tinha valor o bem sujeito a comércio, coisa que com a terra ocorria apenas limitadamente. (MARTINS:1990, p.24 e 25)

Segundo Martins (1990), conforme trecho transcrito acima, no contexto econômico do Brasil escravocrata, inexistia um mercado imobiliário: a propriedade da terra praticamente destituída de um preço de mercado. É em contexto semelhante que ocorre a intensificação do processo de apropriação de terras na porção centro-sul do Espírito Santo, entre meados do século XIX e início do século XX.

A ausência de mercado de terras parece ter persistido no Espírito Santo mesmo após a abolição da escravidão, dada a imensa extensão de terras devolutas e a dificuldade ou mesmo desinteresse das autoridades em efetivar, na prática, a Lei de Terras de 1850. Um claro indício disso é o fato de que a maior parte das pequenas propriedades que surgem no Espírito Santo nesse momento ter origem antes da regularização de posses que propriamente da compra de terrenos ainda com mata virgem. Afinal, nada mais lógico do que pagar apenas por aquilo que tem valor, ou seja, o terreno já desmatado e com culturas efetivadas (ou pelo menos com terras prontas para o cultivo). Nestas circunstâncias, só faria sentido regularizar uma posse ou adquirir um terreno já preparado por outros (como os casos que Wagemann cita, referente aos colonos alemães que adquiriram terrenos de posseiros).

O fim da escravidão não alterou subitamente esse quadro, visto que ainda na década de 1920, conforme aponta Almada (1993), o Espírito Santo apresentava as terras mais baratas entre os estados das atuais Regiões Sul e Sudeste.

Todavia, a partir da década de 1940, momento em que se intensifica a expansão do processo de apropriação de terras ao norte do Rio Doce, esse quadro parece ter mudado. Um indício disso são os relatos de Petrone (2004), feitos na década de 1950, sobre a região central do Espírito Santo, que ele denomina de área de colonização antiga:

Os preços das propriedades são relativamente elevados. Variam, entretanto, conforme a parte da região que se considera e, particularmente, variam em função da localização em terra quente ou fria, em função das características topográficas e de solos, das benfeitorias e da antiguidade do aproveitamento. De uma forma geral eles têm subido, com intensidade maior, a partir da década de 1940 (Ibid., p. 36)

Esses relatos indicam que há, nesse momento, um “mercado de terras” no Espírito Santo, diferentemente do que ocorria algumas décadas antes. Possivelmente a crescente demanda de terras por parte da grande massa de camponeses e seus descendentes que se estabelecem no centro-sul do Estado (necessária à manutenção de sua condição de camponeses, à medida em que as famílias crescem e gerações novas surgem), ocasionou essa valorização da terra e dos imóveis rurais conforme iam tornando-se escassas as terras “livres” dessa porção do território capixaba²⁴.

Outro indício dessa valorização das terras é que, segundo Borgo, Rosa e Pacheco (1996), a compra de lotes visando revenda das mesmas torna-se prática comum nesse contexto:

O sistema funcionava assim: um desbravador ítalo-capixaba, ou teuto-capixaba, conseguia uma concessão de terra ao norte do Rio Doce, principalmente a partir de 1928, quando foi inaugurada a ponte em Colatina. Loteava-a e vendia os lotes no sul do Estado (Ibid., p. 75)

A partir dessa valorização das terras e surgimento de um mercado imobiliário (de propriedades rurais), criam-se condições para que crescessem a especulação imobiliária e o uso da terra como reserva de capital.

Roche (1968, p.159), em trabalho escrito ainda em início da década de 1960, ratifica a ocorrência desse fenômeno e aponta que o “alvo” dessas práticas de especulação sobre compra e venda de terras eram, dentre as porções do Espírito Santo por ele tratadas na obra, as áreas que denominou de terras quentes, que abrangiam, ao sul do Rio Doce, as terras que se estendem da Bacia do Rio Guandu às da Bacia do Rio Santa Maria do Rio Doce, e ao Norte do Rio Doce, praticamente toda a área da Região Noroeste (conforme regionalização proposta no capítulo 1), o que reforça a hipótese de que isso tenha ocorrido de forma muito mais intensa nas novas “zonas pioneiras”.

Para se ter uma dimensão do fenômeno, esse mesmo autor afirma que o “lucro nominal” (ou seja, desconsiderando a inflação) com a apropriação e posterior revenda

²⁴ Como exemplo disso, Roche (1968) afirma que a pressão demográfica sobre as áreas de colonização mais antigas e conseqüente necessidade de obter novas terras para os descendentes dos agricultores dessas áreas existentes era o principal fator que impulsionava a migração dos descendentes de alemães no Espírito Santo (p.160 a 164).

de terras nessas áreas poderia chegar a algo em torno de 1.250% em 15 anos e a exorbitantes 5.800% em duas décadas (Ibid., p.160).

4.3. Extração de Madeira, Pecuária e Especulação Imobiliária

A extração de madeira foi uma atividade amplamente presente no “desbravamento” das zonas pioneiras do território capixaba, sobretudo em sua porção norte. A mata nativa desta região, cuja beleza e exuberância foram descritas por alguns viajantes que por ali estiveram no século XIX (BORGOS, ROSA e PACHECO, 1996), ainda estava bastante preservada em meados do século XX, e fora, até bem próximo dessa data, o abrigo de muitas tribos indígenas e comunidades ditas “tradicionais”, geralmente originadas de descendentes de escravos e/ou nativos. Entre as espécies que compunham esse bioma, muitas eram consideradas madeira de lei, com grande valor comercial (Ibid., p. 37).

A extração de madeira não era, no século XX, uma atividade realmente nova no Espírito Santo. Mesmo durante o período colonial ela já era praticada em muitas localidades, geralmente em áreas litorâneas ou próximas cursos d’água com boa navegabilidade até a foz, já que o propósito fundamental dessa produção era o escoamento para o exterior.

Talvez por esse fato essa atividade tenha, desde os primórdios da colonização, se desenvolvido mais amplamente na porção norte do Espírito Santo que no centro-sul, já que essa é uma área de relevo extremamente acidentado e cujas bacias hidrográficas possuem uma navegabilidade muito mais restrita. Os relatos de Marques (1978:04) sobre a agricultura no Espírito Santo na década de 1870 reforçam essa hipótese, já que o mesmo lamenta que apesar de ter árvores que seguramente seriam boas fontes de madeira de lei, existia uma grande dificuldade de transportá-las, o que resultava no não aproveitamento da madeira na maior parte das áreas desmatadas para plantio (processo que nesse momento da história – 1870 - era muito mais intenso no centro-sul).

O próprio surgimento de algumas importantes cidades na porção centro-sul do Espírito Santo está ligado a essa pouca navegabilidade de suas bacias hidrográficas, como os casos de Santa Leopoldina e Cachoeiro de Itapemirim, que marcavam o início do curto trecho navegável dos rios que os cortam (respectivamente o Rio Santa Maria da Vitória e Rio Itapemirim) e por isso polarizavam a interação entre o interior e o litoral, tornando-se importantes centros urbanos ainda no século XIX (a produção rural das áreas à montante dessas bacias hidrográficas tinha que ser transportada até ali por meio terrestre - carroças ou no próprio dorso de animais de montaria). Nestas circunstâncias, presume-se a adversidade para explorar a madeira nas áreas de relevo mais acidentado, que predominam em grande parte do território do Espírito Santo ao sul do Rio Doce (ver mapa das Zonas Naturais do Espírito Santo em anexo).

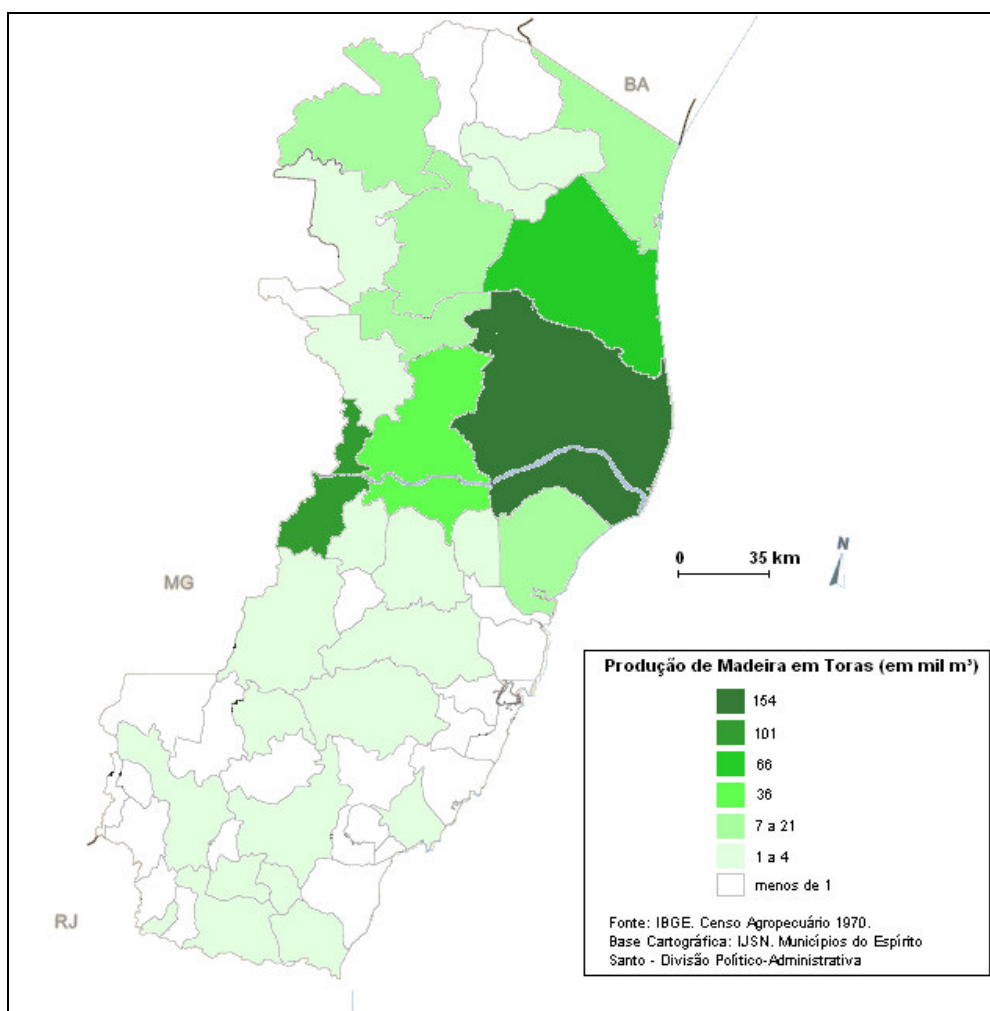
Ao longo do século XX, sobretudo em sua segunda metade, o crescimento da demanda externa pela produção de madeira aliada ao desenvolvimento do transporte rodoviário, que passou a tornar viável a extração madeireira em áreas onde anteriormente seria impossível escoar a produção por meios fluviais, promoveu um crescimento exponencial dessa atividade, resultando no surgimento muitas companhias madeireiras e serrarias (BORG, ROSA e PACHECO: 1996, p.42).

Nestas circunstâncias, o norte capixaba, que em meados do século XX ainda apresentava imensas extensões de terras legalmente devolutas, as quais em grande parte preservavam a exuberante mata nativa e onde vivam muitas comunidades tradicionais (como quilombolas e os ditos “cablocos”), tornou-se, a partir dos últimos anos da primeira metade do século, alvo da cobiça dos madeireiros. Borgo, Rosa e Pacheco (1996, p. 36) citam inúmeros casos de concessão de grandes áreas por parte do governo do Espírito Santo a empresas madeireiras, além de apontar evidências de que provavelmente havia muitas outras que efetuavam a extração clandestinamente em função da ineficiência da atuação das autoridades (Ibid., p. 42).

Tabela 18 – Produção de Madeira no Espírito Santo – 1960 a 1985

Ano	Volume (em mil m ³)
1960	52
1970	469
1975	213
1980	117
1985	62
1996	3

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários – 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996



Mapa 7 – Produção de madeira no Espírito Santo – 1970. Organizado pelo autor.

Os dados dos censos (Tabela 18) indicam que o apogeu dessa atividade ocorreu entre o fim da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970, já que a partir de 1975 há uma contínua diminuição da produção de madeira a cada censo, até se chegar ao patamar ínfimo de 3 mil m³ em 1996. Fica evidente também que os principais municípios produtores de madeira bruta são aqueles localizados na porção norte do território do Espírito Santo. No censo de 1950, os principais produtores eram São Mateus e Colatina. Em 1960, eram Linhares, Conceição da Barra e Aracruz. E em 1970, no auge dessa atividade econômica, os principais municípios produtores são todos do norte do Estado (Mapa 7).

Levando em consideração que a extração clandestina era bastante significativa, a produção real desses municípios devia ser ainda maior do que consta nesses dados em epígrafe. Além disso, as informações referentes aos municípios que fazem parte da denominada Serra dos Aimorés e arredores (antiga Região Contestada por Minas Gerais e Espírito Santo), em cuja história a extração de madeira desempenhou um papel significativo, são de difícil obtenção e não aparecem na maioria das estatísticas oficiais antes do censo de 1970. E, quando são incluídos pela primeira vez (em 1970), já não apresentam significativa produção de madeira possivelmente porque o ápice da atividade madeireira na área do Contestado tenha ocorrido durante o período de litígio e de indefinição das fronteiras entre os dois Estados (Espírito Santo e Minas Gerais), que acabou comprometendo a elaboração de alguns dados censitários. Os casos de Montanha e Mucurici, que nem sequer possuem produção de madeira em toras no censo de 1970, e de Ecoporanga, que nessa época já não era um dos maiores produtores, parecem ser exemplos dessas distorções, tendo em vista o papel que essa atividade exerceu na história dessas povoações (NEVES e PACHECO, 1992; E.W.OLIVEIRA, 1999).

As evidências apontam que os primórdios do desmatamento e a apropriação das terras no extremo norte do território capixaba seja antes fruto da expansão demográfica e econômica do Vale do Mucuri (sobretudo a porção mineira) que propriamente das terras capixabas ao sul (Ibid.), tendo em vista a importância da corrente migratória a partir de Minas Gerais e a insignificante presença de descendentes de imigrantes

estrangeiros na formação dos primeiros povoados dessa faixa do território do Espírito Santo (sobretudo nos atuais municípios de Ecoporanga, Mucurici e Montanha); além das semelhanças que essas áreas guardam, quanto ao histórico da economia e apropriação das terras, para com os municípios vizinhos do lado de Minas Gerais (como, por exemplo, a importância de extração de madeira na economia local e a ampla presença de grandes imóveis onde se praticava uma pecuária ultra-extensiva); e também (e, sobretudo) pelo fato de que a presença de povoados e cidades na porção mineira do Vale do Mucuri ser bem mais antiga que a verificada em terras capixabas próximas a essa localidade, tendo se iniciado ainda no século XIX (MATTOS, 2002; PONTES, 2007, p. 38/39; E.W.OLIVEIRA, 1999).

O litígio entre as autoridades dos dois Estados na questão do Contestado, disputando o domínio político das terras da Serra dos Aimorés e áreas próximas a ela, também contribuiu para a formação de uma estrutura fundiária marcada pela concentração da propriedade da terra, já que ambos viam na concessão de imensas áreas a companhias madeiras uma forma de assegurar seu domínio sobre a região. Talvez por isso haja uma discrepância, já nos anos 70, entre as características da estrutura fundiária dos municípios capixabas dessa área, sobretudo Mucurici, Montanha, e o restante dos municípios no seu entorno.

Por ser uma atividade bastante “predatória”, a extração de madeira apresentava um caráter, de certa forma, itinerante. Uma vez destruída a vegetação original de uma área, essa deixa de ser útil às madeireiras e serrarias. Outrora, principalmente durante o regime de escravidão, as áreas esgotadas para uma determinada finalidade que interessava ao capital provavelmente seriam abandonadas ou vendida a preços módicos, como ocorreu em muitas fazendas de café e/ou cana-de-açúcar no sul do Espírito Santo (Almada, 1993). Mas, nesse contexto de valorização das terras e crescimento da especulação imobiliária sobre os imóveis rurais, esse tipo de fato dificilmente teria se repetido. As clareiras abertas na mata pelas madeireiras e serrarias não foram deixadas para trás, mas apropriadas direta ou indiretamente, com fins especulativos, principalmente.

As terras onde havia se praticada a extração de madeira contavam já com certa infra-estrutura, como estradas de rodagem construídas para transporte das toras

(BORGOS, ROSA e PACHECO, 1996, p.69 e 70) ou eram bem localizadas, situando-se próximas a importantes rios, o que ampliava seu valor de forma a torná-las nesse contexto um bem valioso demais para ser abandonado ou vendido a baixos preços.

Eram recorrentes os casos de pessoas que conseguiam, por intermédio de madeiras ou serrarias, o título legal de propriedade de imóveis rurais, em troca do qual permitiam que essas empresas extraíssem a madeira das matas presentes nesses imóveis (Ibid., p.69). Assim, muitos posseiros atendiam aos interesses das madeiras em troca da “ajuda” destas para conseguir regularizar sua propriedade.

Não faltaram também os casos de supostas empresas ou mesmo pessoas físicas que solicitam a concessão de grandes áreas ao governo estadual para exploração de madeira e de fato nunca levaram a cabo este empreendimento, e as venderam a terceiros ou registraram-nas como particularidades (MOREIRA, 2005:239), processo que sem dúvida está ligado às origens de muitos latifúndios na porção norte do território capixaba.

Essa expansão da extração de madeira no Espírito Santo, sobretudo no norte de seu território, ocorre num momento em que se verifica no Brasil um grande crescimento da área ocupada pela pecuária extensiva. E, de fato, uma das coisas mais notáveis nas estatísticas sobre a utilização das terras no Espírito Santo é que há um amplo crescimento da área ocupada com pecuária extensiva nas porções do território para onde a atividade madeireira havia se expandido recentemente (principalmente ao longo das décadas de 1940 a 1960), o que ocorre de forma muito mais intensa ao norte do Rio Doce.

Segundo A.U.Oliveira (1999, p.87), a prática da pecuária extensiva no Brasil tem sido uma forma de utilização das terras com fins especulativos. Assim também o defende Szmrecsanyi (1990), ao abordar o crescimento dessa atividade no Brasil ao longo das décadas de 1940 e 1960, apesar de ressaltar que em alguns casos deveu-se também ao esgotamento dos solos:

(...)Em parte, essa expansão territorial da pecuária tem se vinculado ao esgotamento dos solos por modalidades predatórias de cultivo, e aos conseqüentes rendimentos decrescentes auferidos principalmente pelas grandes lavouras. Mas, ao mesmo tempo, ela também se deve em boa parte a motivações puramente mercantis e especulativas, traduzindo-se numa permanência e difusão de uma pecuária ultra-extensiva (...)

Nunca é demais assinalar a esse propósito que a pecuária bovina no Brasil, além de, na maioria das vezes, constituir uma atividade funcionalmente separada da agricultura, com frequência não se destina prioritariamente a fins produtivos nem está propriamente voltada para o abastecimento sistemático dos mercados consumidores de carne e/ou de leite (...) Os rebanhos tendem a ser encarados pela maioria de seus proprietários mais como uma reserva de valor do que como uma fonte de receita. Eles desempenham esse papel não apenas em si mesmos, por se multiplicarem naturalmente, e por não se desvalorizarem com a inflação, mas também – e talvez principalmente – de forma indireta, pelo domínio que eles asseguram sobre a propriedade de vastas áreas de terras, as quais, por sua vez, tendem a ser encaradas mais como reservas de valor do que como recurso produtivo.

Para o proprietário de terras exclusivamente interessado na valorização financeira de seus ativos, essa pecuária ultra-extensiva acaba constituindo um bom negócio, na medida em que lhe permite garantir a posse de grandes superfícies a baixo custo. Uma boiada rala e pouco produtiva, em termos de bezerros, de carne e leite, sai-lhe mais barata que um bando de capangas contratados para proteger a propriedade de terras inaproveitadas ou ociosas contra a intrusão dos que desejam cultivá-las (...) (Ibid., p. 78 e79)

A legislação brasileira, ainda que indiretamente, contribuiu com esse crescimento da pecuária extensiva como forma de garantir a propriedade das terras, já que desde a década de 1960 condiciona a propriedade privada desta ao cumprimento do que fora definido como “função social da terra”, que exige, entre outras coisas, a utilização do solo para algum fim produtivo²⁵. Assim, a pecuária extensiva tem sido uma maneira de “camuflar” essa utilização da terra para fins especulativos.

Mas, independente de qual tenha sido o motivo do crescimento da pecuária nesse momento, o fato é que o desenvolvimento da extração de madeiras no norte do Espírito Santo é seguido do surgimento de muitas grandes propriedades praticantes da pecuária extensiva ao longo das décadas de 1940 a 1960 (Tabela 19), o que evidencia uma inter-relação entre os dois fenômenos, sobretudo nas áreas recém desmatadas, que ainda estavam longe de ter solos esgotados para o plantio.

²⁵ Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 (o chamado “Estatuto da Terra”).

Tabela 19 – Tamanho médio dos imóveis rurais e área ocupada com pastagens nos Municípios do Espírito Santo – 1970 (continua)

Nome do Município	Média de Hectares por Propriedade	% da área efetivamente utilizada ocupada por pastagens	Área total de pastagens (em hectares)
Montanha	169,05	97,38%	49.900
Mucurici	136,37	94,26%	107.489
Pinheiros	87,92	83,05%	42.486
Apiacá	56,57	78,80%	13.560
Conceição da Barra	105,67	76,98%	82.756
Bom Jesus do Norte	51,42	76,20%	5.863
Boa Esperança	63,61	75,85%	27.231
Nova Venécia	59,71	73,09%	99.390
Presidente Kennedy	72,25	72,42%	34.584
Ecoporanga	81,14	71,99%	128.137
Baixo Guandu	67,51	71,83%	45.543
São José do Calçado	50,69	71,40%	17.587
Mimoso do Sul	80,28	70,37%	56.356
Guaçuí	85,36	69,22%	26.651
Muqui	89,75	67,82%	20.662
Ibiraçu	40,23	66,81%	25.533
Alegre	46,13	66,32%	57.561
São Mateus	63,1	65,81%	94.356
Jerônimo Monteiro	28,76	64,64%	7.627
Serra	37,34	64,02%	16.656
Piúma	66,86	63,81%	3.450
Dores do Rio Preto	54,56	62,91%	7.852
Divino de São Lourenço	43,05	62,60%	8.943
Atilio Vivacqua	38,74	62,59%	10.426
Fundão	36,32	61,28%	13.247

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1970.

Tabela 19 – Tamanho médio dos imóveis rurais e área ocupada com pastagens nos Municípios do Espírito Santo – 1970 (continuação)

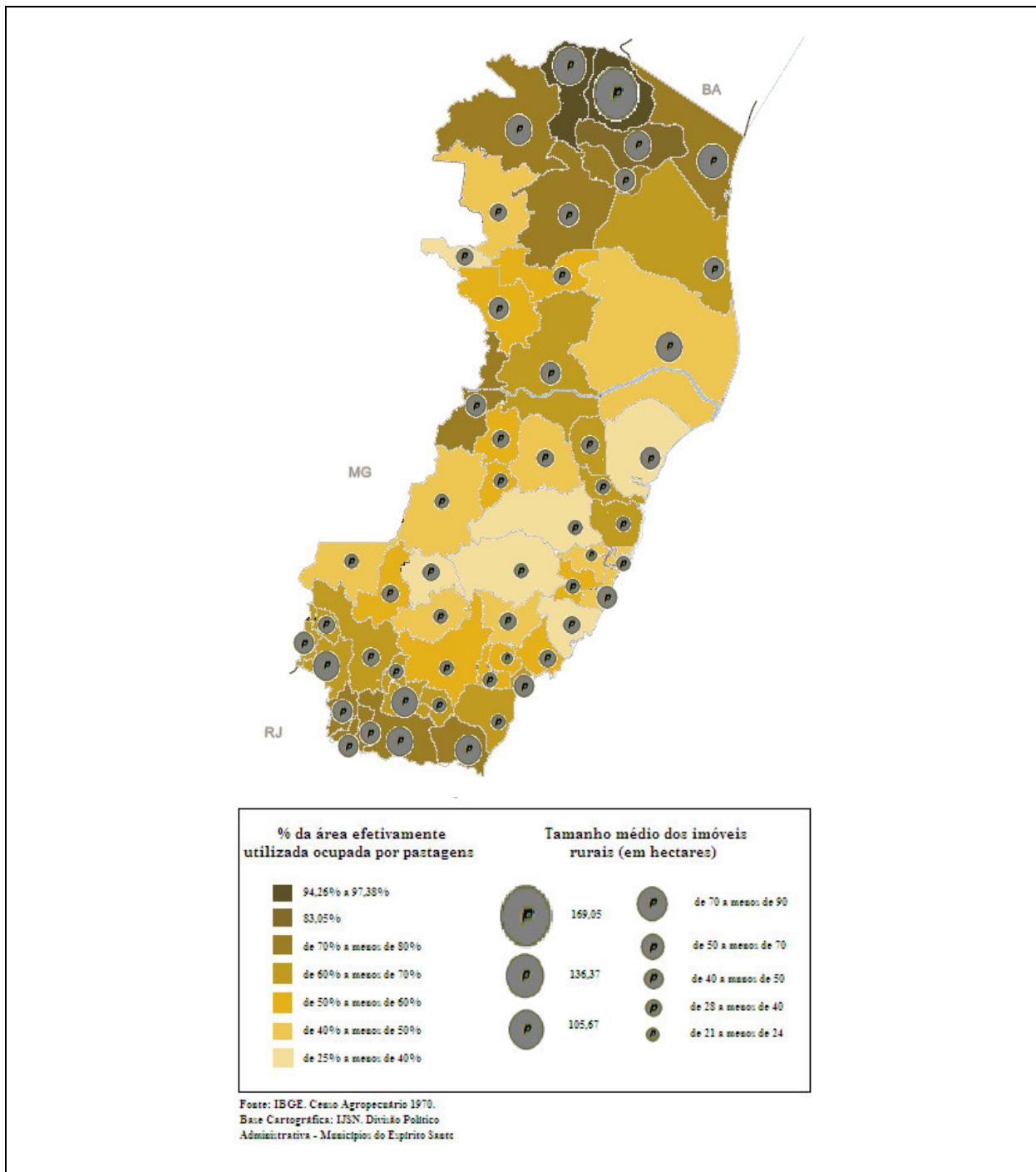
Nome do Município	Média de Hectares por Propriedade	% da área efetivamente utilizada ocupada por pastagens	Área total de pastagens (em hectares)
Colatina	60,26	61,08%	104.424
Itapemirim	37,93	60,40%	32.542
Itaguaçu	48,68	59,67%	22.734
Pancas	52,24	58,16%	41.944
Rio Novo do Sul	36,23	58,15%	10.096
Cachoeiro de Itapemirim	39	57,20%	53.891
Iconha	21,58	57,07%	9.717
Anchieta	42,99	53,46%	17.936
São Gabriel da Palha	44,58	52,50%	34.191
Muniz Freire	48,02	51,63%	26.656
Itarana	39,57	51,26%	11.610
Viana	29,67	50,78%	12.245
Santa Teresa	41,61	49,08%	35.151
Linhares	76,41	47,89%	123.096
Vila Velha	66,93	46,87%	4.786
Afonso Cláudio	35,24	46,76%	56.765
Lúna	33,31	46,11%	27.770
Barra de São Francisco	40,92	45,91%	48.503
Cariacica	23,92	45,39%	4.680
Vitória	32,47	41,77%	353
Castelo	37,22	41,47%	19.118
Alfredo Chaves	49,87	40,02%	18.079
Aracruz	58,83	37,40%	26.881
Mantenópolis	46,06	34,99%	7.741

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1970.

Tabela 19 – Tamanho médio dos imóveis rurais e área ocupada com pastagens nos Municípios do Espírito Santo – 1970 (conclusão)

Nome do Município	Média de Hectares por Propriedade	% da área efetivamente utilizada ocupada por pastagens	Área total (pastagens) em hectares
Conceição do Castelo	45,42	33,86%	12.619
Guarapari	40,32	31,59%	10.359
Santa Leopoldina	37,47	29,53%	27.106
Domingos Martins	38,54	25,36%	25.142
Espírito Santo (total)	56,16	59,42%	1.829.975

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1970.



Mapa 8 - Média de hectares por imóvel rural e percentual da área agropecuária efetivamente utilizada ocupado por pastagens no Espírito Santo – 1970. Organizado pelo autor.

Sobrepondo-se as informações sobre a área ocupada com pastagens e o tamanho médio dos imóveis rurais (Mapa 8), fica nítida a relação entre esses dois fatores.

Em 1970, entre os municípios com maior média de hectares por propriedade (com mais intensa concentração fundiária), a maioria se localiza ao norte do Rio Doce e, em menor número, no extremo sul do Estado, e todos apresentam grande percentual de sua área efetivamente utilizada²⁶ ocupadas por pastagens, sobretudo Montanha, Mucurici, Ecoporanga, Pinheiros, Conceição da Barra e Boa Esperança.

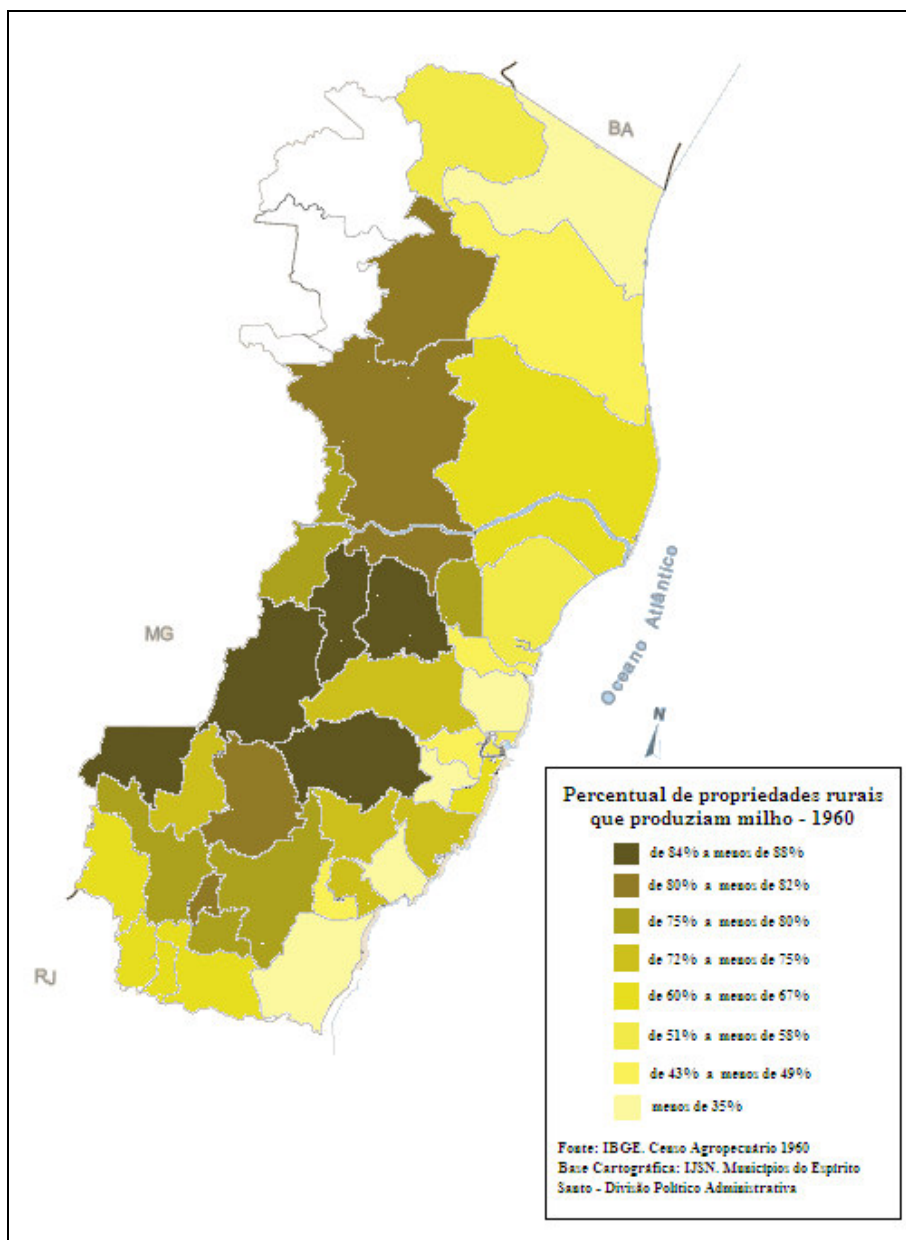
No caso dos municípios do sul do estado, é provável que o crescimento da área ocupada por pastagens tenha relação com o desgaste dos solos e a redução da lucratividade obtida com as lavouras, visto ser esta uma das áreas mais antigas de utilização agrícola intensa. Mas é pouco provável que esta tenha sido a causa do súbito crescimento das pastagens ao norte, já que esta era a zona pioneira do momento.

Desta forma, o crescimento da área dedicada à pecuária extensiva no norte do Espírito Santo deve estar antes relacionado à especulação imobiliária e à utilização da terra como reserva de valor, e é bem possível que esse fato tenha relação com a própria extração de madeira, a partir da apropriação das áreas desmatadas.

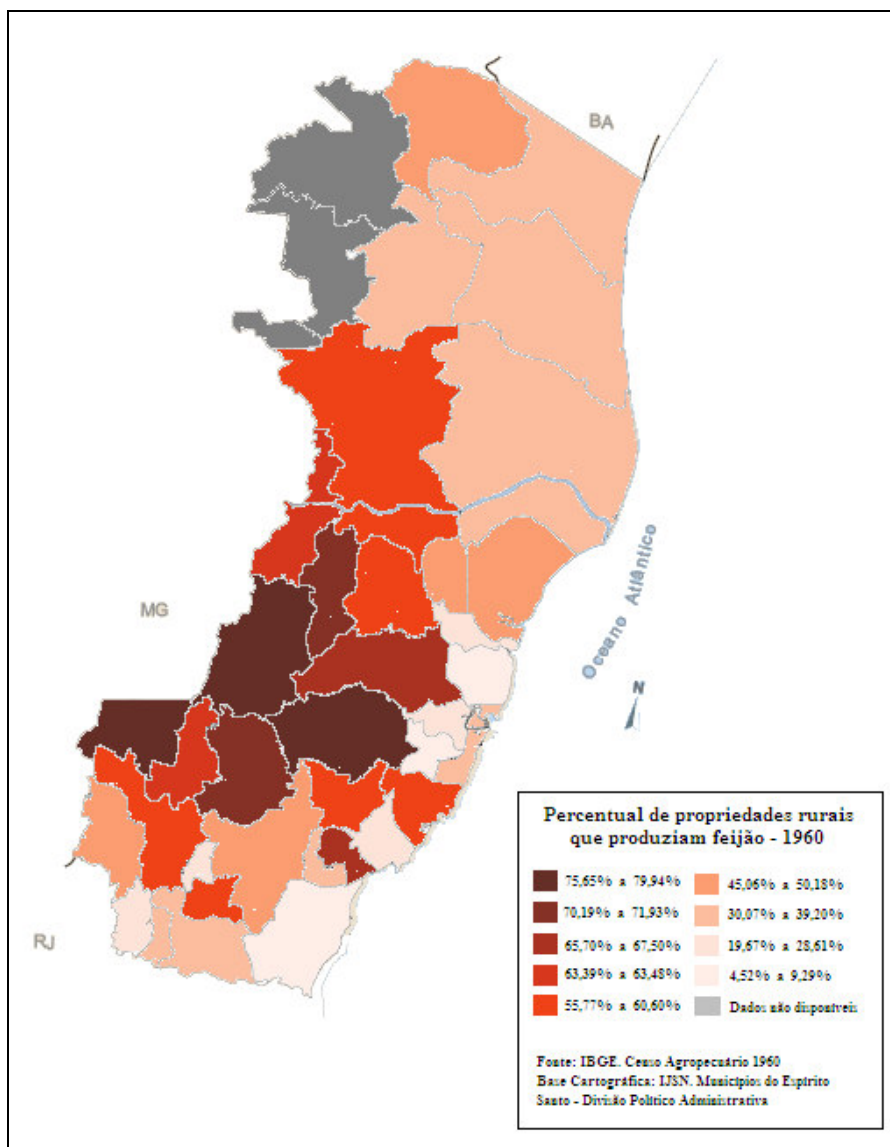
Outro indício que evidencia a apropriação da terra por não-camponeses nessa porção do território capixaba é produção verificada nos estabelecimentos rurais que se formam. Como será tratado no capítulo seguinte, um dos traços mais marcantes do campesinato no Espírito Santo, até meados do século XX, era o forte caráter de subsistência da agricultura praticada em suas terras.

Dentre os gêneros de subsistência por eles cultivados, dois são particularmente significativos: o feijão e milho; sobretudo esse último, pois além de compor a dieta cotidiana dos camponeses também é fundamental à criação de animais (aves, porcos e bovinos), atividade imprescindível à subsistência das famílias camponesas, segundo Petrone (2004).

²⁶ Área agropecuária total do município menos o percentual de terras ainda ocupadas por matas e florestas naturais.



Mapa 9 - Produção de milho nos municípios do Espírito Santo – 1960. Organizado pelo autor.



Mapa 10 – Produção de Feijão nos municípios do Espírito Santo – 1960. Organizado pelo autor.

Como se percebe pelos Mapas 9 e 10, os municípios por onde mais se expandem as atividades agropecuárias entre as décadas de 1940 e 1960 (na porção norte do Espírito Santo) são, juntamente com os municípios do extremo sul e ao redor da capital, aqueles que possuem menor número de propriedades com as principais culturas de subsistência em 1960, um indicativo da menor presença de camponeses em consequência da apropriação de terras por outros entes, que, como discorreremos,

provavelmente a utilizavam para a extração de madeira e pecuária, e não para a agricultura propriamente dita.

4.4. Violência, litígio de terras e ampliação da exclusão social.

*“Pretensos proprietários, portanto títulos (...) – não raro sem qualquer amparo jurídico – passaram a ameaçar e agredir os pioneiros, que não aceitavam a validade daqueles documentos. A indústria madeireira (...) aliou-se a latifundiários numa luta comum, tentando usurpar as posses e benfeitorias camponesas. Para isso, com seu poder de compra, não hesitaram em contratar jagunços e corromper servidores públicos(...)”*PONTES (2007:103)

Como descrito por Pontes (2007)²⁷ no trecho em epígrafe, em meio a essa valorização da propriedade da terra, amplamente disputada por posseiros, grandes fazendeiros e empresas no norte do Espírito Santo, local de imensuráveis extensões de terras consideradas devolutas, desenvolveu-se um quadro de intensos litígios entre esses entes, sobretudo na porção noroeste e no extremo norte, quase sempre com desfechos favoráveis aos detentores de maior poder econômico, com os posseiros sendo vítimas da violência, fosse de jagunços a serviço de particulares ou mesmo das próprias autoridades do estado, em defesa dos interesses da elite. Os litígios foram ainda mais intensos na Serra dos Aimorés e suas proximidades, cujo domínio político gerou acirradas disputas entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo²⁸, tornando a atuação das autoridades ainda mais arbitrárias e parciais. Mas, em maior ou menor intensidade, todas as áreas de difícil comunicação com o centro-sul do Estado parecem ter apresentado esse quadro:

“... tem-se a impressão que quanto mais distante e difícil fosse o acesso aos povoados da região, mais complexos pareciam se tornar os litígios de terra. A dificuldade de comunicação e a distância dos centros de decisão administrativa e judicial contribuíam para dificultar ainda mais a pacificação dos litígios, abrindo espaço para o uso da força ilegal por parte daqueles que detinham maior poder econômico (...) Esse distanciamento das autoridades permitia ainda que servidores do estado destacados para impor a ordem, sob esse argumento praticassem diversos abusos no exercício da autoridade policial” (Ibid., p.132)

²⁷ Apesar de ter como foco em seu trabalho a questão do Contestado entre Espírito Santo e Minas Gerais, os diversos exemplos de casos citados por Pontes (2007) deixam claro que tal quadro era mais intenso nessa região, porém não se limitavam a ela, ocorrendo em praticamente toda a porção do Espírito Santo ao norte do Rio Doce.

²⁸ Inserir nota sobre o contestado.

A violência era tanta, que o próprio estado, patrocinador indireto de muitos desses atos, se viu obrigado a abrir Comissões Parlamentares de Inquérito (em 1953 e 1961) para “investigar” esses fatos.

Era nítida, segundo Pontes (2007), a forma diferenciada com que posseiros, grandes fazendeiros e empresas eram tratados pelo estado, sendo para esses últimos muito mais fácil conseguir o título de propriedade sobre alguma parcela de terra, não raro de vastas extensões:

“... empresas recém criadas estavam dando entrada em requerimento de terras e obtendo-as sem maiores dificuldades, agilidade que jamais foi verificada em casos de ocupação por posseiros. Houve casos até de empresas que sequer haviam sido formalmente constituídas à época dos pedidos.” (Ibid., p.83)

Se entre fins do século XIX e início do século XX a exclusão era apenas dos posseiros mais pobres e analfabetos, geralmente não descendentes de estrangeiros, agora os favorecidos eram os representantes do capital – latifundiários e empresas madeireiras -, e para os posseiros em geral, a situação era muito adversa.

Segundo o referido autor, nesse contexto, a violência era, de certa forma, organizada, e muitos matadores possuíam “indisfarçável proximidade” com políticos e pessoas influentes, de grande poder econômico. Cita, por exemplo, o caso de um criminoso que atendia pelo nome de Tintino Rosa:

“Seus homicídios quase sempre estavam ligados a questões de terra. Ele não admitia nenhuma ameaça às suas possessões, tampouco àqueles que contratavam seus serviços. Sua influência ia da Serra do Pancas a Nova Venécia, passando por todas as vilas e povoados que surgiam em meio à mata cerrada, demonstrando um poder praticamente oligárquico, com raízes profundas no coronelismo da roça”
“A proximidade de Tintino Rosa com o Partido Social Democrático – defensor dos interesses dos latifundiários e ao qual era filiado o governador Carlos Lindenberg – conferiu àquele grande influência política(...)”(Ibid., p.98)

Em outro exemplo, o autor cita o caso da Companhia Industrial de Madeiras Conceição da Barra (Cimbarra), localizada dentro da atual área do município de Mucurici, cujo processo de concessão de terras foi criticado até por profissionais da área, que afirmavam

“existência de acintosas falhas técnicas, com medições errôneas, além da inexistência na planta oficial do apontamento de diversos posseiros que já se encontravam dentro da área, muitos dos quais detentores de requerimentos ao Estado para a medição dos terrenos”. (Ibid., p.106)

Neste caso, segundo Pontes (2007), muitos posseiros eram iludidos e persuadidos a assinar documentos de concessão em favor da empresa; outros, não tendo perspectiva de conseguirem regularizar suas terras, acabavam por deixar a região; e aqueles que persistiam, eram constantemente ameaçados e intimidados por funcionários da empresa e pelas autoridades policiais.

Ele cita também um caso ocorrido em Linhares, de um policial denominado de coronel Djalma Borges que havia usado de violência para expulsar posseiros das áreas reclamadas por particulares. Em depoimento à uma CPI estadual, o referido coronel e seus homens foram acusados de serem responsáveis pela destruição de plantações e incêndio de várias casas de posseiros, por agressões, prisões arbitrárias e apreensões indiscriminada de armas, bem como pelo apoderamento ilícito de bens pertencentes aos agricultores. (Ibid., p.115),

Em outro exemplo, ele menciona um caso ocorrido na região onde hoje se situa o município de Governador Lindenberg e seus arredores, no qual um oficial de nome Hildo Fraga Barbosa, conhecido como tenente Dudu, tinha fama de praticar violência contra posseiros, que aterrorizados fugiam, deixando tudo para trás: casa, plantações, rebanhos e outras benfeitorias.

Nesta mesma CPI estadual citada acima, o grupo do oficial foi “acusado por várias testemunhas de haver praticado diversas arbitrariedades para expulsar posseiros da região”. Muitos desses serviços teriam sido prestados a um grande proprietário de nome David Giuberti.

Essa intensificação dos conflitos no meio rural das zonas pioneiras ao norte do Rio Doce entre as décadas de 1940 e 1960 deixam claro que a terra outrora destituída de valor havia se tornado um bem valioso, mais valioso que muitas vidas, sob a ótica das autoridades do Estado e da oligarquia às quais eram subordinadas.

Capítulo 5 – Tempos “Modernos”: novos e maiores desafios a reprodução campesina

A partir da década de 1970, o campo no Espírito Santo, à semelhança do que ocorre no Brasil como um todo, começa a ter um novo vetor atuando na configuração de seu território: o capital internacional, o grande capital. Seja penetrando plenamente na agricultura e monopolizando o território a partir do agronegócio, ou indiretamente, subordinando a produção camponesa através da conversão destes em consumidores de agrotóxicos e insumos agrícolas fabricados por transnacionais (com a bênção e auxílio do poder público), esse novo vetor terá uma capacidade exponencialmente maior de transformar o meio rural do Espírito Santo que qualquer um dos seus predecessores.

O epílogo dessa nova era no meio rural capixaba foi, sem dúvidas, a crise nas cotações do café que se inicia em fins da década de 1950 e culmina com os programas de erradicação dos cafezais implementados pelo Estado brasileiro ao longo da década de 1960, que eliminou as formas de produção tidas como “arcaicas” e abriu espaço para o avanço da “modernidade”.

5.1. A crise na cafeicultura

Em fins da década de 1950 e ao longo de praticamente toda a década de 1960, as cotações internacionais do café, produto cultivado na maior parte das propriedades rurais do Espírito Santo e de grande importância na economia do Estado, caem significativamente. Como consequência, visando à valorização do produto, o governo passa a incentivar a diminuição do cultivo por meio dos programas de erradicação de cafezais promovidos em 1963/64 e 1967/68.

Embora muitos autores já tenham discorrido sobre esse tema e seus reflexos na economia do Espírito Santo, julgamos pertinente verificar as repercussões desse fato especificamente na Estrutura Fundiária capixaba para averiguar se, de alguma forma,

ele teve implicações que contribuíram para configurar a atual distribuição da propriedade da terra nas diversas partes do estado. E para tal análise, as informações imediatamente anteriores à crise são imprescindíveis.

Segundo Rocha e Morandi (1991, p.66), a maior parte dos produtores de café que abandonaram essa atividade por ocasião da crise e dos programas de erradicação substituiu a área dedicada aos cafezais por pastagens para prática da pecuária extensiva, atividade que exigia poucos investimentos, sobretudo com mão-de-obra, se comparada com as lavouras cafeeiras e que já vinha crescendo seignificativamente no Espírito Santo desde as décadas 1930 e 1940. As estatísticas dos censos agropecuários ratificam a correlação entre os dois fenômenos – decréscimo da área ocupada por cafeicultura e crescimento da área ocupada por pastagens – ao longo da década de 1960 e a primeira metade da década de 1970 (Tabela 20).

Tabela 20 – Área ocupada por pastagens e cafeicultura no Espírito Santo – 1960 a 1996.

Ano	Área total ocupada (em hectares)	
	Cafeicultura	Pastagens
1960	329.486	822.937
1970	190.596	1.829.975
1975	187.122	2.130.564
1980	263.288	1.978.795
1985	443.030	1.879.617
1996	437.142	1.821.069

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários 1960, 1975, 1980, 1985 e 1996.

Essa substituição da cafeicultura pela pecuária extensiva teve repercussões significativas sobre a geração de emprego e permanência da população na zona rural, já que a primeira era uma atividade que exigia trabalhos intensivos de manutenção e, por conseqüência, necessitava de muita mão-de-obra, enquanto a segunda é quase o extremo oposto, exigindo pouquíssima mão-de-obra. No que diz respeito à dinâmica

populacional, a consequência desse processo, não poderia ter sido outra senão o êxodo rural (Tabela 21).

Tabela 21 – População rural e urbana no Espírito Santo – 1960 x 1970

	1960		1970	
	Absoluta	%	Absoluta	%
Rural	919.498	70,82	877.110	54,84
Urbana	378.744	29,18	722.214	45,16
Total	1.298.242	100,00	1.599.324	100,00

Todavia, tendo em vista o propósito nesse trabalho, é preciso analisar como esse fenômeno se manifestou nas diferentes partes do Espírito Santo e se resultou também em alterações na Estrutura Fundiária.

Segundo Roche (1968), em trabalho realizado em fins da década de 1950 sobre a imigração alemã no Espírito Santo, era relativamente comum que agricultores das áreas de colonização mais antiga, no centro-sul do Estado, vendessem seus imóveis nessa região e adquirirem novas propriedades nas zonas pioneiras, sobretudo nas imediações da porção norte do Vale do Rio Doce. Eles objetivavam, na maior parte dos casos, obter terras para as novas gerações; em outros, visavam conseguir ganhos com a futura valorização das propriedades rurais ao norte, já que as terras nessa área eram relativamente mais baratas nesse momento de expansão das fronteiras agrícolas. Esse fato também é mencionado por Borgo, Rosa e Pacheco (1996) e foi abordado no capítulo 3. Para uma parcela significativa dos pequenos produtores rurais, entretanto, essa migração para o norte visava obter terras mais férteis e mais rentáveis, sobretudo para a cafeicultura.

Em função das técnicas de cultivo simples, praticamente sem utilização insumos químicos e agrotóxicos, mesmo com o rodízio de culturas verificava-se um desgaste significativo do solo para a cafeicultura após certo tempo de cultivo. Em geral, a boa rentabilidade dos cafezais durava apenas algumas décadas, e os terrenos ainda com mata virgem eram vistos como sinônimo de boa rentabilidade, graças à sua “fertilidade natural”, que ia se perdendo com o tempo.

Segundo Roche (1968), esse desgaste das terras na região serrana (centro-sul do estado) teria diminuído o ganho com cafeicultura, levando muitos produtores a diversificarem mais sua produção e tornarem-se cada vez menos dependentes do café para obtenção de renda. Outros, entretanto, teriam preferido migrar para o norte do estado em busca de terras mais férteis.

Tabela 22 - O Café nas Propriedades Rurais do Espírito Santo – 1960 (Continua)

Municípios	Área total (em hectares) - cafeicultura	Média de hectares plantados com café por propriedade	Produção total (em toneladas)	Produção média de café por propriedade (em toneladas)	Produção Média por Hectare
Afonso Cláudio	16.728	4,56	11.170	3,05	0,67
Alegre	21.898	10,7	13.048	6,38	0,6
Alfredo Chaves	3.390	3,59	2.023	0,84	0,23
Anchieta	1.889	2,79	1.292	0,56	0,2
Apiacá	4.796	17,79	1.707	0,84	0,05
Aracruz	7.000	3,74	5.158	0,79	0,21
Baixo Guandu	8.367	6,57	7.882	6,18	0,94
Cachoeiro de Itapemirim	17.880	6,26	12.771	0,79	0,13
Cariacica	732	1,89	369	0,5	0,26
Castelo	14.629	7,8	10.572	0,87	0,11
Colatina	65.244	10,62	60.198	9,49	0,89
Conceição da Barra	2.254	1,27	1.379	0,79	0,62
Domingos Martins	4.798	1,98	3.479	1,44	0,73
Fundão	2.175	3,06	1.414	0,7	0,23
Guaçuí	15.341	13,25	9.320	8,05	0,61
Guarapari	1.962	2,12	1.318	0,54	0,26
Ibiraçu	5.036	5,01	2.432	0,91	0,18
Iconha	2.435	4,35	1.783	0,86	0,2

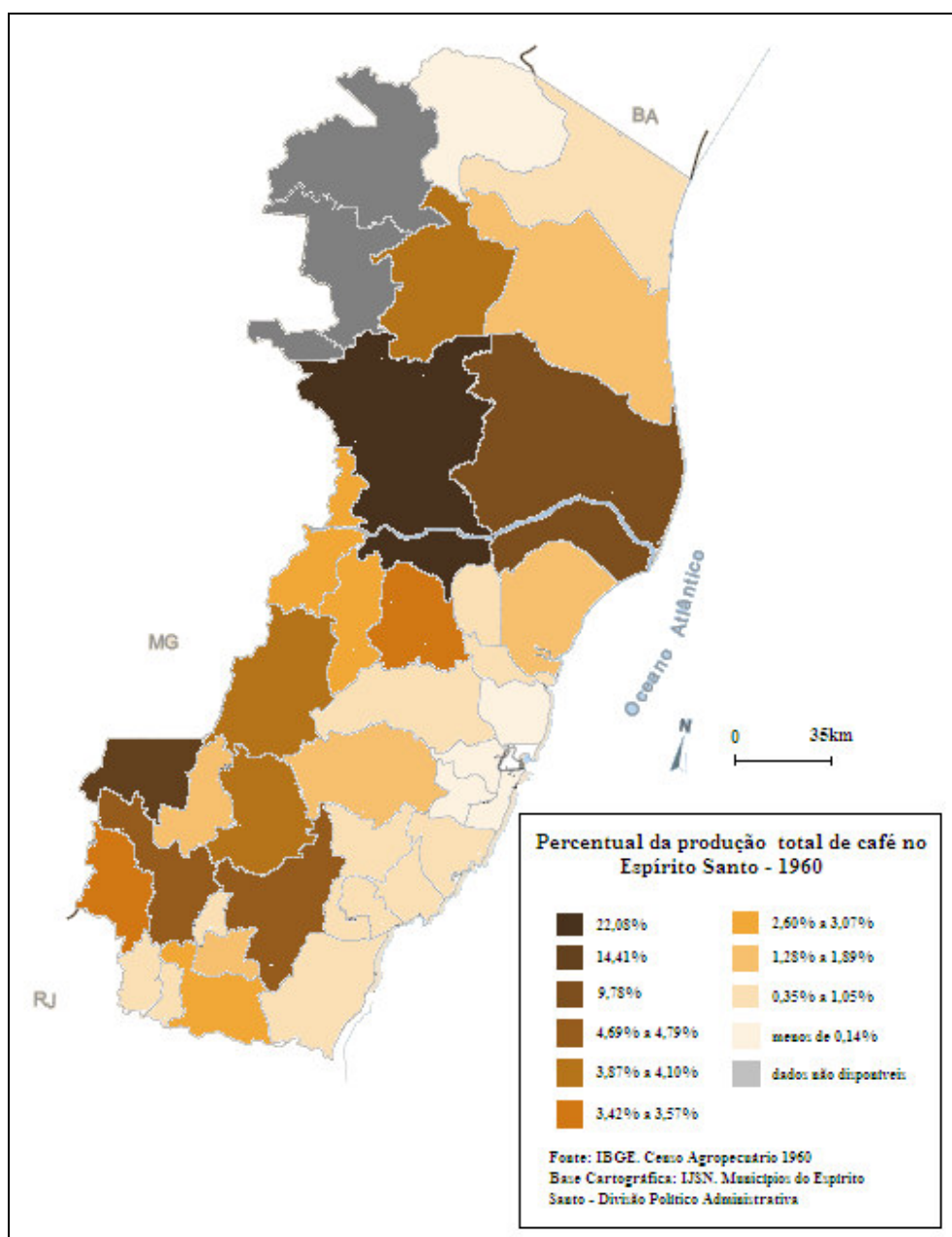
Itaguaçu	10.258	7,23	8.362	0,84	0,12
----------	--------	------	-------	------	------

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1960. Dados organizados pelo autor.

Tabela 22 - O Café nas Propriedades Rurais do Espírito Santo – 1960 (Conclusão)

Municípios	Área total (em hectares) - cafeicultura	Média de hectares plantados com café por propriedade	Produção total (em toneladas)	Produção média de café por propriedade (em toneladas)	Produção Média por Hectare
Itapemirim	3.267	2,58	1.670	0,26	0,1
Lúna	13.576	7,98	39.282	0,84	0,11
Jerônimo Monteiro	1.866	5,62	947	0,54	0,1
Linhares	24.165	6,16	26.649	0,81	0,13
Mimoso do Sul	12.464	15,24	7.078	0,84	0,06
Mucurici	114	0,53	105	0,49	0,94
Muniz Freire	10.173	8,33	4.447	0,83	0,1
Muqui	7.514	---	4.343		0,58
Nova Venécia	14.983	6,05	10.544	4,26	0,7
Rio Novo do Sul	2.122	4,96	1.499	0,76	0,15
Santa Leopoldina	6.004	2,47	2.852	0,87	0,35
Santa Tereza	9.786	5,72	9.722	0,88	0,15
São José do Calçado	6.801	20,99	2.810	1,52	0,07
São Mateus	7.073	1,8	4.441	1,13	0,63
Serra	1.708	1,76	285	0,42	0,24
Viana	847	2,34	187	0,42	0,18
Vila Velha	58	0,67	26	0,34	0,52
Vitória	183	0,95	13	0,32	0,34
Total - Espírito Santo	329.486	6,02	272.577	4,98	0,82

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1960. Dados organizados pelo autor.



Mapa 11 – Produção total de café no Espírito Santo – 1960. Organizado pelo autor.

Conforme Tabela 22 e Mapa 11, fica evidente que, em termos absolutos, os principais responsáveis pela produção de café no Espírito Santo em 1960 eram os municípios do Vale do Rio Doce (Linhares e Colatina sozinhos representam mais de um terço do total) e do sul do Estado (Lúna, Guaçuí e Cachoeiro de Itapemirim).

A hipótese de perda de produtividade da cafeicultura nos municípios de colonização mais antiga apontada apontado por Roche (1968) parece se confirmar pelos dados do censo, já que os municípios ao sul do Estado (onde a cafeicultura iniciou-se ainda no século XIX) apresentam, em geral, os menores índices de produção por hectare plantado (com exceção de Alegre e Guaçuí), enquanto aqueles mais ao norte (onde a cafeicultura é mais “jovem”), são os que apresentam os maiores índices, como Afonso Cláudio, Baixo Guandu, Colatina e Nova Venécia. Da mesma forma, fica evidente a menor dependência da cafeicultura - em função da área ocupada por esse cultivo - por parte dos municípios da porção central do Estado (nas primeiras áreas por onde se expandiu o processo de apropriação de terras na forma de pequena propriedade), conforme também fora apontado por Roche (1968), bem a importância diminuta dessa atividade no extremo norte do território capixaba (Mucurici e Conceição da Barra).

Percebe-se também que os municípios do Vale do Rio Doce e do Noroeste do Estado são os que apresentam a maior produção média de café por estabelecimento, notadamente os casos de Baixo Guandu, Colatina, Nova Venécia e Afonso Cláudio, e juntamente com os municípios do extremo sul, apresentam maior área média por propriedade ocupada com cafeicultura.

Tabela 23 – Dinâmica demográfica nos municípios do Espírito Santo – 1960 x 1970 (continua)

Municípios	POPULAÇÃO TOTAL			POPULAÇÃO RURAL				Variação da População Rural	Variação da População Rural Relativa (à População Urbana)
	1960	1970	DIFERENÇA	1960		1970		Rural Absoluta 1960-1970	
				Nº	%	Nº	%		
Guaçuí	32055	24369	-23,98%	23191	72,35%	14062	57,70%	-39,36%	-14,64%
Mimoso do Sul	32842	23778	-27,60%	26272	80,00%	16504	69,41%	-37,18%	-10,59%
Apiacá	9091	7366	-18,97%	6784	74,62%	4357	59,15%	-35,78%	-15,47%
Baixo Guandu	28180	26958	-4,34%	20049	71,15%	13846	51,36%	-30,94%	-19,78%
São José do Calçado	15820	14778	-6,59%	10473	66,20%	7377	49,92%	-29,56%	-16,28%
Alegre	49598	40312	-18,72%	38571	77,77%	28074	69,64%	-27,21%	-8,13%
Muqui	14876	12666	-14,86%	10691	71,87%	8011	63,25%	-25,07%	-8,62%
Vitória	83351	133019	59,59%	1307	1,57%	983	0,74%	-24,79%	-0,83%
Jerônimo Monteiro	8257	7268	-11,98%	6192	74,99%	4795	65,97%	-22,56%	-9,02%
Ibiraçu	16068	17064	6,20%	11639	72,44%	9302	54,51%	-20,08%	-17,92%
Muniz Freire	21669	18799	-13,24%	19108	88,18%	15584	82,90%	-18,44%	-5,28%
Colatina	152807	168652	10,37%	118404	77,49%	100776	59,75%	-14,89%	-17,73%
Itaguaçu	21568	20775	-3,68%	18235	84,55%	15925	76,65%	-12,67%	-7,89%
Aracruz	24037	26507	10,28%	20376	84,77%	18297	69,03%	-10,20%	-15,74%
Cachoeiro de Itapemirim	90271	107122	18,67%	47792	52,94%	42934	40,08%	-10,16%	-12,86%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1960 e 1970.

Tabela 23 – Dinâmica demográfica nos municípios do Espírito Santo – 1960 x 1970 (continuação)

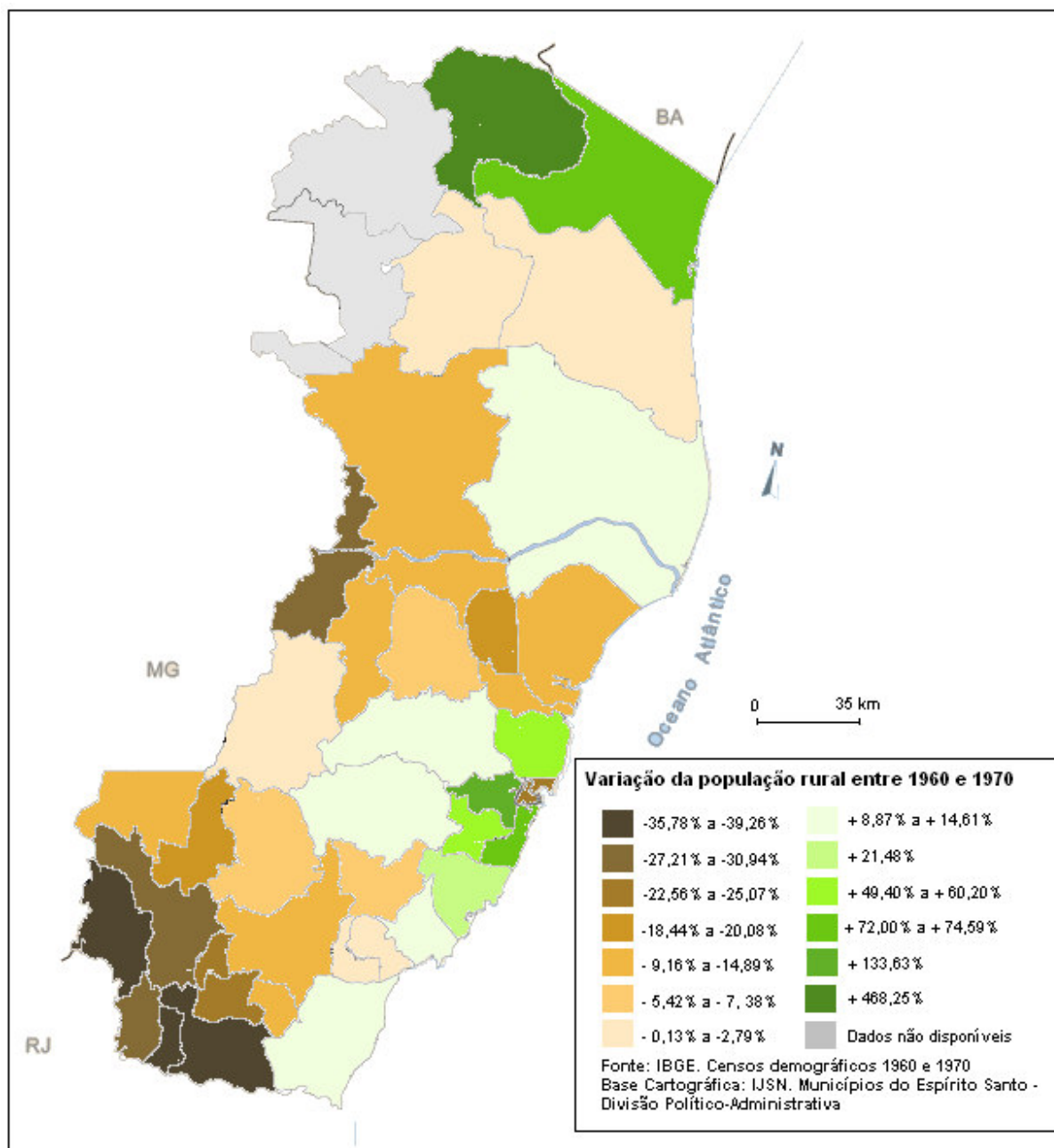
Municípios	POPULAÇÃO TOTAL				POPULAÇÃO RURAL				Variação da População Rural	Variação da População Rural Relativa (à População Urbana)
	1960	1970	DIFERENÇA	Nº	%	Nº	%	Variação da População Rural Absoluta 1960-1970		
Íluna	31748	31876	0,40%	27766	87,46%	25025	78,51%	-9,87%	-8,95%	
Fundão	7110	8170	14,91%	4803	67,55%	4363	53,40%	-9,16%	-14,15%	
Castelo	39537	40751	3,07%	32371	81,88%	29981	73,57%	-7,38%	-8,30%	
Alfredo Chaves	10179	10290	1,09%	8618	84,66%	8082	78,54%	-6,22%	-6,12%	
Santa Tereza	24630	25330	2,84%	22404	90,96%	21190	83,66%	-5,42%	-7,31%	
Iconha	10405	11187	7,52%	7804	75,00%	7586	67,81%	-2,79%	-7,19%	
Afonso Cláudio	46212	47383	2,53%	40948	88,61%	39997	84,41%	-2,32%	-4,20%	
Nova Venécia	42992	47480	10,44%	37141	86,39%	36608	77,10%	-1,44%	-9,29%	
Rio Novo do Sul	8170	9161	12,13%	6109	74,77%	6041	65,94%	-1,11%	-8,83%	
São Mateus	39706	51684	30,17%	32808	82,63%	32766	63,40%	-0,13%	-19,23%	
Anchieta	9962	11361	14,04%	8356	83,88%	9097	80,07%	8,87%	-3,81%	
Domingos Martins	20521	24453	19,16%	18804	91,63%	20796	85,04%	10,59%	-6,59%	
Santa Leopoldina	19381	21911	13,05%	18141	93,60%	20398	93,09%	12,44%	-0,51%	
Linhares	64974	92329	42,10%	56485	86,93%	64261	69,60%	13,77%	-17,33%	

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1960 e 1970.

Tabela 23 – Dinâmica demográfica nos municípios do Espírito Santo – 1960 x 1970 (conclusão)

Municípios	POPULAÇÃO TOTAL			POPULAÇÃO RURAL				Variação da População Rural	Variação da População Rural Relativa (à População Urbana)
	1960	1970	DIFERENÇA	Nº	%	Nº	%	1960-1970	
Itapemirim	31733	39347	23,99%	27461	86,54%	31472	79,99%	14,61%	-6,55%
Guarapari	14861	24105	62,20%	10572	71,14%	12843	53,28%	21,48%	-17,86%
Viana	6565	10529	60,38%	5963	90,83%	8909	84,61%	49,40%	-6,22%
Serra	9192	17286	88,05%	5817	63,28%	9319	53,91%	60,20%	-9,37%
Vila Velha	55587	123742	122,61%	1100	1,98%	1892	1,53%	72,00%	-0,45%
Conceição da Barra	31709	68536	116,14%	29003	91,47%	50637	73,88%	74,59%	-17,58%
Cariacica	39608	101422	156,06%	13792	34,82%	32222	31,77%	133,63%	-3,05%
Mucurici	3943	33188	741,69%	3943	100,00%	22406	67,51%	468,25%	-32,49%

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário 1960 e 19



Mapa 12 – Dinâmica demográfica dos municípios capixabas: 1960 x 1970. Organizado pelo autor.

Os dados sobre a população dos municípios capixabas nos anos de 1960 e 1970 (Tabela 23), respectivamente antes e depois da crise da cafeicultura, evidenciam o que era de se supor: os municípios mais dependentes da cafeicultura (em geral, municípios do Vale do Rio Doce e do sul do Estado, nas porções limítrofes com o Rio de Janeiro e a

Zona da Mata Mineira e da porção norte do Vale do Rio Doce) são, na maioria dos casos, os que mais sofrem êxodo rural.

Assim, partindo do pressuposto de que os produtores rurais desses municípios fossem mais dependentes do café (os do sul, por terem que plantar uma área cada vez maior em função do desgaste do solo e da perda de rentabilidade, e os do norte pelo motivo inverso, aproveitando-se da fertilidade de novos terrenos recém desmatados para maximizar seus lucros), é possível supor o motivo desse êxodo rural mais intenso, já que a substituição das áreas dedicadas à cafeicultura pela pecuária extensiva teria deixado um grande contingente de trabalhadores não-proprietários dessas regiões (que trabalhavam nos cafezais como meeiros ou mesmo como diaristas) desempregados, sendo obrigados a migrar, sobretudo às áreas urbanas (e em especial para a capital e seus municípios vizinhos, que passavam significativo crescimento da atividade industrial), em busca de novos meios de sobrevivência.

Os municípios da porção central do Estado são os que menos sofrem essa migração rural-urbana por ocasião da erradicação de cafezais. Pelo que indicam as estatísticas, eles eram menos dependentes da cafeicultura. Tal fato provavelmente é decorrente da formação de um crescente mercado consumidor de alimentos na área urbana formada pela capital e municípios vizinhos, o que teria estimulado os produtores rurais dessas áreas a investir mais na produção desses gêneros alimentícios para abastecimento dos centros urbanos e menos na cafeicultura, sobretudo nas áreas de mais fácil comunicação com a capital.

Tabela 24 – Média de Hectares por Propriedade Rural: Comparação 1960 x 1970 (continua)

Município(s)	Tamanho médio dos imóveis (em hectares)		
	1960	1970	Varição - %
Afonso Cláudio	39,35	35,24	-10,44%
Alegre	49,21	46,13	-6,26%
Alfredo Chaves	55,72	49,87	-10,50%
Anchieta	47,75	42,99	-9,97%
Apiacá	70,44	56,57	-19,69%
Aracruz	41,93	58,83	40,31%
Baixo Guandu	60,11	67,51	12,31%
Barra de São Francisco	não disponível	40,92	não disponível
Cachoeiro de Itapemirim (+ Atílio Vivácqua)	49,42	38,97	-21,15%
Cariacica	41,19	23,92	-41,93%
Castelo (+ Conceição do Castelo)	52,25	40,69	-22,12%
Colatina (+ São Gabriel da Palha e Pancas)	50,17	54,22	8,07%
Conceição da Barra (+ Pinheiros)	87,93	99,47	13,12%
Domingos Martins	47,85	38,54	-19,46%
Ecoporanga	não disponível	81,14	não disponível
Fundão	26,06	36,32	39,37%

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1950 e 1970. Dados organizados pelo autor.

Tabela 24 – Média de Hectares por Propriedade Rural: Comparação 1960 x 1970 (continuação)

Município(s)	Tamanho médio dos imóveis (em hectares)		
	1960	1970	Variação - %
Guaçuai (+ Divino de São Lourenço e Dores do Rio Preto)	64,83	63,81	-1,57%
Guarapari	44,1	40,32	-8,57%
Ibiraçu	40,32	40,23	-0,22%
Iconha (+ Piúma)	41,14	26,11	-36,53%
Itaguaçu (+ Itarana)	52,14	44,91	-13,87%
Itapemirim (+ Presidente Kennedy)	82,99	48,94	-41,03%
Lúna	40,22	33,31	-17,18%
Jerônimo Monteiro	43,16	28,76	-33,36%
Linhares	69,79	76,41	9,49%
Mantenópolis	não disponível	46,06	não disponível
Mimoso do Sul	95,3	80,28	-15,76%
Mucurici (+ Montanha)	59,46	145,3	144,37%
Muniz Freire	49,85	48,02	-3,67%
Muqui	não disponível	89,75	não disponível
Nova Venécia	49,66	59,71	20,24%
Rio Novo do Sul	44,59	36,23	-18,75%
Santa Leopoldina	44,68	37,47	-16,14%

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1950 e 1970. Dados organizados pelo autor.

Tabela 24 – Média de Hectares por Propriedade Rural: Comparação 1960 x 1970 (continuação)

Município(s)	Tamanho médio dos imóveis (em hectares)		
	1960	1970	Variação - %
Santa Teresa	48,06	41,61	-13,42%
São José do Calçado (+ Bom Jesus do Norte)	102,96	50,86	-50,60%
São Mateus (+ Boa Esperança)	54,75	63,19	15,42%
Serra	24,54	37,34	52,16%
Viana	53,9	29,67	-44,95%
Vila Velha	69,36	66,93	-3,50%
Vitória	43,03	32,47	-24,54%

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1950 e 1970. Dados organizados pelo autor.

Os dados da Tabela 24 evidenciam que, no período abordado de 1960 a 1970, há em praticamente todos os municípios do Espírito Santo uma tendência à fragmentação da propriedade da terra, um indicativo de que se a crise nas cotações do café e os programas de erradicação tiveram impactos severos sobre os moradores do campo não-proprietários que trabalhavam em terras de outros, aparentemente não resultou em grande êxodo dos proprietários, o que certamente se manifestaria por aumento na concentração fundiária.

Todavia, faz-se necessário um levantamento de dados mais detalhado para se verificar como essa fragmentação da propriedade da terra ocorreu nos grupos de imóveis de diferentes tamanhos, tendo em vista as limitações de trabalhar com médias.

Para fazermos essa análise e verificarmos mais a fundo a influência da crise cafeeira desse período sobre a estrutura fundiária, selecionamos alguns municípios entre os principais produtores de café de diferentes partes do Espírito Santo para um

levantamento por amostragem de dados imediatamente anteriores aos programas de erradicação – 1960 – e imediatamente posteriores – 1970, conforme Tabela 25.

Tabela 25 – Estrutura Fundiária Municipal (Amostragens): Comparação 1960 x 1970

Domingos Martins						
Ano do Censo	Área ocupada conforme tamanho dos imóveis			Nº de Imóveis conforme tamanho		
	> 100	100 a -1000	+1000	> 100	100 a -1000	+1000
1960	74,12%	25,88%	0,00%	2212	211	0
1970	78,91%	21,09%	0,00%	2873	186	0
Colatina (+ São Gabriel da Palha e Pancas)						
Ano do Censo	Área ocupada conforme tamanho dos imóveis			Nº de Imóveis conforme tamanho		
	> 100	100 a -1000	+1000	> 100	100 a -1000	+1000
1960	65,54%	33,23%	1,23%	5791	550	3
1970	55,43%	40,73%	3,84%	6315	743	11
Alegre (+ Jerônimo Monteiro)						
Ano do Censo	Área ocupada conforme tamanho dos imóveis			Nº de Imóveis conforme tamanho		
	> 100	100 a -1000	+1000	> 100	100 a -1000	+1000
1960	49,09%	48,29%	2,62%	1816	228	2
1970	53,32%	46,68%	0	2329	232	0

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1960 e 1970.

Não parece haver nenhuma alteração brusca na estrutura fundiária decorrente da crise na cafeicultura ao longo da década de 1960. Os dados expõem apenas aquilo que seria a tendência geral desse momento: a dificuldade de reprodução camponesa, refletindo na fragmentação da propriedade da terra (em função da impossibilidade de obter novas terras para as gerações futuras) e na diminuição da área média das propriedades

rurais; e um modesto crescimento, em número e em área ocupada, por parte das médias e grandes propriedades, sobretudo no norte do Estado.

Desta forma, é muito provável que, como supomos, os trabalhadores rurais que não eram proprietários das terras onde trabalhavam (parceiros, meeiros e diaristas) tenham sido os que mais sofreram com a erradicação dos cafezais, cuja manutenção e principalmente colheita exigem muita mão-de-obra. A substituição da cafeicultura por outras atividades, sobretudo a pecuária extensiva, que demanda muito menos trabalho, tornou dispensáveis esses trabalhadores.

Apesar de nem todas essas informações sobre relações de trabalho poderem ser obtidas nos censos do IBGE (como sobre os diaristas, por exemplo), os dados sobre o pessoal empregado sob regime de parceria podem nos dar uma idéia das dimensões desses desdobramentos, já que eram de longe a forma predominante de relação de trabalho no campo.

Tabela 26 – Relações de parceria no meio do rural dos municípios do Espírito Santo (continua)

Município(s)	Número total de pessoas			Média de pessoas / hectare		
	1960	1970	Variação	1960	1970	Variação
Colatina						
(+ São Gabriel da Palha e Pancas)	15159	10644	-29,78%	2,39	1,51	-36,82%
Linhares	6844	2883	-57,88%	1,74	0,59	-66,09%
Afonso Cláudio	5159	5485	6,32%	1,4	1,35	-3,57%
Alegre	4862	5063	4,13%	2,38	2,39	0,42%
Cachoeiro de Itapemirim						
(+Atílio Viváqua)	4536	1556	-65,70%	1,82	0,46	-74,73%
Castelo						
(+ Conceição do Castelo)	4340	4465	2,88%	2,31	1,75	-24,24%
Iuna	4122	4692	13,83%	2,42	2,28	-5,79%

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1960 e 1970. * Dados não disponíveis

Tabela 26 – Relações de parceria no meio do rural dos Municípios do Espírito Santo (continuação)

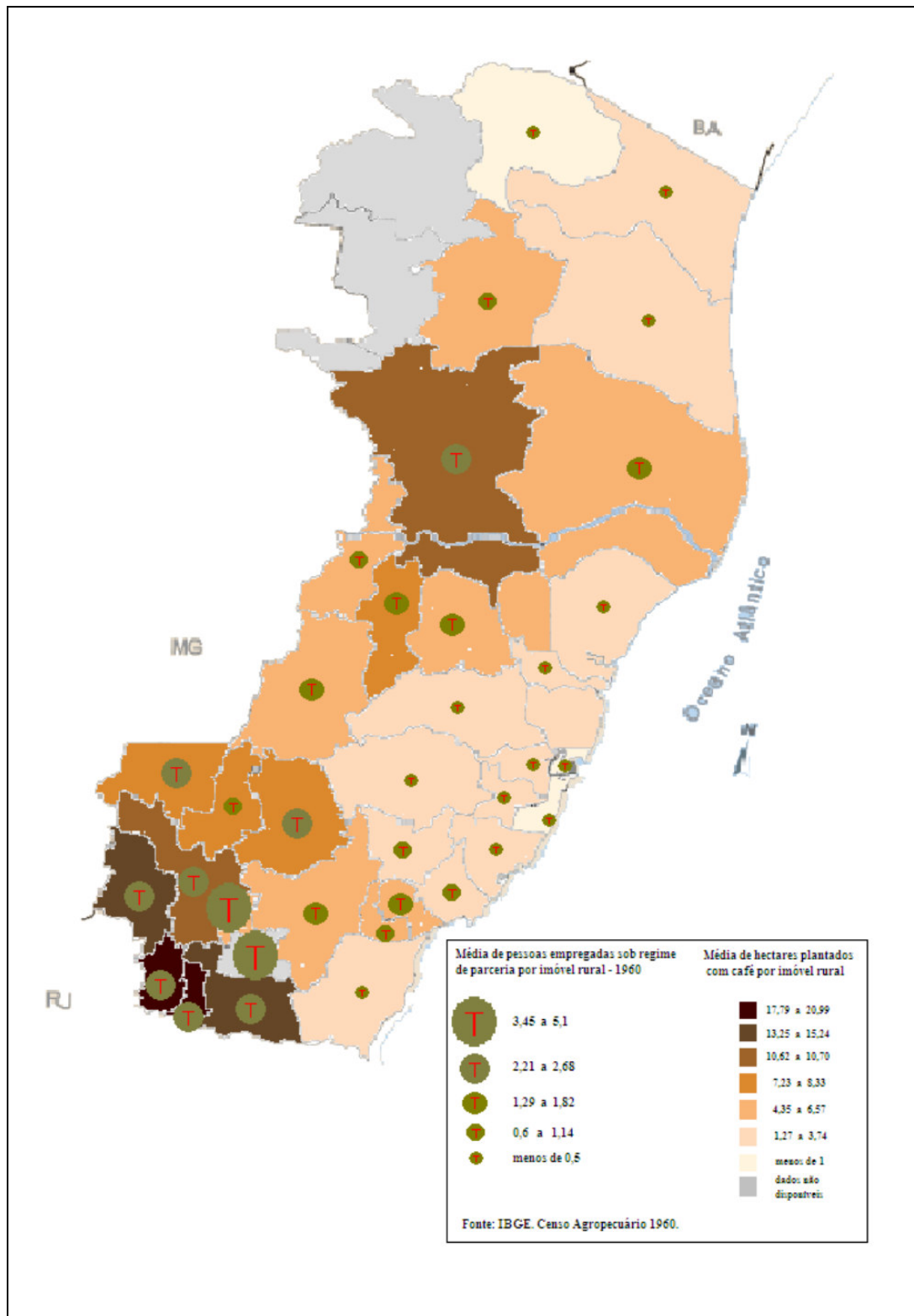
Município(s)	Número total de pessoas			Média de pessoas / hectare		
	1960	1970	Variação	1960	1970	Variação
Guaçu	3062	908	-70,35%	2,64	0,81	-69,32%
(+ Dores do Rio Preto e Divino de São Lourenço)						
Santa Tereza	2328	2310	-0,77%	1,36	1,08	-20,59%
Nova Venécia	2319	2309	-0,43%	0,93	0,82	-11,83%
Itaguaçu (+ Itarana)	1830	1232	-32,68%	1,29	0,74	-42,64%
São José do Calçado	1812	1832	1,10%	2,55	2,67	4,71%
(+ Bom Jesus do Norte)						
Mimoso do Sul	1804	1132	-37,25%	2,21	1,05	-52,49%
Muqui	1652	1276	-22,76%	5,1	3,34	-34,51%
Muniz Freire	1390	2160	55,40%	1,14	1,72	50,88%
Baixo Guandu	1220	1623	33,03%	0,96	1,55	61,46%
Jerônimo Monteiro	1151	143	-87,58%	3,45	0,32	-90,72%
Iconha (+ Piúma)	757	1	-99,87%	1,35	0	-100,00%
Apiacá	724	446	-38,40%	2,68	1,39	-48,13%
Alfredo Chávez	719	469	-34,77%	0,76	0,44	-42,11%
Conceição da Barra						
(+ Pinheiros)	681	143	-79,00%	0,39	0,06	-84,62%
Itapemirim						
(+ Presidente Kennedy)	589	164	-72,16%	0,46	0,07	-84,78%
Aracruz	486	43	-91,15%	0,26	0,03	-88,46%
Rio Novo do Sul	464	137	-70,47%	1,08	0,25	-76,85%

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1960 e 1970. * Dados não disponíveis

Tabela 26 – Relações de parceria no meio do rural dos Municípios do Espírito Santo (conclusão)

Município(s)	Número total de pessoas			Média de pessoas / hectare		
	1960	1970	Variação	1960	1970	Variação
Guarapari	445	244	-45,17%	0,48	0,23	-52,08%
Domingos Martins	405	92	-77,28%	0,17	0,03	-82,35%
Anchieta	405	155	-61,73%	0,6	0,18	-70,00%
Fundão	219	49	-77,63%	0,32	0,07	-78,13%
Ibiraçu	164	7	-95,73%	0,16	0,01	-93,75%
São Mateus	110	292	165,45%	0,03	0,08	166,67%
(+ Boa Esperança)						
Cariacica	42	11	-73,81%	0,13	0,02	-84,62%
Santa Leopoldina	39	243	523,08%	0,02	0,08	300,00%
Viana	38	46	21,05%	0,1	0,05	-50,00%
Serra	33	0	-100,00%	0,03	0	-100,00%
Vila Velha	31	29	-6,45%	0,36	0,13	-63,89%
Vitória	6	1	-83,33%	0,16	0,03	-81,25%
Mucurici (+ Montanha)	4	499	12375,00%	0,01	0,41	4000,00%
Ecoporanga	*	2140	*	*	0,9	*
Barra de São Francisco	*	3220	*	*	1,05	*
Mantenópolis	*	1263	*	*	2,12	*

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários de 1960 e 1970. * Dados não disponíveis



Mapa 13 - Café e relações de parceria no meio rural no Espírito Santo -1960. Organizado pelo autor.

Sobrepondo-se os dados sobre a média de hectares ocupados pela cafeicultura por imóvel rural e o número médio de pessoas empregada sob regime de parceria por propriedade (Mapa 13), confirma-se a relação entre esses dois fatores. Os municípios com maior produção de café, situados principalmente no Vale do Rio Doce e no extremo sul do Espírito Santo, são também os que mais empregavam pessoas sob regime de parceria em 1960. Apesar da queda no número de pessoal empregado sob esse regime de trabalho ocorrer em praticamente todos os municípios do Estado, tanto em termos absolutos quanto na média de pessoal empregado por imóvel rural, esse fenômeno foi notadamente mais intenso nos municípios das áreas mencionadas: o Vale do Rio Doce (sobretudo Colatina, Linhares e Itaguaçu) e o sul do Estado (Cachoeiro de Itapemirim, Guaçuí, Mimoso do Sul, Muqui e Jerônimo Monteiro).

Desta forma, parece claro que a erradicação de cafezais estimulada pela administração do estado nesse momento de crise nas cotações internacionais do café entre fins da década de 1950 e início da década de 1970 resultou em significativo êxodo rural decorrente do desemprego no campo, a partir da desarticulação de um padrão de produção que tradicionalmente empregava grande número de trabalhadores.

Quanto à estrutura fundiária, entretanto, não parece ter havido qualquer alteração brusca, seguindo-se em praticamente as mesmas tendências já verificadas antes dos programas de erradicação (a dificuldade de obtenção de novas terras pelos camponeses, claramente evidenciada nos dados dos censos pela contínua fragmentação dos pequenos imóveis). Com exceção do extremo norte do território capixaba, na área onde atualmente se localizam os municípios de Ecoporanga, Montanha, Mucurici, Pedro Canário e Conceição da Barra, que já apresentavam presença significativa de grandes imóveis, os latifúndios ainda não haviam se difundido de forma mais intensa pelo restante Espírito Santo.

5.2. Perda do caráter de subsistência da produção nas pequenas propriedades rurais

A produção agrícola das pequenas propriedades capixabas era, até meados do século XX, bastante peculiar, baseando-se na cafeicultura associada a uma intensa produção de subsistência, a partir da qual praticamente todas as necessidades elementares dos agricultores e sua família eram atendidas.

Assim descreve Sallete (1996):

“A diversidade de tarefas era enorme, pois a subsistência era quase toda assegurada pela produção direta. Comprava-se querosene, sal, trigo e roupas, uma vez por ano, quando se vendia o café, e algumas miudezas ao longo do ano. Os mais prósperos podiam se permitir alguns supérfluos, mas nada que substituísse a produção de subsistência.” (Ibid., p.188)

Para ratificar essa constatação, a autora cita ainda alguns depoimentos de pessoas que viveram na região central-serrana do Espírito Santo em início do século XX. Transcrevemos abaixo trechos dos depoimentos de uma filha de meeiro e um filho de um proprietário uma pouco mais abastado, respectivamente:

“Meu pai ia com o burro em Castelo (...) Ele trazia de um lado 2 latas de querosene, do outro, trigo e sal. O resto agente produzia aqui” (Ibid., p.148)
“A gente num tinha despesa, produzia tudo aqui: açucra, milho, feijón, carne. Batata, abobra, tuda as verdura...comprava mesmo era sal e querosene e alguma veiz um panin pra uma ropa. O resto juntava pra compra terá. Isso no meu tempo, porque no tempo do meu pai era mais difícil ainda” (Ibid, p. 148).

Segundo essa autora, até mesmo as vestimentas eram produzidas nas próprias propriedades rurais. Os relatos de E. Waggeman mencionados, datados do início do século XX, quando de sua visita à região central-serrana do Espírito Santo para estudar a colonização alemã nesta área, parecem confirmar esses fatos:

“O café, como produção única de exportação é a mais importante atividade econômica do colono (...) O milho é a segunda colheita em importância. Um colono colhe, em geral, 50 a 100 sacos (de 80 litros). Alguns se aproveitam para fazer pão, e os outros se destinam à alimentação dos animais. Um moinho, existentes em todos os sítios, impulsionado por força hidráulica, faz o fubá”. (SALLETO 1996:71/72)

A autora ainda sintetiza outra parte desses relatos, de forma a complementar essa descrição da produção:

“A mandioca e o feijão também são cultivados por todos, bem como alguns legumes e frutas. Cria-se algum gado bovino, para produzir leite para consumo. Um ou outro colono vende laticínios aos vendeiros. Cada colono tem, em média, 20 a 40 porcos, e parte deles destina-se ao mercado. Criam-se diversas aves” (Ibid., p.72)

Os relatos feitos por Petrone (2006), em sua visita em fins dos anos 50 ao que ele denominou de área de colonização antiga do território capixaba (mais especificamente a área representada pelos municípios de Santa Tereza e Santa Leopoldina, à época) parecem indicar que tal caráter de subsistência da produção nas pequenas propriedades ainda perdurava nos anos 50, pelo menos nessa porção do Espírito Santo:

“O principal produto cultivado é o café, objeto de verdadeira monocultura comercial. A maioria dos colonos não vende outro produto. Ao café segue-se a “lavoura branca”, representada pelo cultivo de cereais, principalmente milho. Com o arroz e feijão, o milho raramente é objeto de comércio. Eventualmente, havendo sobra, dispõe-se do excedente na venda mais próxima. A lavoura de milho, comum em toda a região, desde o início da colonização, vê-se associada à criação, ou porque possibilita a alimentação principalmente de animais de pequeno porte, ou porque, após a colheita, o gado de grande porte é solto na “palhada”(…) Para satisfazer o consumo, cultiva-se também a mandioca e a batata inglesa (...)” (p. 38/39)

“A cana-de-açúcar é outra lavoura encontrada com relativa frequência (...) O cultivo desse vegetal objetiva principalmente a obtenção de aguardente e, secundariamente, a de rapadura, sendo toda a produção de consumo local. “(p.39)

“A fruticultura é uma das atividades regionais que merecem destaque. Videiras, pereiras, laranjeiras, mangueiras, abacateiros, bananeiras são as plantas frutíferas mais comumente encontradas (...) quase todos os colonos possuem um pequeno pomar cuja produção satisfaz apenas o consumo (...) Em certos casos, porém, (...) a produção tem exclusivamente caráter comercial, sendo a venda efetuada na cidade vizinha, ou dirigida para Vitória (...)” (Ibid., p. 40)

“Além da fruticultura eventualmente comercial, pratica-se importante horticultura (...) Planta-se principalmente tomate, cebola, alho, couve, repolho e cenoura. A produção comercial é dirigida para o mercado de Vitória (...)” (Ibid., p. 41)

“No conjunto da economia regional a criação merece uma citação à parte, pois que contribui para complementar as atividades agrárias (...) A criação poucas vezes é de caráter comercial (...) Na esmagadora maioria das propriedades a criação contribui para complementar a dieta dos habitantes, sendo, portanto, antes de mais nada uma atividade de subsistência (...) Compreende-se que a criação seja relativamente variada: cria-se gado de grande porte, bovino, leiteiro mais freqüentemente, ou corte, assim como suínos e grande quantidade de aves (...)” (Ibid., p.53)

Esse mesmo autor menciona ainda que, com o gradativo desenvolvimento dos meios de transporte vivenciado nas décadas anteriores, a produção dos gêneros de subsistência tinha aumentado, já que o excedente era muitas vezes comercializado em Vitória e nos municípios vizinhos à capital (PETRONE, 2006, p.63)

A partir da análise da produção dos principais gêneros de subsistência utilizados pelos camponeses, sobretudo o milho, que, se não compõe diretamente a dieta de muitas famílias de agricultores, é de extrema importância à criação de animais – e essa sim, é uma atividade essencial à subsistência - é possível pressupor algumas diferenças na forma de apropriação e utilização das terras entre o centro-sul e o norte do território capixaba que reforçam algumas hipóteses já mencionadas no capítulo anterior.

Os dados dos censos agropecuários da segunda metade do século XX, entretanto, indicam uma gradativa perda desse caráter de subsistência das pequenas propriedades rurais de praticamente todo o estado, até mesmo no centro-sul, que apresentava os maiores índices de produção de gêneros de subsistência. É o que se constata a partir da produção de feijão e milho, os principais gêneros produzidos para subsistência das famílias do campo indicam (Tabelas 27 e 28).

Tabela 27 - Percentual de propriedades rurais que produziam milho no Espírito Santo – 1950 a 1985

Ano do Censo Agropecuário	%
1950	83,21
1960	68,70
1970	64,03
1985	60,51

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários.

Tabela 28 – Percentual de propriedades rurais que produziam feijão no Espírito Santo – 1950 a 1985

Ano do Censo Agropecuário	%
Censo de 1950	70,06
Censo de 1960	50,93
Censo de 1970	48,86
Censo de 1985	51,54

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários.

Segundo Rocha e Morandi (1991), esse é um dos desdobramentos da “modernização” da agricultura capixaba vivenciada a partir da década de 1970:

“os próprios pequenos proprietários rurais, ainda predominantes na agricultura estadual, tendem a se transformar em pequenos empresários, pois são cada vez mais envolvidos pelo sistema de crédito, pela venda de insumos por parte da indústria e pela concorrência dos grandes produtores. Isso os obriga a especialização da produção com opção por produtos mais rentáveis e de maior rendimento por unidade de área cultivada, embora os torne prisioneiros de um sistema que determina uma estrutura de custos cada vez mais elevada, inflexível e fora de seu controle”

Segundo esses referidos autores, tais transformações foram fruto, sobretudo, das políticas governamentais de crédito e incentivos que começam a ser implantadas entre as décadas de 1960 e 1970. Por meio de um crédito orientado concedido aos agricultores, houve um aumento significativo na produtividade dos principais gêneros de exportação, e a gradativa transformação dos camponeses autônomos de outrora em consumidores de insumos agrícolas “modernos”, tais como máquinas, agrotóxicos, adubos químicos, etc... (Ibid., p.96).

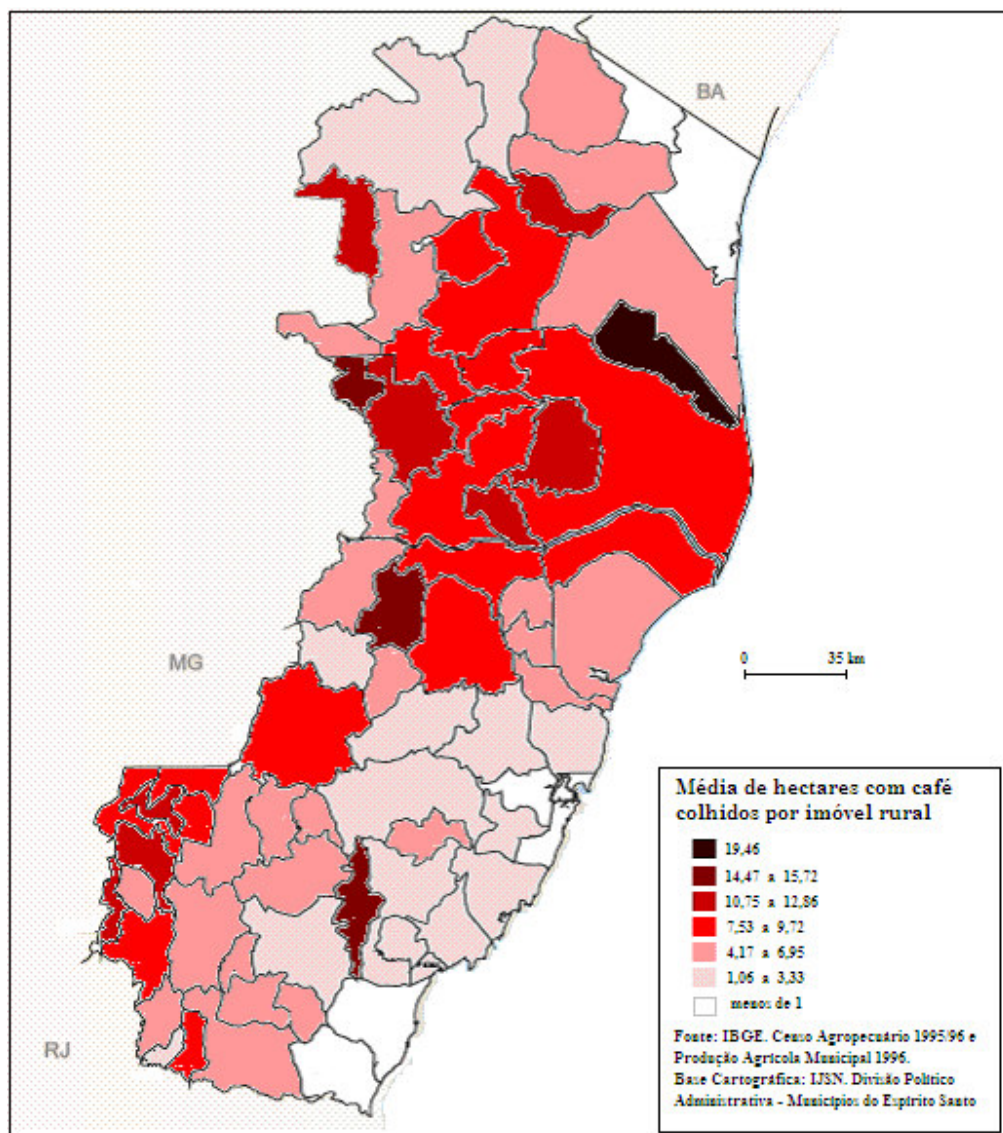
Esse processo marca o início de um contínuo decréscimo do caráter de subsistência dos pequenos imóveis rurais capixabas e a conseqüente configuração uma espécie de divisão territorial do trabalho, na qual as áreas tendem a ser cada vez mais especializadas em produzir poucos gêneros.

Nos municípios das Regiões Sul / Sudeste e Noroeste, onde as pequenas propriedades também respondem pela maior parte da área agropecuária, essa tendência

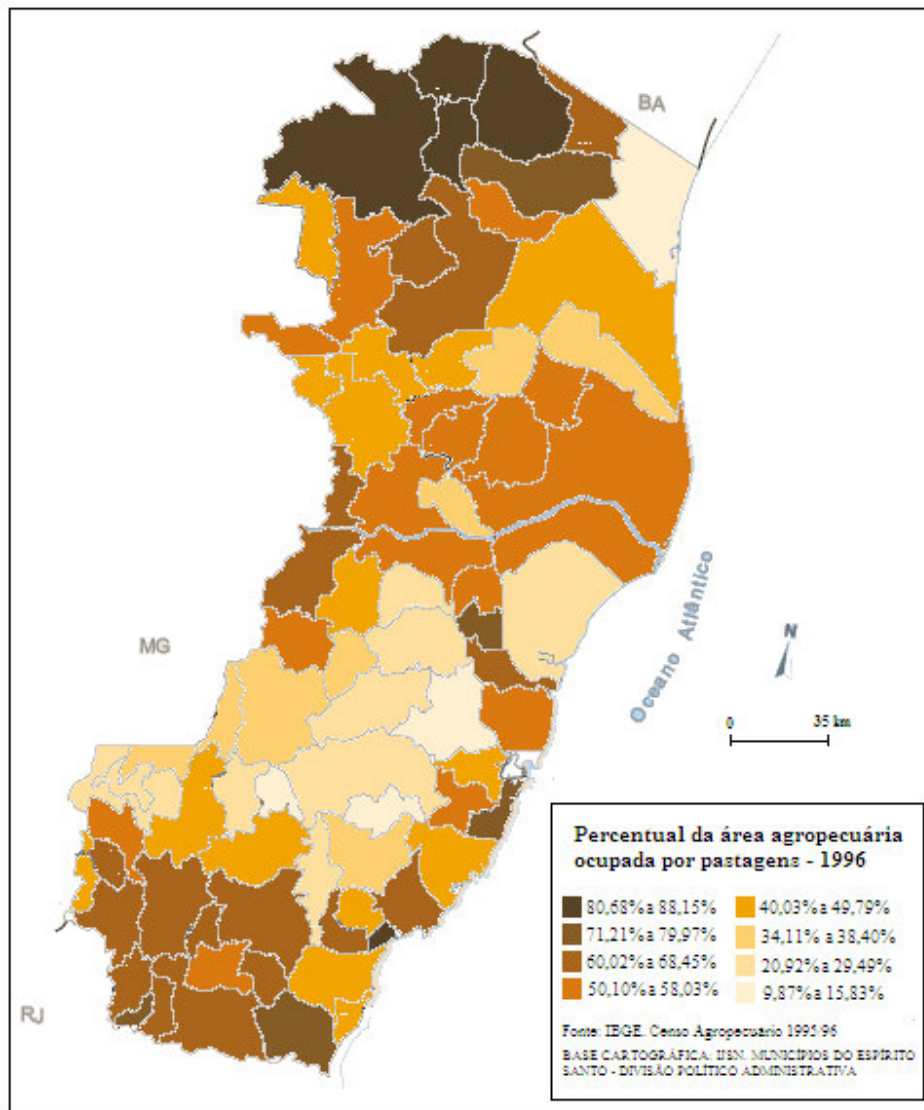
à especialização é mais acentuada, predominando em sua economia o binômio cafeicultura / pecuária extensiva.

Os Mapas 14 e 15 demonstram o grande peso que a cafeicultura e a pecuária possuem atualmente na economia das propriedades rurais do Espírito Santo, mesmo em municípios onde os pequenos imóveis ocupam uma parte considerável da área agrícola (comparar com o Mapa 1).

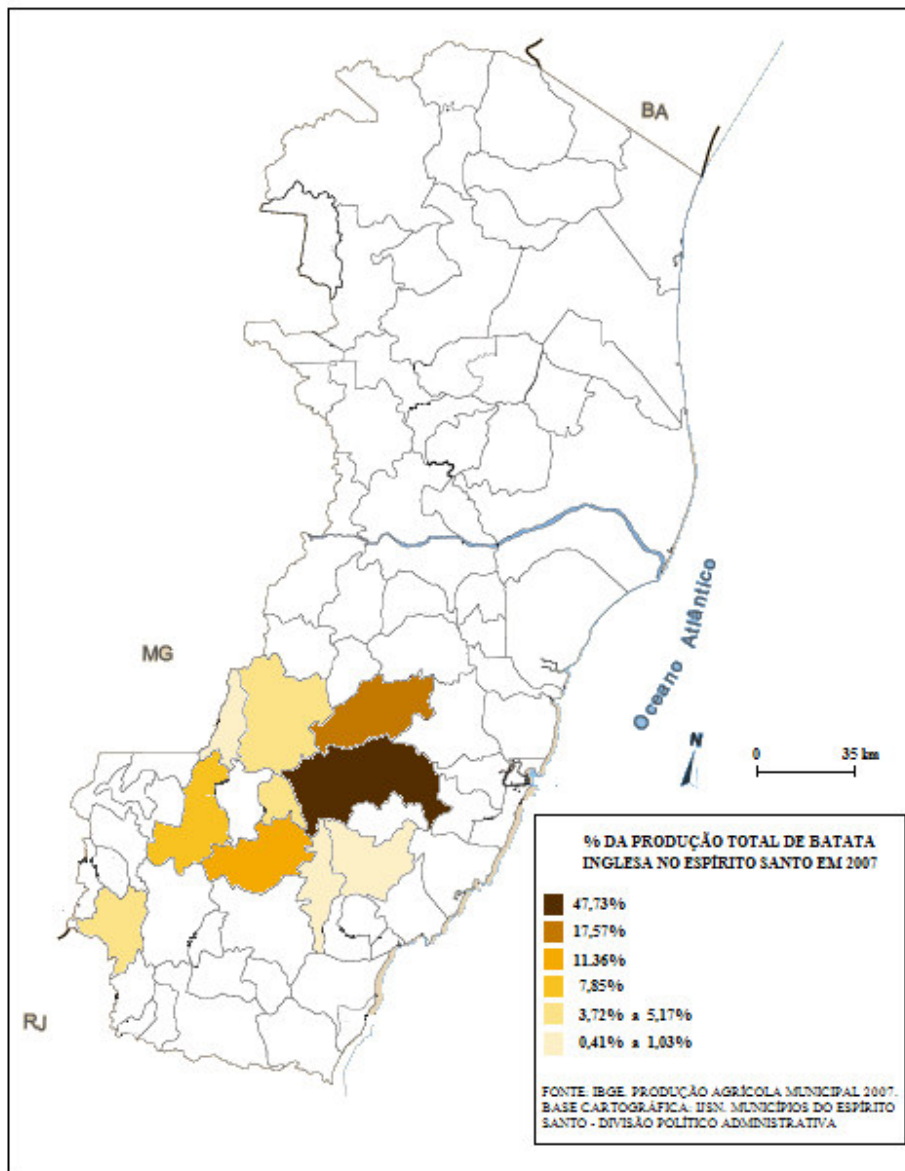
Em geral, isso ocorre em menor intensidade apenas nos municípios do Espírito Santo onde predominam estruturas fundiárias classificadas como Fragmentadas ou Muito Fragmentadas, conforme tratado no capítulo 1, que melhor preservam um caráter diversificado de produção. Com base na produção de alguns desses gêneros alimentícios, fica evidente seu papel relevante no atendimento de sua demanda interna (Mapas 16, 17 e 18).



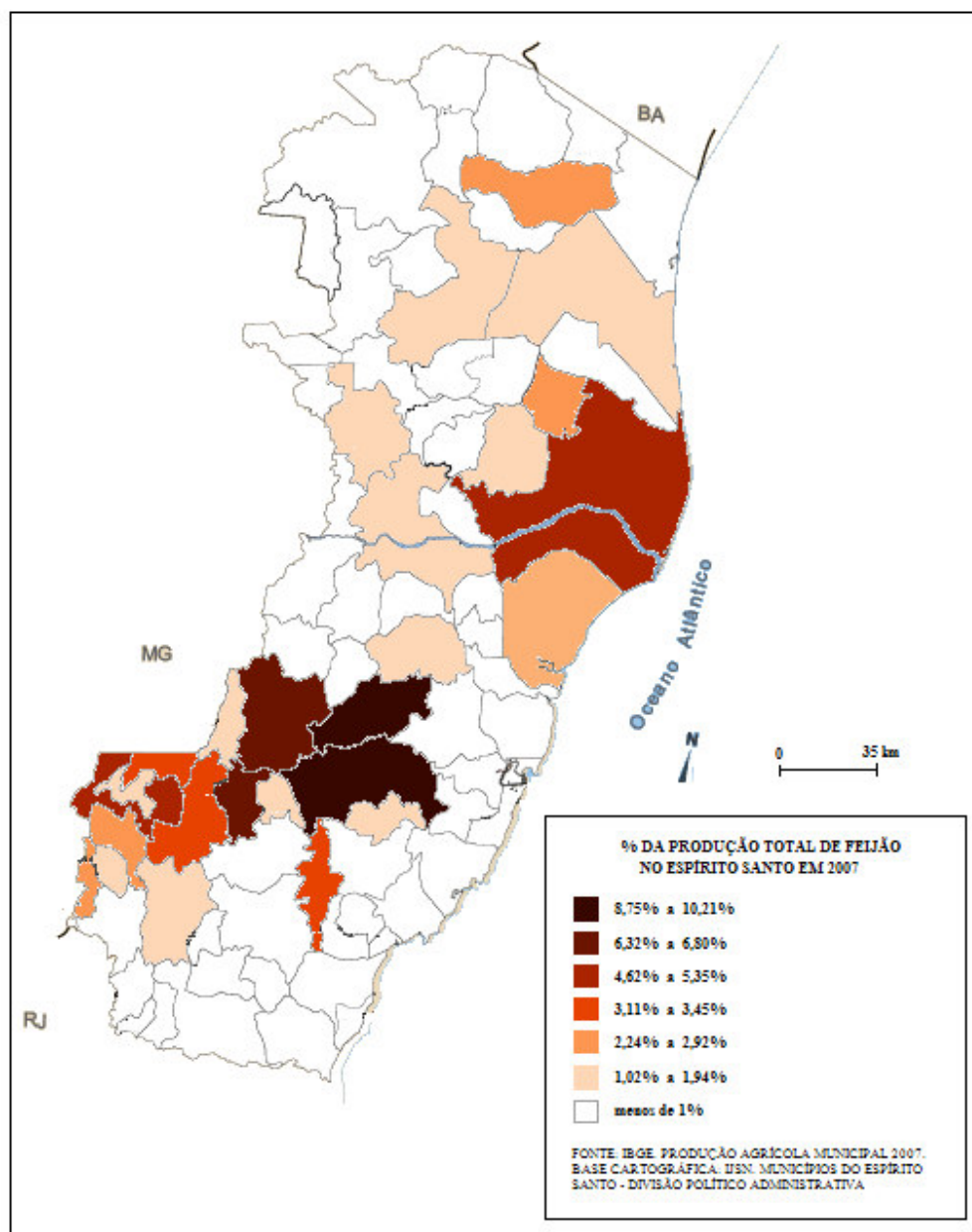
Mapa 14 – Produção de Café no Espírito Santo – 1996. Organizado pelo autor.



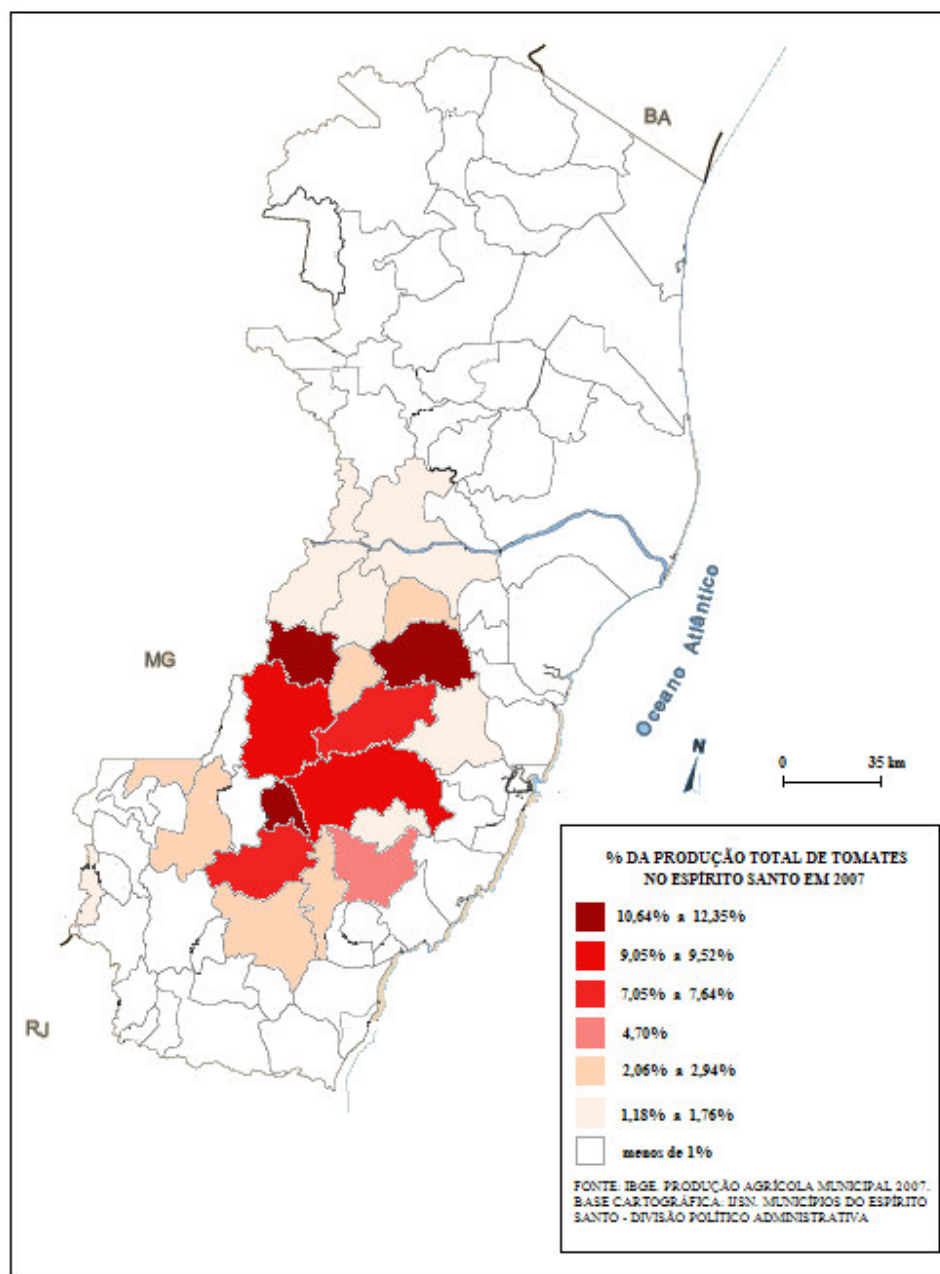
Mapa 15 – A pecuária no Espírito Santo – 1996. Organizado pelo autor.



Mapa 16 – Produção de batata inglesa no Espírito Santo 2007. Organizado pelo autor.



Mapa 17 – Produção de feijão no Espírito Santo em 2007. Organizado pelo autor.



Mapa 18 – Produção de tomates no Espírito Santo em 2007. Organizado pelo autor.

5.2.1. Especialização Produtiva e Instabilidade no Meio Rural: exemplos da história

Neste reino do absurdo organizado, as catástrofes naturais convertem-se em bênçãos dos céus para os países produtores. As agressões da natureza levantam os preços e permitem mobilizar as reservas acumuladas. (...) Porém, o auge dos preços não tem melhores conseqüências. Deflagra grandes sementeiras, um crescimento da produção, uma multiplicação da área destinada ao cultivo do produto afortunado. O estímulo funciona como um bulmerangue, porque a abundância derruba os preços e provoca o desastre. (...) (GALEANO, 1986, p. 114)

Como descrito por Galeano (1986), o mercado de *commodities*²⁹ é extremamente instável e apresenta constantes oscilações nos preços desses produtos. É algo tão volátil que a própria alta nas cotações funciona como uma faca de dois gumes, pois estimula o aumento da produção que conseqüentemente ocasiona baixa nos preços.

Sobre o café, principal *commoditie* capixaba até esse momento da história, não faltam exemplos dessas constantes variações de preços que ocasionam momentos de euforia seguidos por crises profundas. Somente entre fins do século XIX e a década de 1960, por exemplo, houve três interstícios de ascensão e queda profundas nos preços do café: o primeiro termina com a crise em meados da década de 1890, o segundo termina com crise da década de 1930 e o terceiro com a crise em fins da década de 1950.

Por isso, ter apenas um tipo de gênero agrícola com fonte fundamental de renda é algo que tende a gerar grande instabilidade econômica, tanto para o Estado (comprometendo suas arrecadações) quanto para os produtores rurais.

Almada (1993) trás à tona algumas estatísticas interessantes (Tabela 15) que nos permitem traçar um paralelo entre as reações dos grandes cafeicultores e dos pequenos produtores rurais em face das oscilações da conjuntura econômica mundial, exemplificando essa instabilidade.

Nota-se claramente que entre os censos de 1920 e 1940 há uma redução significativa no número de imóveis rurais com mais de 500 ha no Vale do Itapemirim e

²⁹ Produtos primários destinados à exportação. Essa denominação é usada tanto para minerais exportados ainda em sua forma bruta (petróleo, minério de ferro, etc.) como para produtos agrícolas cuja produção destina-se prioritariamente para o mercado externo (no caso brasileiro, poderíamos citar soja, cana-de-açúcar, café, entre outros).

principalmente no Vale do Itabapoana paralelo a um contínuo crescimento do número de pequenas propriedades rurais. Esses dados provavelmente são o reflexo da crise mundial de 1929, que sem dúvida mostrou-se muito mais dura aos grandes fazendeiros, cuja produção consistia basicamente em gêneros de exportação, notadamente o café.

Para os agricultores das pequenas propriedades, as economias obtidas com o com a venda do café eram gastas principalmente com a obtenção de novas terras, sobretudo para as gerações seguintes. Todavia, para sua subsistência fazia-se necessário muito pouco dinheiro, pois como já vimos, praticamente tudo de que precisavam era produzido por eles próprios em suas fazendas/sítios, com exceção de alguns poucos itens, como trigo, querosene e sal. Para iniciar ou dar continuidade à produção também não era necessário nenhum capital inicial, apenas força de trabalho, o que, caso não pudesse ser obtido na própria família, podia ser suprido sem a necessidade de dinheiro, por meio de relações não capitalistas de produção, como parceira ou meação, cujo pagamento era feito em espécie e/ou por meio de concessão do uso de uma parte da propriedade.

Assim, para os pequenos agricultores, um ano ruim nas vendas do café podia significar a ausência de capital para somar às economias da família e/ou a não obtenção de alguns supérfluos, tais como roupas novas ou algum gênero alimentício importado. Mas não comprometia a subsistência de sua família tampouco impedia o reinício da produção, já que para tal eles não necessitavam de capital em dinheiro. Na verdade, considerando a imensidão de terras devolutas no Espírito Santo na primeira metade do século XX, podia ser até que a má fase nas cotações do café nem se quer impedissem o acesso a terra, uma vez que esse se dava predominantemente por meio de posses que eram regularizadas *a posteriori*.

Já para os grandes fazendeiros, predominantemente monocultores, uma má cotação de seu gênero de exportação nos mercados internacionais tinha um efeito muito mais severo, pois precisavam de capital para tocar sua produção (tinham trabalhadores assalariados - embora ainda poucos nessa época -; faziam uso de crédito bancário) e mesmo para sobreviver, uma vez que precisarem da renda em dinheiro para satisfazer suas necessidades, já que eram antes empresários do campo do que camponeses.

No entanto, os pequenos produtores rurais, ao tornarem-se cada vez mais especializados na produção de alguns poucos gêneros em detrimento do caráter de

subsistência de outrora, como vem ocorrendo desde a segunda metade do século XX, tendem a se tornarem cada vez mais dependes da interação com o mercado para satisfazerem suas necessidades cotidianas. E, desta forma, tendem também a perder a capacidade de resistência às crises do capitalismo.

5.3. Agronegócio: o “desenvolvimento” chega ao campo capixaba

Os produtos agrícolas sempre foram os principais responsáveis pela obtenção de divisas por parte do Brasil no mercado internacional. Mesmo a industrialização vivenciada a partir do início do século XX não foi capaz de suplantar a importância da agricultura nas exportações do país. Na verdade, isso não era uma peculiaridade nacional, uma vez que a maioria dos países latino-americanos também era – e ainda é - extremamente dependente de suas exportações agrícolas, talvez até mais que o Brasil.

Se a troca de gêneros primários por produtos industrializados no mercado internacional já era um mau negócio para a economia dos países agro-exportadores, a situação torna-se ainda pior a partir da segunda metade do século XX, quando o valor dos produtos agrícolas começa a diminuir progressivamente em relação aos bens industrializados. Galeano (1986) descreve essa situação:

Carlos Lleras Restrepo, presidente da Colômbia, queixava-se em 1967: neste ano, seu país teve que pagar 57 sacas de café para comprar um jipe, e em 1957 bastavam 17 sacas. Ao mesmo tempo, o secretário de agricultura de São Paulo, Herbert Levi, fazia cálculos mais dramáticos: para comprar um trator em 1967, o Brasil necessitava de 250 sacas de café, porém 14 anos antes 70 sacas teriam sido suficientes.” (Ibid., p. 111-2)

É nesse contexto que ocorre a penetração do grande capital e da industrialização na agricultura brasileira:

“A industrialização da agricultura brasileira vem sendo feita no interior do processo de internacionalização da economia brasileira, ou seja, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura se fez e se faz no seio de um capitalismo mundializado. Portanto, está relacionado, por exemplo, com o mecanismo da Dívida Externa. (...) Para pagar a dívida o país tem que exportar, isto é, tem que se sujeitar a vender seus produtos pelos preços internacionais. É por isso que, nas últimas décadas, tem ocorrido no Brasil uma rápida expansão das culturas de produtos agrícolas para a exportação (café, cana-de-açúcar, soja, laranja,

etc.), quase sempre em detrimento daqueles produtos alimentícios destinados ao mercado interno (arroz, feijão, mandioca, etc.), produtos esses que deveriam servir ao consumo da população brasileira.”(OLIVEIRA,2003, p. 76-7)

Conjuntamente com essa desvalorização da produção agrícola, a intensificação da globalização, entendendo esta como “*uma etapa do desenvolvimento do capitalismo mundial na qual prevalece o domínio crescente exercido por grandes empresas transnacionais no cenário mundial*”, conforme propõem Teubal (2007, p.141), faz com que haja gradativamente uma difusão do grande capital em atividades tradicionalmente excluídas da esfera de atuação do capital internacional, como a agricultura, o que claramente pode ser percebido no Espírito Santo a partir da década de 1970, como veremos seguir.

Conforme Marcos (2007, p.193), essa atuação das transnacionais na agricultura não vai se restringir apenas à produção e comercialização de gêneros agrícolas, e estende-se à produção de maquinários insumos, sementes transgênicas e processamento industrial. O mercado mundial de produtos agrícolas, como era se esperar nessa etapa de desenvolvimento do capitalismo chamada de monopolista, passa então a ser comandado por poucas empresas que, em geral, também atuam em outros setores (idem.).

Essas transformações terão forte repercussão na organização territorial dos locais onde se instalam e/ou exercem influência essas transnacionais:

“No território, a ação destas empresas configura o que Oliveira (2005) tem chamado de monopolização do território. Elas instalam-se em áreas estratégicas e monopolizam o território, ao determinarem o que ali será produzido, estabelecendo acordos com os pequenos camponeses ou capitalistas que passam a produzir e entregar seus produtos para serem processados por elas, de acordo com os padrões de qualidade definidos no momento de sua contratação” (Ibid., p.195)

Os Estados Nacionais serão, em geral, patrocinadores dessas transformações, já que em função da desvalorização da produção agropecuária face aos produtos industrializados e de tecnologia, passam a ter na crescente expansão da produção de commodities uma esperança (falsa) de equilíbrio de suas balanças comerciais.

É o início da Era Neoliberal no chamado “terceiro mundo”, cujo outro lado da moeda é, no que tange à produção agrícola, a política protecionista posta em prática no “primeiro mundo”, o qual deixa de ser um importador de alimentos e passa a dominar a exportação de produtos agrícolas em escala global (MARQUES, 2007, p.52).

Desta forma, se antes a competição por terras no Espírito Santo era apenas entre agentes internos do próprio território (camponeses contra o capital local – madeireiras e especuladores), essa nova fase inclui agentes externos, ligados ao capital internacional.

Todas essas transformações vão inaugurar uma era de crescentes contradições no campo dos países ditos “subdesenvolvidos”, marcada pela intensificação da concentração fundiária (sobretudo nas áreas de atuação direta dessas transnacionais) e pela especialização produtiva (que atinge até as pequenas propriedades rurais, como visto anteriormente).

5.3.1. Monopolização do território

Teubal (2007, p.140) define agronegócio como um modelo de produção agrícola com predomínio de capital financeiro cujo funcionamento global orienta-se rumo a uma especialização crescente na produção de determinadas commodities voltadas para o mercado externo com tendência a concentração em grandes unidades de exploração.

É precisamente o que ocorre em determinadas porções do território capixaba, que não fica alheio a todas essas mudanças na conjuntura internacional. Segundo Rocha e Morandi (1991, p.93/94), a economia do Espírito Santo passa por significativas transformações a partir da década de 1970, e a principal delas – e que atuou como pivô das demais - foi a crescente participação do grande capital, de origem externa ao estado e/ou ao país, nos mais diversos setores da economia, o que gradativamente foi excluindo o capital local, outrora dominante.

Segundo esses autores, a agricultura não ficou de fora desse processo:

“No setor agrícola, verificou-se intenso processo de crescimento econômico e de modernização, derivados da transformação capitalista do campo. A expansão da empresa rural e a disseminação do uso de novas técnicas de cultivo e de insumos industriais modernos possibilitaram à atividade agropecuária maiores níveis de produtividade e um caráter bem mais dinâmico. Ao lado disso, verificaram-se o aumento da concentração da posse da terra, e a disseminação de relações de assalariamento e a conseqüente perda de importância das tradicionais relações de produção familiar e de parceria” (Ibid., p.95)

É nesse momento que se expandem lavouras de alguns novos cultivos, sobretudo voltados à agroindústria, e que se tornaram alguns dos principais gêneros da economia

agrícola capixaba, como a silvicultura, voltada à produção de celulose (e em menor escala ao fornecimento de carvão a siderúrgicas), e da cana-de-açúcar, matéria prima do álcool combustível, cujo consumo no Brasil aumenta significativamente entre o fim da década de 70 e a década de 1980, com o programa PROALCOOL.

Tabela 29 – Área ocupada (em hectares) pela silvicultura e lavouras de cana-de-açúcar no Espírito Santo – 1960 a 1996.

Cultivo	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Cana-de-açúcar	45.787	20.797	13.734	18.475	42.825	38.664
Silvicultura	428	53.630	136.109	118.534	198.914	195.042

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários – 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 e 1996.

Este crescimento do agro-negócio contou com amplo apoio estatal no Espírito Santo. Rocha e Morandi (1991) apontam, por exemplo, os incentivos governamentais como um fator imprescindível ao crescimento da silvicultura no Espírito Santo:

“A silvicultura (...) apresentou expressiva expansão na década de 70 (...) Naquela década foram criadas as condições necessárias para que o reflorestamento se torne atividade rentável e em expansão. Em fins de 1966, os incentivos fiscais já instituídos para o desenvolvimento regional foram estendidos à atividade de reflorestamento (Ibid., p.98).

“É importante salientar que a extraordinária expansão do reflorestamento deve-se basicamente ao apoio dos benefícios fiscais instituídos a partir de 1967” (Ibid., p.100)

Nesse contexto surgem gigantescos latifúndios monocultores de eucalipto no Espírito Santo, localizados principalmente na porção nordeste de seu território (ver Mapa 19 e Tabela 30), nas áreas onde predominam as formações geomorfológicas de tabuleiros costeiros - que consistem em vastos terrenos planos e relativamente próximos ao litoral que apresentam clima bastante chuvoso em virtude da influência marítima (ver mapa Zonas Naturais do Espírito Santo, em anexo). Provavelmente por estas características, favoráveis a formação de grandes propriedades com áreas amplamente aproveitáveis, com boas condições hídricas, e localização favorável ao escoamento da produção para

fora do Estado pro vias marítimas, esta porção do território capixaba torna-se então o epicentro do agro-negócio no Espírito Santo.

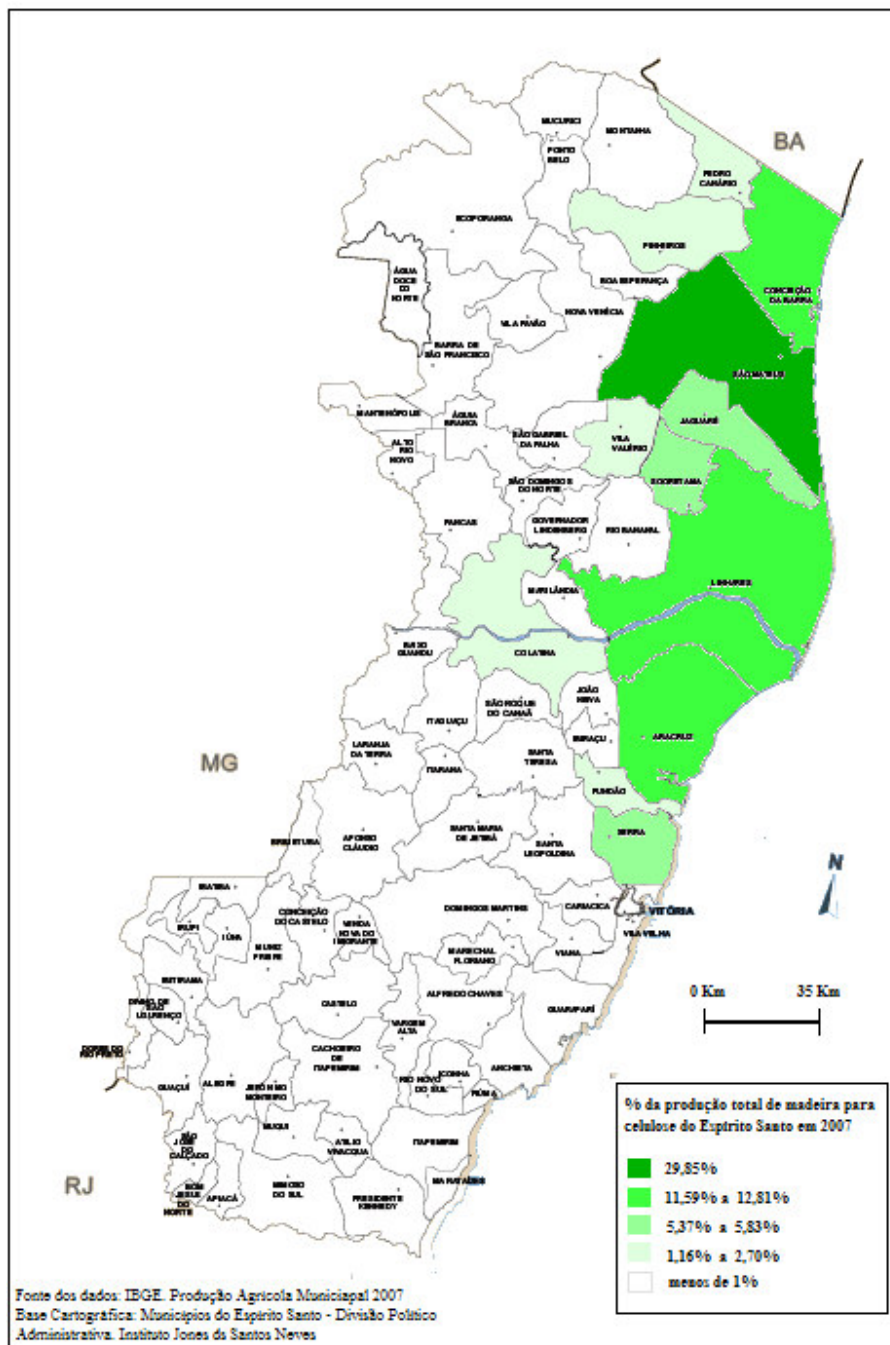
No ramo de plantação de eucalipto, as maiores empresas a atuar no Espírito Santo foram a Aracruz Florestal S.A e a Florestas Rio Doce S.A, ambas voltadas prioritariamente à produção de celulose (ROCHA e MORANDI, 1991).

Já as plantações de cana-de-açúcar crescem significativamente com a implementação e desenvolvimento do PROÁLCOOL, a partir de 1979 (ROCHA e MORANDI, 1991, p.104). A maioria dos grandes canaviais, assim como as lavouras de eucalipto, também se concentram no norte e nordeste do território capixaba, provavelmente pelos mesmos fatores locacionais. Todavia, diferentemente do que ocorreu com a silvicultura, alguns municípios situados no litoral sul também apresentaram grande área ocupada pelas lavouras de cana-de-açúcar e estão entre os principais produtores do Espírito Santo (Mapa 20 e Tabela 31). Trata-se de uma área em esse cultivo já vinha sendo praticado desde o período colonial.

Tabela 30 – Produção total de madeira em toras para celulose no Espírito Santo (por município) no ano de 2007.

Município	Quantidade Produzida (m ³)	% da produção total do Estado
São Mateus	1.472.156	29,85%
Conceição da Barra	631.915	12,81%
Linhares	598.966	12,15%
Aracruz	571.726	11,59%
Sooretama	287.580	5,83%
Serra	270.598	5,49%
Jaguaré	265.026	5,37%
Vila Valério	133.357	2,70%
Pedro Canário	125.806	2,55%
Fundão	93.754	1,90%
Colatina	83.510	1,69%
Pinheiros	57.168	1,16%
Marechal Floriano	47.011	0,95%
Alto Rio Novo	36.483	0,74%
Domingos Martins	35.951	0,73%
Marilândia	25.477	0,52%
Rio Bananal	22.032	0,45%
Alfredo Chaves	17.706	0,36%
São Domingos do Norte	13.441	0,27%
Brejetuba	12.199	0,25%
Santa Teresa	11.691	0,24%
Conceição do Castelo	11.679	0,24%
Demais Municípios Juntos	106.174	2,14%
Total do Espírito Santo	4.931.406	100,00%

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal 2007.

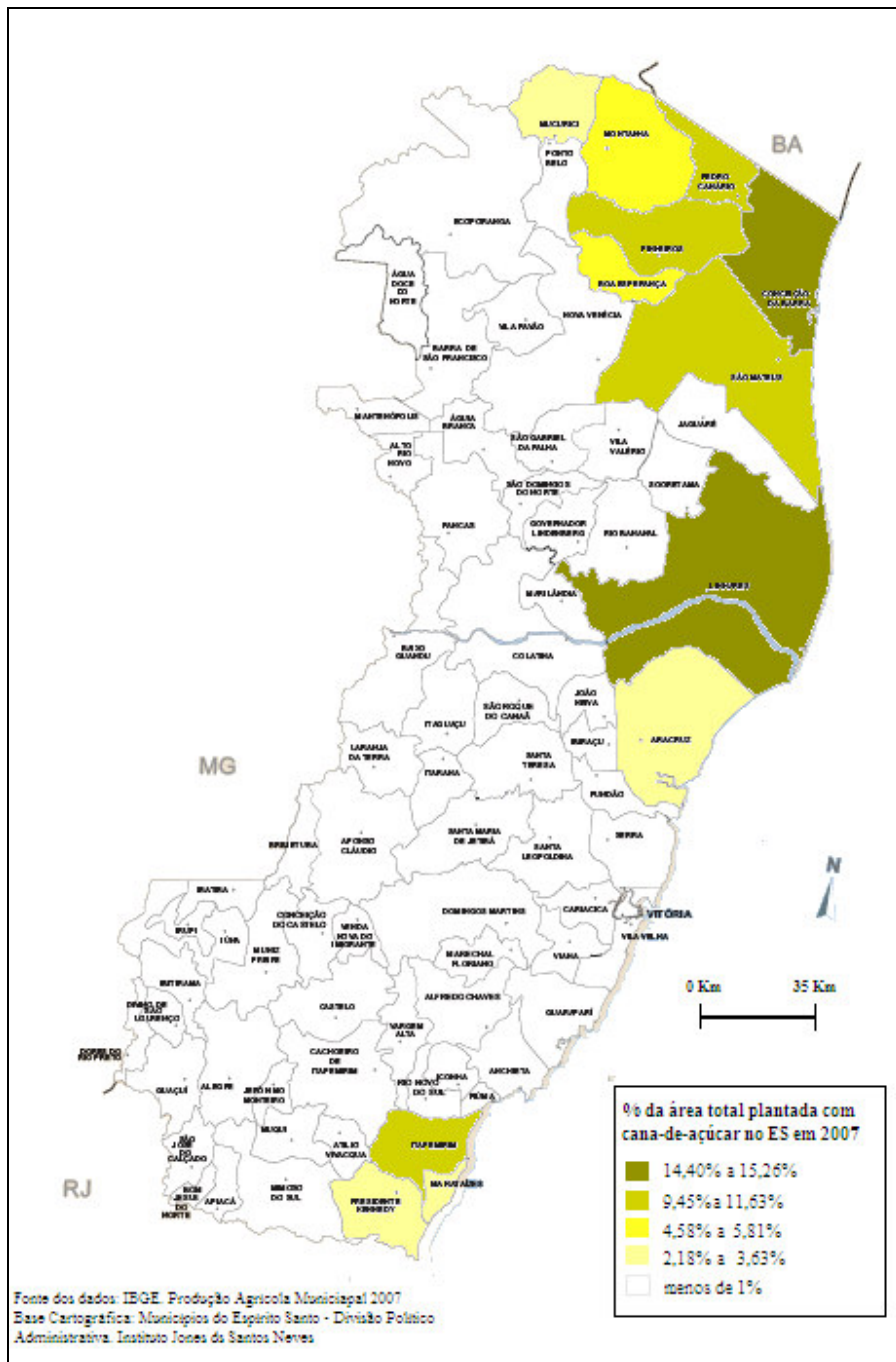


Mapa 19 – Distribuição da produção total de madeira para celulose no Espírito Santo entre seus municípios no ano de 2007. Organizado pelo autor.

Tabela 31 – Cana-de-açúcar – Hectares plantados no Espírito Santo (por município) em 2007

Município	Hectares Plantados	% da área total plantada no ES
Linhares	10.500	15,26%
Conceição da Barra	9.911	14,40%
Pinheiros	8.000	11,63%
Itapemirim	7.000	10,17%
São Mateus	6.797	9,88%
Pedro Canário	6.500	9,45%
Montanha	4.000	5,81%
Boa Esperança	3.150	4,58%
Marataízes	2.500	3,63%
Presidente Kennedy	2.000	2,91%
Aracruz	1.500	2,18%
Mucurici	1.500	2,18%
Demais municípios juntos	5.458	7,93%
Espírito Santo (total)	68.816	100,00

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal 2007.



Mapa 20 - Cana-de-açúcar - distribuição da produção total do Espírito Santo entre seus municípios em 2007. Organizado pelo autor.

Comparando-se os dados de 2007 com os dados dos censos agropecuários, percebe-se que há, também em relação à cana-de-açúcar, uma contínua tendência de

crescimento da área plantada com esse cultivo no Espírito Santo. Entre 1996 e 2007, o crescimento da área plantada no Estado foi de mais de 51%.

Merece destaque também o crescimento da fruticultura de gêneros tropicais (principalmente mamão, banana e coco) praticada em escala industrial em grandes propriedades, a qual, assim como ocorreu com a cana-de-açúcar e a silvicultura, também concentrou-se no nordeste do território capixaba.

Não são apenas os fatores físico-naturais que influenciaram nessa concentração do agro-negócio no Nordeste do Espírito Santo. Um outro fator que talvez tenha influenciado na escolha dessas localidades, por exemplo, pode ter sido a presença pretérita de muitas propriedades mantidas com fins especulativos, nas quais predominava a pecuária ultra-extensiva. Como mencionamos no capítulo anterior, os propósitos de seus proprietários - especuladores - podem ter se concretizado ao receberem propostas de compra ou de arrendamento de seus imóveis por grandes empresas.

Da mesma forma, deve ter tido um peso ainda significativo nesse processo o fato de que nesse faixa do território capixaba ainda existiam, nesse momento de expansão do agro-negócio, imensas extensões de terras onde residiam comunidades ditas “tradicionais”, e que não possuíam propriedade legal das mesmas, o que as tornavam relativamente fáceis de serem usurpadas por essas empresas com apoio da administração estadual.

Tal fato não é propriamente uma particularidade do Espírito Santo dentro do território brasileiro nem deste em relação aos demais países latino-americanos. Segundo Veltmeyer e Petras (2007, p.97), essa preferência do agronegócio por de instalar em territórios de comunidades que não possuíam título de propriedade ou cuja concessão dependia do poder discricionário (pra não dizer da boa vontade) dos governantes, foi uma constante em praticamente toda a América do Sul e América Central. O exemplo de Teubal (2007, p.145) sobre a expansão da soja na Argentina sobre as áreas de camponeses e indígenas ocupantes de terras também reforça essa idéia.

Inaugurou-se assim uma nova fase de conflitos no campo no território capixaba, entre comunidades praticamente desamparadas de legislação que as respaldasse legalmente e as grandes transnacionais que se instalam no Espírito Santo, as “meninas dos olhos” do governo local. Uma verdadeira luta entre Davi e Golias cujas repercussões

podem ser facilmente imagináveis: violência e expulsão dos povos que ali viviam há muitas gerações (S.R.B. FERREIRA, 2002)

5.3.2. Os impactos do “Desenvolvimento”

Conforme os dados dos censos agropecuários (Tabela 32), fica claro que as áreas por onde o agronegócio se expande a partir da década de 1970 são as que apresentam o maior crescimento do tamanho médio dos imóveis rurais, evidenciando a forte tendência a concentração fundiária (que por meio dessa média só não se mostra ainda mais intensa por que a minifundialização das poucas áreas não ocupadas pelo agronegócio nessas localidades tende a diminuir a média final, como ocorre no intervalo entre 1985 e 1995).

Fica explícita também a tendência a minifundialização nas áreas onde as pequenas propriedades rurais são muito significativas, resultado das circunstâncias totalmente adversas à obtenção de novas terras por parte dos camponeses. Esse quadro, se não for alterado, logo deve levar ao início do processo inverso (de concentração) nessas áreas, já que a partir de determinado momento o parcelamento dos imóveis, que ocorre principalmente por meio de herança às gerações futuras, vai gerar minifúndios incapazes de assegurar o sustento e a permanência integral no campo de seus proprietário.

Tabela 32 – Média de hectares por imóvel rural no Espírito Santo – 1970 a 1995 (continua)

MUNICÍPIO	Média de Hectares por estabelecimento					Variação
	1970	1975	1980	1985	1995	
Serra	37,34	81,35	184,29	162,76	145,45	289,53%
Aracruz	58,83	112,38	137,7	147,52	121,83	107,09%
Ecoporanga	81,14	121,92	115,15	116,91	137,4	69,34%
Viana	29,67	43,53	43,13	40,48	47,73	60,87%
Fundão	36,32	41,13	54	47,49	50,79	39,84%
Ibiraçu (+ João Neiva)	40,23	57,74	57,44	52,4	55,01	36,74%
Pinheiros	87,92	124,37	135,51	120,7	116,93	33,00%
Conceição da Barra (+ Pedro Canário)	105,67	156,92	235,54	198,58	140,51	32,97%
São Mateus (+ Jaguaré e Boa Esperança)	63,1	99,07	123,18	114,33	80,95	28,29%
Bom Jesus do Norte	51,42	59,4	78,94	68,33	64,64	25,71%
Boa Esperança	63,61	87,55	65,27	68,92	66,77	4,97%
Cachoeiro de Itapemirim (+ Vargem Alta)	39	46,12	48,13	44,72	40,49	3,82%
Anchieta	42,99	57,39	55,92	53,82	44,39	3,26%
Cariacica	23,92	35,24	24,98	20,02	24,68	3,18%
Atilio Vivacqua	38,74	48,58	44,12	43,23	39,83	2,81%
Vila Velha	66,93	63,14	134,24	72,35	67,75	1,23%
Baixo Guandu	67,51	80,39	76,04	67,28	68,09	0,86%
Mucurici (+ Ponto Belo)	136,37	225,17	271,11	213,28	134,08	-1,68%
Itaguaçu	48,68	55,27	51,07	48,34	46,16	-5,18%

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários.

Tabela 32 – Média de hectares por imóvel rural no Espírito Santo – 1970 a 1995 (continuação)

MUNICÍPIO	Média de Hectares por estabelecimento					Variação
	1970	1975	1980	1985	1995	
Afonso Cláudio (+ Laranja da Terra e Brejetuba)	35,24	39,23	39,43	35,92	32,99	-6,38%
Jerônimo Monteiro	28,76	45,14	48,43	39,11	26,87	-6,57%
Linhares (+ Sooretama, Rio Bananal e Vila Valério)	76,41	90,04	91,26	86,76	70,24	-8,07%
Alegre (+ Ibitirama)	46,13	55,71	54,37	46,84	41,44	-10,17%
Apiacá	56,57	62,46	67,71	57,66	50,54	-10,66%
São José do Calçado	50,69	53,4	62,34	46,92	45,05	-11,13%
Castelo	37,22	35,27	38,96	36,16	32,83	-11,79%
Santa Teresa (+ São Roque do Canaã)	41,61	48,88	45,32	40,52	36,1	-13,24%
Pancas (+ Alto Rio Novo)	52,24	60,62	62,1	52,65	45,29	-13,30%
Barra de São Francisco (+ Água Doce do Norte)	40,92	45,6	45,94	39,16	35,41	-13,47%
Guaçuí	85,36	108,1	101,45	84,59	72,3	-15,30%
Iconha	21,58	28,09	26,84	25,47	18,23	-15,52%
Nova Venécia (+ Vila Pavão)	59,71	74,68	67,23	61,28	50,28	-15,79%
Muniz Freire	48,02	50,59	53,8	41,96	40,38	-15,91%
Guarapari	40,32	41,7	41,91	41,83	33,72	-16,37%
Divino de São Lourenço	43,05	47,33	53,01	41,1	35,87	-16,68%
Dores do Rio Preto	54,56	71,49	63,4	47,88	44,21	-18,97%
Mantenópolis	46,06	58,2	49,02	41,7	35,51	-22,90%
Piúma	66,86	62,17	64,23	50,27	50,18	-24,95%

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários

Tabela 32 – Média de hectares por imóvel rural no Espírito Santo – 1970 a 1995 (conclusão)

MUNICÍPIO	Média de Hectares por estabelecimento					Variação
	1970	1975	1980	1985	1995	
Montanha	169,05	265,31	189,71	180,76	125,82	-25,57%
Colatina (+ Marilândia, Governador Lindenberg e São Domingos do Norte)	60,26	66,72	63,43	54,94	44,55	-26,07%
São Gabriel da Palha (+ Águia Branca)	44,58	52,66	41,92	37,51	32,74	-26,56%
Conceição do Castelo (+ Venda Nova do Imigrante)	45,42	46,83	41,85	40,09	33,26	-26,77%
Lúna (+ Ibatiba e Irupi)	33,31	40,47	37,81	30,27	23,08	-30,71%
Alfredo Chaves	49,87	46,38	45,34	40,23	34,06	-31,70%
Mimoso do Sul	80,28	86,16	80,24	72,15	54,8	-31,74%
Itarana	39,57	40,17	34,86	30,97	26,31	-33,51%
Presidente Kennedy	72,25	82,79	76,29	83,12	47,67	-34,02%
Itapemirim (+ Marataízes)	37,93	32,99	49,55	32,74	24,06	-36,57%
Domingos Martins (+ Marechal Floriano)	38,54	42,72	41,16	31,64	24,41	-36,66%
Muqui	89,75	81,36	82,06	67,73	53,55	-40,33%
Rio Novo do Sul	36,23	36,38	32,71	23,99	21,51	-40,63%
Santa Leopoldina (+ Santa Maria de Jetibá)	37,47	38,55	32,45	28,47	18,66	-50,20%
Vitória	32,47	9,59	36,89	24,43	0	-100,00%
Espírito Santo (total)						

Fonte: IBGE. Censos Agrope

Tabela 33 – Dinâmica demográfica da população dos municípios do Espírito Santo – 1970 a 2000 (continua)

Nome	População rural - total de habitantes					Variação	Variação
	1970	1980	1991	1996	2000	Absoluta	Percentual
Vitória	983	0	0	0	0	0	-100,00%
Serra	9319	2268	1543	1661	1560	-7759	-83,26%
Mucurici (+ Ponto Belo)	18479	10420	7646	4762	4126	-14353	-77,67%
Ecoporanga	40838	21858	14074	10477	11085	-29753	-72,86%
São Gabriel da Palha (+ Águia Branca)	24975	27199	13093	11941	8223	-16752	-67,08%
Cariacica	32222	3801	13448	10892	11305	-20917	-64,92%
Conceição da Barra (+ Pedro Canário)	25253	21400	8898	8607	8944	-16309	-64,58%
Viana	8909	4809	3978	3757	3855	-5054	-56,73%
Guarapari	12843	6365	6523	6018	5811	-7032	-54,75%
Boa Esperança	9431	7705	4911	4399	4510	-4921	-52,18%
Fundão	4363	3465	2314	2332	2208	-2155	-49,39%
Mantenópolis	9152	9700	7994	5135	4832	-4320	-47,20%
Aracruz	18297	8391	9403	9663	10179	-8118	-44,37%
São José do Calçado	6016	4748	4564	4246	3522	-2494	-41,46%
Barra de São Francisco (+ Água Doce do Norte)	40146	34584	27383	23987	23579	-16567	-41,27%
Baixo Guandu	13846	10895	9779	8294	8143	-5703	-41,19%
Nova Venécia (+ Vila Pavão)	36608	28672	24737	22674	22012	-14596	-39,87%
Apiacá	4357	3868	3505	3087	2729	-1628	-37,37%
Muqui	8011	6957	6209	4892	5028	-2983	-37,24%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos e Contagem da População 2000.

Tabela 33 – Dinâmica demográfica da população dos municípios do Espírito Santo – 1970 a 2000 (continuação)

Nome	População rural - total de habitantes					Variação	Variação
	1970	1980	1991	1996	2000	Absoluta	Percentual
Pancas (+ Alto Rio Novo)	23524	22545	18278	15574	14956	-8568	-36,42%
Anchieta	9097	5282	6141	6158	5965	-3132	-34,43%
Bom Jesus do Norte	1361	959	826	766	894	-467	-34,31%
Alegre (+ Ibitirama)	28074	19928	20128	18821	18574	-9500	-33,84%
Piúma	1326	1416	868	796	886	-440	-33,18%
Presidente Kennedy	10309	8778	7519	7193	7025	-3284	-31,86%
Pinheiros	10640	8188	7268	7023	7350	-3290	-30,92%
Vila Velha	1892	1026	1350	1499	1340	-552	-29,18%
Atilio Vivacqua	5994	4533	4276	3875	4272	-1722	-28,73%
Jerônimo Monteiro	4795	4797	3607	3823	3459	-1336	-27,86%
Linhares (+ Sooretama e Rio Bananal)	64261	66391	46150	45343	48309	-15952	-24,82%
Colatina (+ Marilândia, Governador Lindenberg e São Domingos do Norte)	52277	43582	44205	41669	39427	-12850	-24,58%
Mimoso do Sul	16504	14322	13566	12634	12916	-3588	-21,74%
Santa Teresa (+ São Roque do Canaã)	21190	19275	19968	16712	16857	-4333	-20,45%
Muniz Freire	15584	14835	13972	12825	12478	-3106	-19,93%
Ibiraçu (+ João Neiva)	9302	7518	7284	6181	7555	-1747	-18,78%
Itaguaçu	8987	8771	7410	7337	7458	-1529	-17,01%
Guaçuí	7352	6260	6101	5868	6300	-1052	-14,31%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos e Contagem da População 2000.

Tabela 33 – Dinâmica demográfica da população dos municípios do Espírito Santo – 1970 a 2000 (conclusão)

Nome	População rural - total de habitantes					Variação	Variação
	1970	1980	1991	1996	2000	Absoluta	Percentual
Cachoeiro de Itapemirim (+ Vargem Alta)	36940	33219	35793	32671	31932	-5008	-13,56%
Castelo	17260	16218	16127	14657	15207	-2053	-11,89%
Itapemirim (+ Marataíses)	21163	17753	17429	17453	18834	-2329	-11,01%
Afonso Cláudio (+ Brajetuba e Laranja da Terra)	39997	38573	36218	33444	35784	-4213	-10,53%
Divino de São Lourenço	3559	2933	3165	3063	3205	-354	-9,95%
Rio Novo do Sul	6041	5397	5072	5111	5491	-550	-9,10%
Dores do Rio Preto	3151	3020	3341	3390	3003	-148	-4,70%
Alfredo Chaves	8082	7744	8285	7751	8002	-80	-0,99%
Conceição do Castelo (+ Venda Nova do Imigrante)	12721	12460	14398	14239	12795	74	0,58%
Iconha	6260	6074	6689	6916	6688	428	6,84%
São Mateus (+ Jaguaré e Boa Esperança)	28335	27608	32986	31098	30296	1961	6,92%
Montanha	3927	6225	5481	4569	4331	404	10,29%
Iúna (+ Ibatiba e Irupi)	25025	26291	28180	26277	27668	2643	10,56%
Itarana	6938	6829	7226	7496	7949	1011	14,57%
Domingos Martins (+ Marechal Floriano)	20796	22340	27948	27118	31657	10861	52,23%
Santa Leopoldina (+ Sta Maria de Jetibá)	20398	22004	28773	30527	33669	13271	65,06%

Fonte: IBGE. Censos Demográficos e Contagem da População 2000

Verifica-se também, entre as décadas de 1970 e 1990, uma tendência à redução da população rural em praticamente todas as partes do território do Espírito Santo (Tabela 33). As poucas áreas em que se verifica algum crescimento ou pelo menos onde o êxodo não foi tão intenso são, salvo algumas exceções, aquelas que apresentam um modelo produtivo baseado na pequena propriedade e que tem ampla participação na produção voltada para o mercado interno. Na outra face dessa moeda estão as áreas nas quais se verifica maior especialização no uso da área agropecuária a partir da segunda metade do século XX, hoje marcadas pelo predomínio ou da pecuária extensiva (às vezes conjuntamente com a cafeicultura) ou dos produtos ligados ao agronegócio, sobretudo cana-de-açúcar e eucalipto.

Merecem destaque os casos das áreas que atualmente compreendem os municípios de Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins e Marechal Floriano, onde há predomínio quase absoluto dos pequenos imóveis e maior participação na produção de alimentos, já que são os únicos municípios que apresentarem crescimento significativo de sua população rural nesse intervalo temporal analisado.

Sobre a importância dos pequenos imóveis rurais na geração de empregos no campo, os dados sobre o Espírito Santo ratificam aquilo que já fora apontado no Capítulo 1. Percebe-se (conforme Tabela 34 e Mapa 21) que, em geral, nas áreas onde há maior presença de pequenos imóveis rurais, há também maior geração de empregos em função da área agropecuária, o que indica, possivelmente, uma utilização mais intensiva do espaço agrícola. Já nos municípios onde existem muitos grandes imóveis, como os da Região Norte-Nordeste, por onde o binômio agronegócio/latifúndio mais cresce no intervalo temporal analisado, percebe-se uma drástica redução nos postos de trabalho gerados em função da área agrícola, conseqüência, em geral, de novos modos de produção (nas áreas do agronegócio) e, sobretudo, da utilização das propriedades rurais para fins especulativos e não para a produção.

Tabela 34 – Relação área agropecuária x geração de empregos no campo nos municípios do Espírito Santo – 1970 a 1995 (continua)

Município	Relação: Área (em Hectares) / 1 Posto de trabalho na agropecuária				
	1970	1975	1980	1985	1995
Iúna (+ Ibatiba e Irupi)	5,64	5,64	6,34	5,76	4,04
Afonso Cláudio (+ Laranja da Terra e Brejetuba)	8,46	9,1	7,93	6,16	5,16
Iconha	9,9	6,28	7,62	6	5,23
Santa Leopoldina (+ Santa Maria de Jetibá)	12,26	9,15	8,02	7,75	5,48
Conceição do Castelo (+ Venda Nova do Imigrante)	8,37	10,7	7,36	6,47	5,81
Pancas (+ Alto Rio Novo)	11,06	9,09	7,24	6,5	5,9
Domingos Martins (+ Marechal Floriano)	10,98	10,11	9,35	8,48	5,91
Dores do Rio Preto	9,56	13,11	9,03	7,48	6,08
Itarana	12,31	11,25	8,97	7,47	6,39
Castelo	9,44	9,22	6,42	6,32	6,85
Santa Teresa (+ São Roque do Canaã)	9,84	8,5	9,59	8,03	7,01
Cariacica	7,49	7,66	7,96	5,08	7,06
São Gabriel da Palha (+ Águia Branca)	9,81	9,01	6,27	5,77	7,12
Divino de São Lourenço	9,98	12,6	11,36	8,55	7,27
Jerônimo Monteiro	11,92	10,95	9,85	7,53	7,29
Barra de São Francisco (+ Água Doce do Norte)	12,46	10,39	7,84	7,47	7,33
Itaguaçu	14,33	10,05	8,58	6,81	7,44
Rio Novo do Sul	8,64	12,41	8,96	5,95	7,44
Itapemirim (+ Marataízes)	9,42	9,42	10,67	7,23	7,91
Muniz Freire	8,76	6,45	6,41	5	8,01
Colatina (+ Marilândia, Governador Lindenberg e São Domingos do Norte)	12,06	10,04	9,79	8,94	8,04
Atilio Vivacqua	12,67	6,03	7,66	9,54	8,16

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários.

Tabela 34 – Relação área agropecuária x geração de empregos no campo nos municípios do Espírito Santo – 1970 a 1995 (continuação)

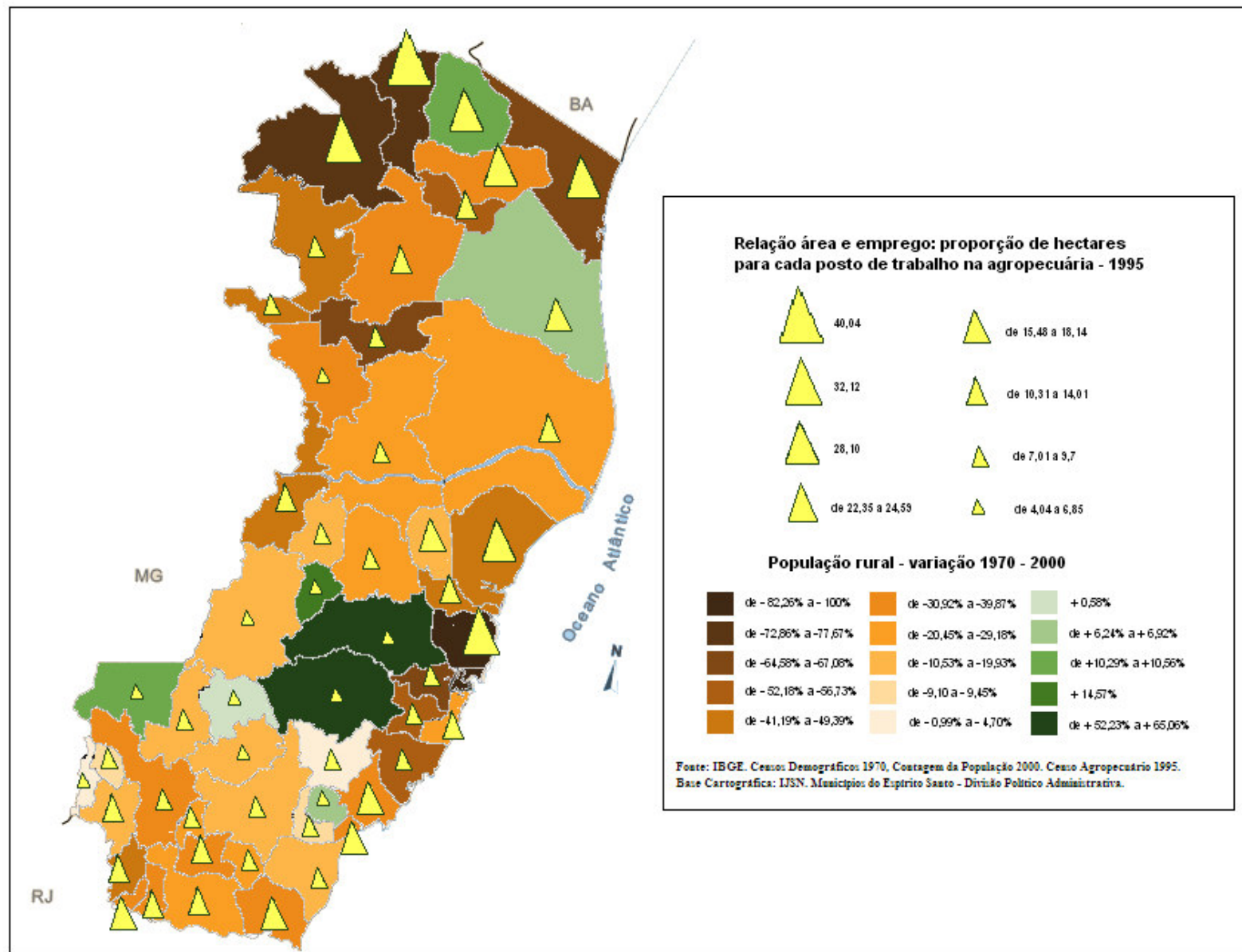
Município	Relação: Área (em Hectares) / 1 Posto de trabalho na agropecuária				
	1970	1975	1980	1985	1995
Alegre (+ Ibitirama)	9,92	11,86	9,62	9,11	8,32
Guarapari	9,42	9,78	9,57	8,75	8,71
Mantenópolis	7,75	8,71	4,31	5,92	8,85
Alfredo Chaves	15,06	14,33	11,75	9,99	9,1
Viana	10,78	13,62	9,99	9,47	9,2
Cachoeiro de Itapemirim (+ Vargem Alta)	12,16	12,84	9,86	8,83	9,7
Nova Venécia (+ Vila Pavão)	16,68	10,54	9,52	11,71	10,31
Guaçuí	16,79	21,48	14,5	11,46	10,43
Vila Velha	19,15	11,15	28,71	12,28	11,12
Fundão	15,39	10,67	11,16	11,03	11,18
Boa Esperança	13,78	20,72	9,74	7,41	11,3
Muqui	12,76	7,29	7,07	5,53	11,47
São José do Calçado	7,7	11,04	7,35	10,62	11,6
Apiacá	14,26	13,26	10,26	10	11,91
Baixo Guandu	8,89	11,41	14,58	10,58	12,18
Linhares (+ Sooretama, Rio Bananal e Vila Valério)	16,06	13,89	11,98	11	13,12
Mimoso do Sul	16,28	16,52	15,4	13,42	14,01
Ibiraçu (+ João Neiva)	16,79	11,42	20,45	17,89	15,48
Anchieta	12,94	14,76	13,63	14,08	15,69
Piúma	19,93	9	17,12	15,47	16,73
São Mateus (+ Jaguaré e Boa Esperança)	21,74	25,72	21,72	15,08	16,96
Bom Jesus do Norte	6,46	15,61	11,92	15,82	17,97
Presidente Kennedy	16,97	14,09	14,2	11,76	18,14

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários

Tabela 34 – Relação área agropecuária x geração de empregos no campo nos municípios do Espírito Santo – 1970 a 1995 (continuação)

Município	Relação: Área (em Hectares) / 1 Posto de trabalho na agropecuária				
	1970	1975	1980	1985	1995
Montanha	40,64	35,31	24,22	21,7	22,35
Aracruz	12	23,85	13,76	18,19	22,36
Conceição da Barra (+ Pedro Canário)	39,31	35,7	35,38	21,16	23,69
Pinheiros	13,23	21,19	17,93	15,65	24,59
Serra	16,77	27,94	22,35	20,74	28,1
Ecoporanga	12,26	20,6	17,58	18	32,12
Mucurici (+ Ponto Belo)	18,08	36,96	32,01	33,88	40,04
Vitória	11,33	2,24	13,7	5,93	0

Fonte: IBGE. Censos Agropecuários.



Mapa 21 – Geração de empregos e êxodo rural no Espírito Santo – 1970 e 1996. Organizado pelo autor.

Conclusão – Uma tentativa de entendimento dos contrastes regionais

De que forma essa retrospectiva histórica sobre o processo de expansão das fronteiras agrícolas no território capixaba pode ajudar na busca pelo entendimento como se configurou a atual estrutura fundiária no Espírito Santo, marcada não somente por ser bem diversa do quadro genérico que as estatísticas traçam para o Brasil como um todo, com grande presença de pequenos imóveis rurais e da agricultura familiar, mas também por intensos contrastes regionais?

Segundo Oliveira (1986), no estudo do campo e da agricultura, é impossível compreender as implicações do capitalismo sobre o meio rural considerando apenas as formas de produção propriamente capitalistas, já que o capitalismo é contraditório e a todo tempo cria e recria formas não capitalistas de produção. Assim, os camponeses e a agricultura familiar, predominantes na maior parte do Espírito Santo, não devem ser tratados como externos ao capitalismo, mas como parte dele, estando inseridos no mesmo processo, apesar de seguir uma lógica diferente e de não fazerem uso de suas relações típicas de produção - o trabalho assalariado (Ibid., p. 12).

De acordo com esse mesmo autor, no modo capitalista de produção a acumulação do capital ocorre antes por sujeição da renda da terra ao capital do que pelo controle absoluto e direto da terra, já que em muitas situações ela se processa sem que o trabalhador rural seja expulso do campo, sem que ele seja destituído de seus meios de produção (Ibid., p.13). Nesses casos, a renda produzida pelo homem do campo é apropriada pelo capital, convertendo-se nele (Ibid., p. 67). Em geral, é a partir da subordinação da produção à circulação que o capital se apropria do excedente produzido pelos camponeses, nesses casos.

Desta forma, existem diferentes maneiras pelas quais o capital se reproduz no campo: ora isso ocorre com sua penetração plena nas atividades agropecuárias, sendo a produção efetuada em grandes propriedades com predomínio de trabalho assalariado (as relações propriamente capitalistas), ora por meio da apropriação do excedente da produção camponesa, permitindo a sobrevivência de pequenas propriedades.

Nas palavras de A.U.Oliveira (1999):

“Esse processo contraditório de desenvolvimento da agricultura ocorre nas formas articuladas pelos próprios capitalistas, que se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir, na contratação de mão-de-obra assalariada, uma parte de seu capital. Ao mesmo tempo, utilizado-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros, ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. Esse processo nada mais é do que o processo de produção do capital, que se faz por meio de relações não capitalistas” (Ibid., p.80)

É fácil perceber que há um clássico caso desse tipo de interação entre o capital e modos não-capitalistas de produção na história da agricultura capixaba, particularmente na cafeicultura. Inseridos na lógica da produção capitalista, ainda que não tão intensamente como hoje, esses camponeses tinham sua produção específica para o mercado (que era representada, sobretudo, pelo café) subordinada à circulação. Em alguns setores da produção agrícola capixaba, como a cafeicultura e mais recentemente a produção de alimentos, se mostrou mais vantajoso para os capitalistas se concentrar no comércio que na produção agrícola propriamente dita, o que possivelmente os levou a gradativamente migrar desta para aquela atividade.

Entre as últimas décadas do século XIX e início do século XX, os grandes fazendeiros escravocratas passam a, de certa forma, dividir o papel de elite político-econômica com os comerciantes, sobretudo aqueles ligados ao café, principal produto de exportação da província naquele momento histórico. A partir da ascensão dessa nova classe e, conseqüentemente, de uma nova maneira de articulação das relações sociais e territoriais no processo de reprodução do capital e de apropriação do excedente, não só o trabalho agrícola propriamente dito ficou a cargo dos camponeses, mas também a propriedade da terra. O excedente produzido pelos pequenos agricultores era, então, extraído pelo capital por meio do comércio, beneficiamento e transporte da produção.

Isso sem dúvidas nos fornece um bom indicativo do porquê da relativa facilidade com que os pequenos imóveis rurais e a agricultura familiar se disseminaram no território do Espírito Santo entre fins do século XIX e início do século XX. Esse processo se inicia com as primeiras colônias de imigrantes e se intensifica nas últimas décadas do século XIX com a contínua migração rumo ao território capixaba (tanto de estrangeiros como de nacionais), gerando uma crescente quantidade de produtores rurais que não tinham como beneficiar, transportar e comercializar seus produtos por meios próprios, o que propiciou o

surgimento de comerciantes nas mais diversas escalas – desde locais, nas chamadas “vendas” do interior, até comerciantes nos principais portos fluviais e grandes exportadores na capital - que atuaram como uma interface entre o mercado consumidor e o produtor rural, e cujo lucro consistia não só em comprar a produção camponesa (sobretudo de café) por preços muito menores que os possíveis de serem obtidos no mercado, mas também por obter parte da produção da produção como pagamento por esses serviços (transporte e beneficiamento).

Esse processo se desenvolveu de tal forma que entre fins do século XIX e início do século XX que as ações do governo provincial deixam transparecer a grande influência que a classe de comerciantes possuía junto a ele em detrimento da antiga oligarquia cafeicultora; tanto por deslocar recursos para obras de infra-estrutura que visavam intensificar a atividade comercial, como por não impor grandes obstáculos para impedir a apropriação da terra pelos camponeses na forma de pequenos imóveis rurais, claramente contrária aos interesses dos latifundiários, sobretudo após a abolição.

Esse fator, associado à inexistência de um mercado de terras e conseqüentemente da especulação imobiliária no campo capixaba, criou um cenário propício à reprodução camponesa no período mencionado, entre fins do século XIX e início do século XX.

Assim, a área por onde se intensifica o processo de apropriação de terras durante esse momento da história (praticamente todo o centro-sul do Espírito Santo, sobretudo a porção central-serrana) foram marcadas pela fragmentação da propriedade da terra e pela inexistência, praticamente, de grandes imóveis rurais. No extremo sul, que faz parte dessa área de expansão da agricultura familiar, essa fragmentação da propriedade da terra nunca não foi tão intensa, provavelmente por conta das reminiscências dos latifúndios cafeicultores que ali se instalaram desde as primeiras décadas do século XIX, já que apesar de muitos terem desaparecido no alvorecer do século XX, outros, por sua vez, sobreviveram às adversidades pós-escravidão.

À medida que os pequenos imóveis rurais vão se disseminando e tornam-se cada vez mais escassas as terras livres, há uma grande demanda por novas terras (visto a grande massa de camponeses) que acaba por gerar uma crescente valorização de sua propriedade, criando condições propícias para seu uso de forma especulativa. Fosse através de concessões para extração de madeira ou para instalação de novas colônias

agrícolas ou mesmo pela grilagem e/ou uso de violência, o fato é que a partir das décadas de 30 e 40, paralelamente à disseminação dos pequenos imóveis rurais, surgem outros de maiores dimensões, cuja produção se diferencia da agricultura camponesa por se dedicarem, em sua maioria, à pecuária extensiva ao invés das lavouras.

Desta forma, as áreas que se tornam novas frentes pioneiras no processo de apropriação de terras no território capixabas a partir de meados do século XX – à norte do Vale do Rio Doce, sobretudo – são marcadas pela coexistência de pequenos imóveis rurais (fruto da reprodução camponesa), que com outros de maior dimensão, geralmente com fins especulativos.

A partir da década de 1970, há uma alteração profunda na economia do Espírito Santo, com declínio do capital local, predominantemente comercial e outrora hegemônico, em detrimento do ascende capital externo. Na agricultura, esse é o marco do ingresso do grande capital diretamente nas atividades agrícolas, sobretudo nos ramos da silvicultura para obtenção de celulose, da produção de cana-de-açúcar para fabricação de álcool, e posteriormente em alguns segmentos da fruticultura de gêneros tropicais.

As áreas por onde se expande o agro-negócio, sobretudo no litoral nordeste, passam então por um intenso processo de concentração fundiária e de expulsão dos habitantes do campo, sobretudo daqueles que se encontravam às margens do processo produtivo capitalista, como as inúmeras comunidades tradicionais que habitavam essa região, cujas terras sem título jurídico de propriedade serão usurpadas por grandes grupos econômicos e alguns particulares, sempre com conivência e até apoio do poder público.

Por tudo isso, pode-se (ou ousa-se) presumir, portanto, que o principal fator determinante na configuração da estrutura fundiária no Espírito Santo e, conseqüentemente, de seus contrastes, foi a inserção ou não de suas diversas partes em diferentes atividades econômicas, a qual foi condicionada, sobretudo, pelo contexto político-econômico em que se intensificou o processo de apropriação de terras nas diversas porções de seu território.

É claro que as antigas formas espaciais podem se adaptar às novas demandas da lógica econômica hegemônica, mas as formas pretéritas também podem ser um obstáculo à disseminação de novas formas de produção (Santos, 2002, p.43). E não se trata apenas das estruturas físico-territoriais, do trabalho morto, incorporado ao território, mas também

das heranças sócio-territoriais (Ibid., p.43). Por isso, as áreas com terras ainda não apropriadas (ou melhor, cuja apropriação não fosse ainda reconhecida pelo poder público) eram, portanto, as mais aptas a integrarem as novas lógicas produtivas que surgiam, já que seu espaço podia ser mais facilmente transformado de forma a permitir essa inserção. Nas áreas já apropriadas, a inserção estava praticamente condicionada à possibilidade das estruturas sócio-territoriais pretéritas (no caso do campo, a estrutura fundiária) adquirirem uma nova funcionalidade, o que em alguns casos ocorreu e em outros não.

A Região Central-Serrana (conforme nossa proposta de regionalização), por exemplo, era considerada extremamente adversa ao desenvolvimento da agricultura comercial em meados do século XIX, quando foram implantadas ali os primeiros projetos de colonização, sobretudo pela dificuldade de escoamento da produção e de comunicação com a capital, e absolutamente não despertava o interesse dos grandes produtores rurais da época, sendo esse um dos motivos para instalação das primeiras colônias de imigrantes estrangeiros nessas localidades. Hoje, entretanto, os municípios que ali se encontram representam algumas das áreas agrícolas mais cobiçadas e de preço mais elevado no mercado de terras, e sua comunicação com a capital (e com a Região Metropolitana) é muito fácil e rápida (por meios rodoviários). Em função disso, essa Região foi a porção do território capixaba que mais se integrou à lógica econômico-espacial que emerge em fins do século XIX, baseada no trabalho camponês e na acumulação ocorrendo predominantemente em âmbito comercial. Apesar de ter se expandido também à Região Sul / Sudeste nesse mesmo momento da história, ali ela teve como adversidades à imposição das formações espaciais que lhe eram propícias (no caso, a estrutura fundiária fragmentada e apropriada por pequenos camponeses sem grandes recursos) as reminiscências espaciais da lógica econômico territorial hegemônica anterior: o plantation, os grandes latifúndios dos períodos colonial e imperial.

Da mesma forma, quando de sua expansão ao norte do território capixaba, essa lógica econômico-territorial teve que disputar o espaço com outras que emergiam: a extração de madeira e o uso especulativo da propriedade da terra.

Essa concorrência pelo espaço rural ocorre porque as dificuldades para transporte do produto da extração madeireira, que restringiu essa atividade até as primeiras décadas do século XX a áreas de possível escoamento por vias fluviais ou marítimas, são

superadas com o desenvolvimento do transporte rodoviário a partir de meados do século XX, o que permitia, em tese, levar a atividade madeireira a quase toda a porção continental do Espírito Santo. Todavia, isso ocorreu de forma intensa apenas nas terras a norte do Rio Doce, não somente porque era a porção do Estado onde mais existiam áreas com vegetação natural, ricas em madeiras de lei, mas também por que sua apropriação para esse propósito era mais viável, visto ter vastas extensões de terras consideradas devolutas.

Foi assim que a “herança maldita” dessa atividade - o desmatamento irrestrito e a apropriação de imensas extensões de terras por poucos particulares - marcou significativamente a porção norte do Espírito Santo, mas não tanto à porção sul - não só por que ali havia muito menos áreas ainda com vegetação que atendessem à demanda (em função da utilização agrícola que já se fazia), mas também por que essas terras já haviam sido, em sua maior parte, “legalmente” apropriadas e inseriam-se em outra lógica econômica.

Nesse mesmo sentido, foi também por uma confluência de fatores naturais e históricos que o agronegócio “escolheu” a Região Norte / Nordeste (conforme nossa regionalização) como seu epicentro no território capixaba. Afinal, não só eram as áreas mais fáceis de serem usurpadas - por serem território de muitas comunidades não inseridas no modelo colonizador de produção e que não possuíam título de propriedade das terras - como também apresentavam topografia e clima favoráveis às atividades agrícolas interesse do grande capital, além de já estarem praticamente na costa, o que favorece o escoamento da produção, já que seu destino é quase sempre externo ao território produtor. Os latifúndios já existentes nessa área são um exemplo de como as velhas formas podem se adaptar a novas funcionalidades, e, longe de serem um empecilho, possivelmente contribuíram para a difusão dessa forma de produzir – agora subordinada à indústria - no meio rural. No caso do litoral sul, isso é ainda mais evidente, já que as antigas áreas com canaviais (sobretudo em Itapemirim), que remontam ao período colonial, a partir da década de 1970 se inserem também na produção de cana-de-açúcar para a produção de álcool combustível.

Considerações finais

É fundamental ter em mente que mesmo tendo uma área significativa ocupada por pequenas propriedades, o processo de apropriação de terras no Espírito Santo foi excludente, sendo desprivilegiados os elementos nacionais da população, sobretudo os descendentes de indígenas e negros em detrimento de um projeto de “colonização européia” que vai beneficiar os imigrantes estrangeiros e seus descendentes. Há, portanto, uma grande dívida social para com essas pessoas e seus descendentes, ocasionada pela conduta racista e etnocêntrica do poder público ao longo da história capixaba.

Outro fato que se mostra relevante é que, no gradativo processo de subordinação da produção agrícola ao mercado (que se torna praticamente absoluto), as áreas rurais que mantiveram uma produção diversificada voltada para o abastecimento do mercado interno (com gêneros alimentícios de primeira necessidade) se mostraram muito mais estáveis que aquelas que passaram por uma profunda especialização da produção, uma grande lição de que é um péssimo negócio ter a exportação de commodities como base da economia no meio rural.

Por último (porém não menos importante), é imprescindível atentar para o fato de que em decorrência da impossibilidade de obtenção de novas terras por parte das famílias camponesas, tem se verificado uma contínua tendência à fragmentação das pequenas propriedades rurais (sobretudo pela herança às gerações seguintes), que se não for pelo menos remediada - por meio de políticas públicas que visem dar acesso a terra às famílias sem grandes recursos - não tardará, por conta da lógica capitalista, a se converter no processo inverso, ou seja, de concentração fundiária, já que a partir de um determinado ponto a parcela de terra que resta aos herdeiros torna-se incapaz de atender às necessidades daqueles que dela dependem. E as conseqüências, caso isso ocorra, não se resumiriam ao êxodo rural dessas famílias, mas também na acentuação da mais clássica contradição no meio rural dos países dependentes, através do contínuo crescimento das lavouras de exportação em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno, à qual se deve quase que integralmente aos pequenos agricultores.

Nesse contexto, mostra-se imprescindível a atuação do Estado para contornar essas contradições da lógica capitalista e permitir que os camponeses permaneçam no campo e estimulá-los a produzir não apenas commodities, mas também gêneros voltados para o mercado interno. É imprescindível para isso que se leve adiante a Reforma Agrária, sobretudo uma que inclua entre seus beneficiários os setores da população rural mais penalizados ao longo da história (os negros, os indígenas, as comunidades tradicionais) tendo em vista a grande dívida que a sociedade, como um todo, tem para com eles, e que seja mais intolerante quanto a pouca produtividade de grande parte dos grandes imóveis rurais e até mesmo com a extensão máxima de terras que possa ser apropriada por uma única pessoa física ou jurídica (que é uma velha demanda dos movimentos sociais ligados ao campo), tendo em vista as mudanças absurdas que se tem verificado nesse sentido, sobretudo a partir da expansão do agro-negócio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **A escravidão na história econômica social do Espírito Santo 1850 - 1888**. Niterói, Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense, 1981.

_____, **Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo**. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. **A obra dos jesuítas no Espírito Santo (sinopse histórica)**. Viana, 1979.

BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização (O Espírito Santo no século XIX)**. Editora Cátedra: Rio de Janeiro, 1981.

_____, **A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização**. Editora Cátedra: Rio de Janeiro, 1987.

BORGO, Ivan Anacleto Lorenzoni, ROSA, Léa Brígida Rocha de Alvarenga, PACHECO, Renato Rocha de Alvarenga. **Norte do Espírito Santo: Ciclo Madeireiro e Povoamento**. EDUFES: Vitória, 1996.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O Novo Arrabalde**. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1996.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. **Contribuição ao estudo geográfico do município de Nanuque**. In: Caminhos da Geografia – revista on line nº09(15). Uberlândia: UFU, 2005. p. 82 –92.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development. The making and unmaking of the third world**. New Jersey: Princeton University Press, 1995.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fartura à escassez: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo**. Dissertação de Mestrado. USP, 2002.

FERREIRA, Sinésio Pires. **Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional 1840 – 1960**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, IEI. 1987.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 36ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

IBGE. **Censos Agropecuários. Brasil: 1940, 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995**.
_____. **Censos Demográficos: 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1990, 2000**.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia. A noção de região no pensamento geográfico**. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). Novos caminhos da geografia. São

Paulo: Contexto, 1999, v. , p.187 a 204. -

MARCOS, Valéria de. **Agricultura e mercado: impasse e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano.** In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). *Campesinato e territórios em disputa.* São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 191 a 212.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini.** (Org. Emir Sader). Editora Vozes: Petrópolis, 2000.

MARQUES, César Augusto. **Diccionario histórico, geographico e estatístico da Província do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

MARQUES, Maria Inez Medeiros. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica.** In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). *Campesinato e territórios em disputa.* São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 49 a 78.

MARTINS, José de Souza. **O cativoiro da terra.** Editora Hucitec: São Paulo, 1990. 4ª Edição

MATTOS, Isabel Missagia de. **A colonização étnica do Mucuri (1811 – 1873).** Revista de História (UFES), Vitória, ES, v.14, p. 115 a 149. 2002.'

MONDRAGÓN, Hector. **Colômbia: a colheita paramilitar.** In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). *Campesinato e territórios em disputa.* São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 121 a 138.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. **A produção histórica dos vazios demográficos: guerra e chacinas no vale do rio Doce (1800-1830).** Revista de História (UFES), Vitória, ES, v. 9, n. 9, p. 99-123, 2001.

_____ **A ilusão das terras devolutas colonização particular, exploração madeireira e grilagem, 1889-1930.** Revista de História (UFES), Vitória, v. 17, p. 223-243, 2005.

_____ **Nem selvagens nem cidadãos: os índios da vila de Nova Almeida e a usurpação de suas terras durante o século XIX.** Revista de História (UFES), Vitória, ES, v. 14, n. 14, p. 151-168, 2002.

_____ **Terras indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1985.** Revista Brasileira de História v.22 nº43. São Paulo:2002. p153-169.

NARDOTO, Eliezer Ortolani e Herinéia Lima Oliveira. **História de São Mateus.** São Mateus: EDAL, 1999. 1ª Edição.

NEVES, Luiz Guilherme Santos, e PACHECO, Renato José Costa. **Ecoporanga: da concepção à vida adulta.** Brasília, 1992.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de: **Barbárie e modernidade: o agronegócio e as transformações no campo.**; 2003; Capítulo; Agricultura Brasileira: Tendências, Perspectivas e Correlação de Forças Sociais.; ; 1; Via Campesina; Brasília; BRASIL; 32; 1; 1; 1; Português; ; Impresso;

_____**A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro.** In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999, v. , p.63 a 110. -.

_____**Modo capitalista de produção e agricultura.** São Paulo: Ática, 1986. v. 01. 88 p.

OLIVEIRA, Euflasina Wand-Del-Rey de. **Mucurici e Montanha: a ocupação de parte dos “terrenos desconhecidos”.** Montanha: Ed. Do autor, 1999.

PETRONE, Pasquale. **Aspectos geográficos da área de colonização antiga do Estado do Espírito Santo.** Vitória: IHGES, 2004.

PONTES. Wallace Tarcísio. **Conflito Agrário e Esvaziamento Populacional: a Disputa do Contestado Por Espírito Santo e Minas Gerais (1930 a 1970).** Dissertação de Mestrado. UFES, 2007.

PONTUSCHKA, Nídia Nacib: **A Geografia: pesquisa e ensino.** In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org.). Novos caminhos da geografia. São Paulo: Contexto, 1999, v. , p.111 a 142.

ROCHA, Haroldo C. e MORANDI, Ângela. **Cafeicultura e Grande Indústria: a transição no Espírito Santo 1955/1985.** Vitória : FCAA, 1991.

ROCHE, Jean. **A colonização alemã no Espírito Santo.** São Paulo: Difusão Européia do Livro (Editora da USP), 1968.

SALLETO, Nara. **Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado de trabalho do Espírito Santo (1988-1930).** EDUFES: Vitória, 1996.

_____, Considerações sobre a transição do trabalho escravo ao livre na economia cafeeira do Espírito Santo (1888-1929). Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1985.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

_____. **Sociedade e Espaço: A Formação Social como Teoria e como Método.** In: Milton Santos. Da totalidade ao lugar. São Paulo: Edusp, 2008. p. 21 a 41.

SHANIN, Teodor. **Lições Camponesas.** In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 23 a 47.

SILVA, Marlídia Alves da, e LOPES, Maria da Penha Gomes. **O passado e o presente de Barra de São Francisco**. 3ª Edição. 1999.

SZMRECSANYI, Tamas. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1990.

TEUBAL, Miguel. **O campesinato frente à expansão dos agronegócios na América Latina**. In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 139 a 160.

VASCONCELLOS, Ignácio Accioli de. **Memória estatística da província do Espírito Santo – 1828**. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 1978.

VELTMEYER, Henry, e PETRAS, James. **Camponeses numa era de globalização neoliberal: América Latina em movimento**. In: Eliane Tomiase Paulino e João Admilson Fabrini (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular. 2007. 1ª Edição, P. 79 a 120.

ZUNTI, Maria Lucia Grossi. **Panorama Histórico de Linhares**. 1982.

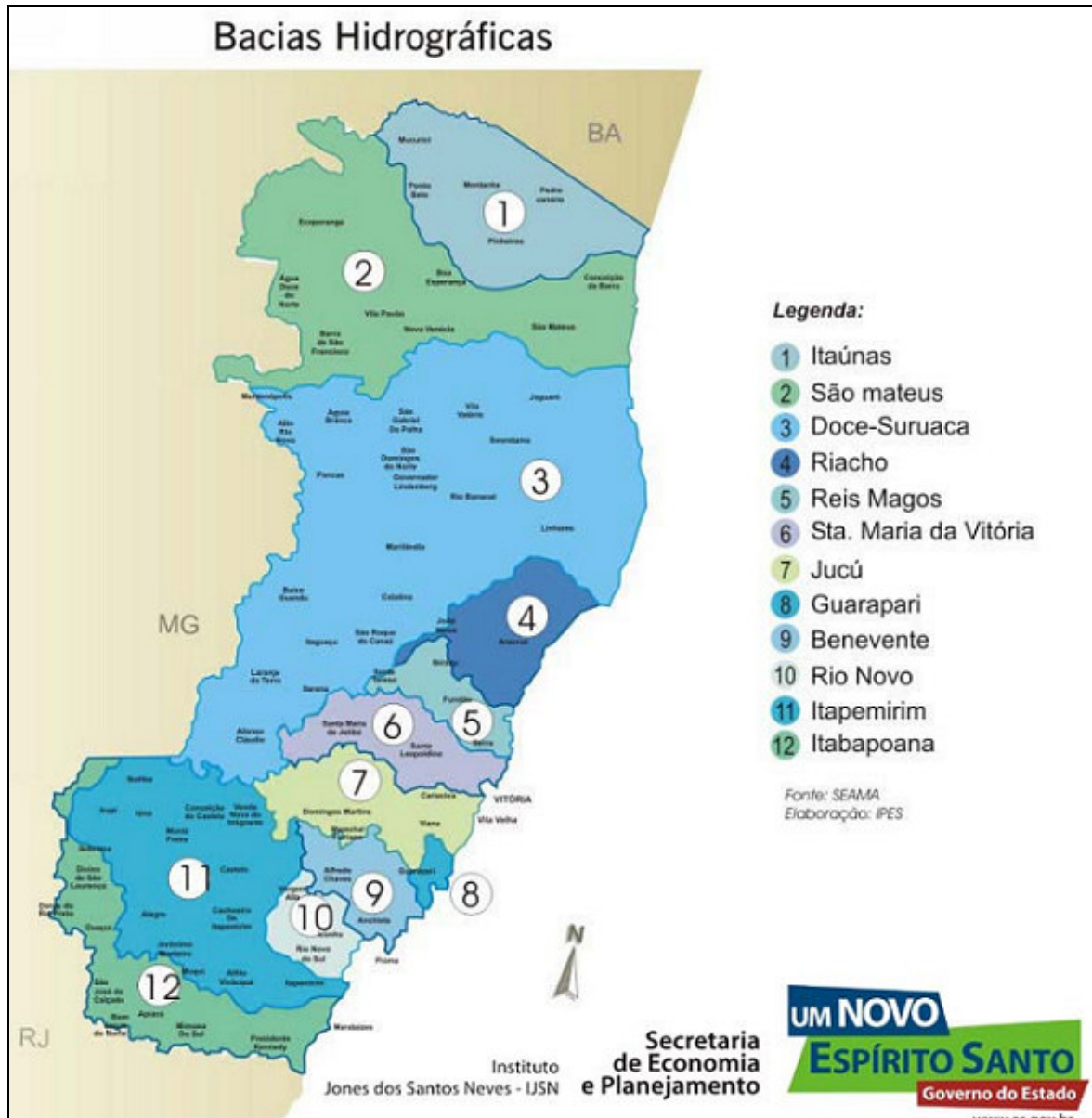
Websites

EMBRAPA. www.embrapa.gov.br. Acesso em setembro de 2009.

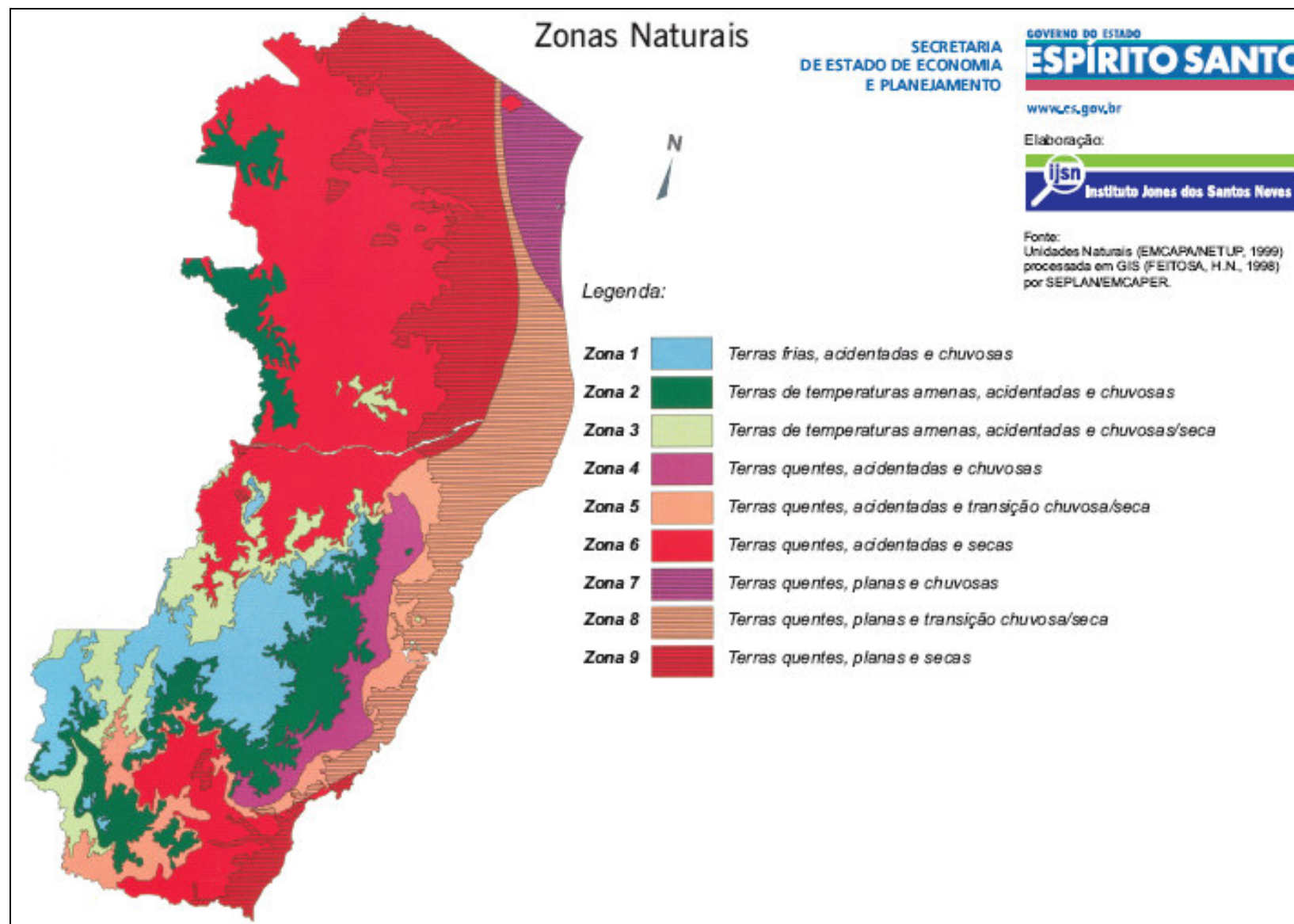
Governo do Estado do Espírito Santo. www.es.gov.br. Acesso em outubro de 2009.

IPEADATA. Dados Regionais. www.ipeadata.gov.br. Acesso em setembro de 2009.

ANEXOS



Mapa – Bacias Hidrográficas do Espírito Santo. Elaborada pelo Instituto Jones dos Santos Neves. Retirado do site www.es.gov.br.



Mapa – Zonas Naturais do Espírito Santo. Elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves. Retirado do sítio www.es.gov.br.